



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E IDENTIDADES
CURSO DE MESTRADO

Mádhava Hari Cezar dos Anjos

**POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO:
como as Estudantes Mães vivenciam a pós-graduação**

Recife
2021

MÁDHAVA HARI CEZAR DOS ANJOS

**POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO:
como as mães vivenciam a pós-graduação**

Dissertação a ser apresentada como requisito para obtenção do título de mestra em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana de Fátima P. de Sousa Abranches

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal Rural de
Pernambuco Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- A599p Anjos, Mádhava Hari Cezar dos
Políticas de acolhimento: como as Estudantes Mães vivenciam a pós graduação / Mádhava
Hari Cezardos Anjos. - 2021.
131 f.
- Orientadora: Ana de Fatima P. de Sousa
Abranches. Inclui referências e anexo(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2022.
1. Educação Superior. 2. Feminismo. 3. Políticas Públicas. 4. Maternidade. 5. Pós-
graduação. I. Abranches, Ana de Fatima P. de Sousa, orient. II. Título

MÁDHAVA HARI CEZAR DOS ANJOS

**“POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO: COMO AS ESTUDANTES MÃES
VIVENCIAM A PÓS-GRADUAÇÃO)”**


Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades Associado Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco

Aprovada em 03.11.2021

BANCA EXAMINADORA

Ana de Fátima P. de Sousa Abranches.

Dr^a Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches – Fundação Joaquim Nabuco - Orientadora e Presidente



Dr^a Cibele Barbosa da Silva Andrade – Fundação Joaquim Nabuco -
Examinadora Externa

Nilma Margarida de Castro Crusó

Dr^a Nilma Margarida de Castro Crusó – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Examinadora Externa

Bruna Tarcília Ferraz

Dr^a Bruna Tarcília Ferraz - Universidade Federal Rural de Pernambuco-
Examinadora Interna

*Dedico à minha mãe,
Josélia e as minhas filhas
Ananda, Arya e ao meu filho
Caitanya.*

AGRADECIMENTOS

A seção dos agradecimentos é para mim uma parte fundamental, tendo em vista que para conciliar a maternidade e meu percurso na academia, contei com diversos apoios que foram fundamentais para que minha estada no curso fosse além de atender as demandas acadêmicas e seguisse como um processo formativo e de compreensão do meu estar social, meu lugar no mundo e conseqüentemente minha permanência na universidade.

Nesse contexto, quero agradecer minha prof^a orientadora Dr^a Ana de Fátima P. de Sousa Abranches pela sensibilidade em perceber a urgência da temática para mim e propor a mudança da pesquisa, mesmo diante de tantos desafios que esta alteração traria.

Agradecer a todas(os) docentes da pós-graduação que contribuíram com o processo formativo e vivências que me atravessaram e me fizeram refletir sobre a minha existência pessoal e profissional. Em alguns momentos, tendo exemplos de como estar no mundo e, em outros, de como evitar situações e não incorrer em algumas posturas. Ficou sempre o aprendizado.

Lembrar e enfatizar as experiências de conhecimento com a turma e evidenciar a potência de alguns encontros que ao meu percurso proporcionaram práticas e aprendizagens profundas, algumas delas que foram compreendidas somente após o término das aulas. Queridas(os): Jamila Marques, Pedro Ribeiro, Barbara, Carla, Nathália, Keise, Mallon.

Agradecer à minha família, especialmente mãe e irmã que, além do apoio com as crianças, ofereceram suporte subjetivo e de energias positivas em todo o processo, desde as seleções até a concretização de estar na universidade.

Agradecer as minhas filhas, Ananda e Arya, e meu filho Caitanya, que são meus motivos inspiradores e de grandes lições nesta vida na busca de ser uma pessoa melhor, na jornada espiritual e conquistas de melhores condições materiais para proporcionar a elas e a ele, conforto e dignidade em suas vivências.

Agradecer a Djanete Evani que neste período, e mesmo antes, esteve a postos para compartilhar e dividir comigo o cuidado com as meninas.

Agradecer as políticas públicas que garantiram meu afastamento das escolas onde eu trabalho, para que eu pudesse estar integralmente vivenciando o mestrado. Dessa forma, agradeço a rede Prefeitura de Jabotão dos Guararapes e ao

Sindicato dos Professores de Jabotão dos Guararapes (SINPROJA), na pessoa do presidente Ronildo de Oliveira que representa a instituição que luta para garantir direitos e avanços para a classe de professores da rede do município de Jabotão dos Guararapes e que negociou a suspensão do decreto que cessava o afastamento para estudo dos professores.

Agradecer aos responsáveis da minha escola Vania Laranjeira que foram pacientes e compreensivos durante minhas ausências, enquanto a licença não saía.

Agradecer as amigas que vibraram pessoalmente ou virtualmente com esse percurso na minha vida acadêmica.

Agradecer às mães das(os) minhas/meus alunas(os) que foram compreensivas(os) enquanto minha licença não saía e levaram as(os) estudantes no contraturno para terem aulas de reposição.

RESUMO

A presente pesquisa analisou como as Estudantes Mães vivenciam o exercício da maternidade na pós-graduação *Stricto Sensu* em três universidades públicas brasileiras e o contexto de inclusão e acolhimento. A vivência nos cursos de pós-graduação se constitui um período que requer bastante dedicação, produção intelectual, muitas leituras, participação em eventos acadêmicos e horários integrais de aulas. Numa sociedade sob a perspectiva patriarcal, onde se espera que as mulheres se dediquem exclusivamente ao cuidado com as(os) filhas(os), adentrar na vida acadêmica e conciliá-la com a maternidade pode compreender um grande desafio para as mulheres, bem como também, um período de experimentar o desamparo, sobrecarga e isolamento. A escuta das estudantes pós-graduandas a partir de suas vivências na pós-graduação em três universidades federais, a saber, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), foi fundamental para identificar e conhecer quais políticas públicas e/ou ações afirmativas essas universidades federais dispõem para o acolhimento das Estudantes Mães da pós-graduação. A pesquisa buscou evidenciar que o acesso e permanência das Estudantes Mães na pós-graduação não se constitui uma questão de cunho individual, mas uma problemática social, já que atinge todo um grupo social, constituindo de desafios coletivos a serem superados. Fica evidenciada a importância de políticas públicas com o objetivo de garantir equidade, minimizando a desigualdade social, agregando recortes de desigualdade de gênero, raça e classe social. A metodologia de estudo de casos múltiplos foi escolhida por compreender a importância da contextualização dos casos como pertinente para a construção da pesquisa científica. A análise de conteúdo foi a técnica aplicada para auxiliar o estudo de casos múltiplos, a partir da análise do retorno de 72 questionários respondidos por Estudantes Mães da pós-graduação. Na UFF as estudantes contam com um núcleo e o Coletivo de Mães da UFF (CMUFF) que pautam demandas das mães pós-graduandas e conseguiram alguns avanços que auxiliam na entrada e permanência delas, como o acesso ao refeitório da universidade, a pontuação por ser Estudante Mãe no edital de seleção da pós-graduação e um debate das vivências das Estudantes Mães na universidade. Na UFPE e na UFRPE, as políticas de assistência estudantil contemplam a creche na universidade, com metade das

vagas destinadas às Estudantes Mães. Os resultados mostram que a invisibilização das mães está presente na universidade, tendo em vista que os espaços físicos não são acolhedores para as Estudantes Mães com suas crianças. Fica evidente ainda que as mulheres estão presentes nas universidades e que a condição materna não pode ser um impeditivo para que elas acessem ou permaneçam nos cursos. Que o acolhimento institucional é fundamental para atender as especificidades deste grupo social para que suas membras sintam que podem estar onde desejarem.

Palavras-chave: Estudantes. Mães. Políticas Públicas. Pós-Graduação.

ABSTRACT

This research analyzed how Moms-Students experience the exercise of motherhood in the *Stricto Sensu* graduate program in three Brazilian public universities and their context of inclusion and reception. The experience in graduate courses constitutes a period that requires a lot of dedication, intellectual production, many readings, participation in academic events and full class schedules. In a society from a patriarchal perspective, where women are expected to dedicate themselves exclusively to taking care of their children, entering academic life and reconciling with motherhood can be a great challenge for women as well as a period to experience helplessness, overload and isolation. Listening to graduate students from their post graduate experiences at three federal universities, namely Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) and Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) was fundamental to identify and know what public policies and/or affirmative actions these federal universities have to accept Moms-Students from graduate course. The research sought to show that the access and permanence of Moms-Students in graduate studies is not an individual issue, but a social issue as it affects an entire social group, constituting collective challenges to be overcome. The importance of public policies with goals of guaranteeing equity, minimizing social inequality is evidenced, aggregating aspects of inequality of gender, race and social class. Multiple case study methodology was chosen because it understands the importance of contextualizing cases as pertinent for construction of scientific research. Content analysis was the technique applied to assist in the multiple cases study, based on the analysis of responses from 72 questionnaires answered by post graduate Moms-Students. At UFF, students have a nucleus and the Coletivo de Mães da UFF (CMUFF) [UFF Mothers' collective] that guide mothers' demands and have achieved some advances that helped in the entry and permanence of post graduate mothers, such as access to the university cafeteria, a scoring for being Moms-Students in the post graduate selection notice and a debate about Moms-Student's experiences at the university. At UFPE and UFRPE, student assistance policies include an university nursery center, with half of the vacancies destined for Moms-Students. Results show that the invisibility of mothers is present at the university, considering that physical spaces are not welcoming for Moms-Students with their children. It is also evident

that women are present in universities and that the condition of mothers cannot be an impediment for them to access or remain in their courses. That institutional care is essential to meet the specificities of this social group so that they feel they can be wherever they want to.

Keywords: Students. Mothers. Public policy. Post Graduate studies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses sobre Vida Acadêmica, Mulheres e Maternidade	26
Quadro 2 - Dissertações sobre Maternidade, Políticas Públicas e vida acadêmica...31	
Quadro 3 - Lives do NIEM durante a pandemia do novo coronavírus	76
Quadro 4 - Das Mulheres que participam de Movimentos Sociais	87
Quadro 5 - Afiliação partidária das pós-Graduandas.....	88
Quadro 6 - Relação Trabalho e Curso.....	92
Quadro 7 - Como Conciliar Trabalho e Curso	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - No contexto da Pandemia, como você tem conciliado Curso e Maternidade?.....	100
Tabela 2 - Alunas(os) da pós-graduação que estão conseguindo trabalhar remotamente	117
Tabela 3 - Que ações afirmativas relacionadas às mães estudantes na pós-graduação você conhece?.....	105
Tabela 4 - Quais ações afirmativas são efetivadas para as mães estudantes em sua instituição.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de respondentes por UF	84
Gráfico 2 – Proporção de respondentes por faixa etária (%)	85
Gráfico 3 – Cor/raça das respondentes (%).....	86
Gráfico 4 – Participa de algum movimento social? (%).....	87
Gráfico 5 – Quantitativo de filhos ou filhas declarados pelas estudantes da Pós- Graduação (UFPE/UFF/UFRPE/Fundaj).....	89
Gráfico 6 – Idade dos(as) filhos ou filhas das Pós-Graduandas dos Pós- graduações das Universidades (UFPE/UFF/UFRPE/Fundaj).....	90
Gráfico 7 – Situação das Mães Pós-Graduandas em relação ao trabalho enquanto estudam.....	90
Gráfico 8 – Como trabalho (Labor) está sendo vivenciado na pandemia pelas Pós-Graduandas	91
Gráfico 9 – Você tem bolsa de estudos?	94
Gráfico 10 – Maternidade tardia	110
Gráfico 11 – No período em que estava na universidade, com aulas presenciais, com quem ficava seu filho ou filha?.....	95
Gráfico 12 – Você já precisou levar seu filho ou filha para a universidade?	96
Gráfico 13 – Caso necessite, no período de aula presencial, você pode assistir aula com sua criança?.....	98
Gráfico 14 – Já passou por algum tipo de constrangimento devido sua maternidade, na universidade?	99
Gráfico 15 – Há coletivos de mães na universidade?.....	102
Gráfico 16 – A coordenação da instituição tem conhecimento das demandas das mães da pós-graduandas.....	104
Gráfico 17 – Você consegue cumprir os prazos da pós-graduação?	107
Gráfico 18 – Já deixou de participar de alguma atividade proposta pela pós- graduação devido sua condição de estudante-mãe?	107
Gráfico 19 – De qual atividade já deixou de participar.....	108

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Banco de Dados, Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento do Ensino Superior
CEU	Casa Estudantil Universitária
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMUFF	Coletivo de Mães da Universidade Federal Fluminense
COVID-19	Corona Vírus Disease-19
DCD	Departamento de Ciências Domésticas
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IBGE	Instituto Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
NEIMFA	Núcleo Educacional Menores Francisco de Assis
NIEM	Núcleo Interseccional de Estudos sobre Maternidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNDH	Programada Nacional de Direitos Humanos
PPGedu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Rede Voa	Rede Voluntária de Apoio Infantil para Permanência Universitária
SINDSCOPE	Sindicato dos servidores do Colégio Pedro II
SINPROJA	Sindicato dos Professores de Jaboatão dos Guararapes
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSM	Universidade Federal
UnB	Universidade de Brasília
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	38
2.1 Estudo de Casos Múltiplos.....	39
2.2 Técnica de análise dos dados - Análise de conteúdo	42
2.3 Aplicação dos Instrumentos.....	45
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	48
3.1 Políticas públicas e equidade.....	48
3.2 Políticas de Ações Afirmativas.....	50
3.3 A Universidade pública: aspectos relevantes	51
4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MATERNIDADES	55
4.1 Analisando a partir do gênero	58
4.2 Maternidade: hierarquias reprodutivas.....	61
4.3 Movimento feminista e o debate sobre as maternidades.....	63
4.3.1 Feminismo: movimento social	64
4.3.2 Feminismo e neoliberalismo	65
4.3.3 Interseccionalidade: um recorte necessário	67
4.3.4 Feminismo e as crianças	69
5 APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO: Panorama na atualidade.....	72
5.1 Algumas ações afirmativas	73
5.2 Núcleo Interseccional de Estudos Maternos (NIEM) UFF.....	75
5.3 Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	78
5.4 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).....	79
5.5 Parent science	80
6 As Estudantes Mães Vivendo a Pós-Graduação: O que revelam os dados.....	83
6.1 Descrição dos dados	85
6.1.1 Caracterização das Estudantes Mães	85
6.1.2 A Estrutura da Universidade e as Mães Estudantes	95
6.1.3 As Estudantes Mães vivendo a Pós-Graduação no contexto da pandemia ...	100
6.1.4 Políticas Públicas Direcionadas às Estudantes Mães na Pós-Graduação	103
6.2 Análise dos Dados	110
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	124
ANEXO	129

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa advém da necessidade de contextualizar a vivência acadêmica a partir da perspectiva das mães/estudantes, com foco na pós-graduação. As políticas públicas podem ser um caminho para minimizar os desafios de acesso e permanência para as Estudantes Mães na pós-graduação. O processo de inclusão social, na perspectiva democrática, deve abranger a todas(os), principalmente as pessoas mais vulneráveis socialmente. Se as mulheres historicamente estiveram relegadas a atividades domésticas, a presença das mulheres na formação científica se apresenta como uma reparação histórica e social, duplamente no que se refere à condição de mulher e mãe.

O período da pós-graduação se constitui de suma importância para a formação da(o) pesquisadora(o). Nesse período, as aulas em horários integrais, participação em congressos, dedicação integral, leituras e produção escrita, fazem parte do cotidiano das estudantes. Nesse contexto também estão as mães e suas demandas que, muitas vezes, parecem incompatíveis aos programas de pós-graduação. A ocupação do espaço acadêmico numa perspectiva democrática deve promover condições de acesso e, sobretudo, de permanência dos estudantes sob o viés da equidade.

A maternidade atravessa minha própria vida acadêmica em momentos distintos, primeiro na graduação e atualmente na pós-graduação, quando eu, tendo acabado de ter uma bebê, não mudei os meus planos de fazer a seleção e, inclusive, fui a algumas etapas da seleção com minha filha no colo. Fui aprovada na seleção de mestrado com um projeto sobre Gestão Escolar Democrática e o Projeto Político Pedagógico. A temática faz parte da minha formação enquanto profissional da educação há 18 anos. A experiência da gestão escolar acrescentou muito, pois deu ênfase à importância de democratizar os espaços educacionais que, por diversas vezes, ainda são constituídos de uma liderança autoritária. Pude perceber o quanto os dispositivos contribuem para fundamentar ações democráticas e sempre identifiquei no projeto político pedagógico um desses dispositivos. Contudo, um aspecto da minha vida privada sempre sofreu fortemente com as demandas da vida profissional: sou mãe de três e conciliar a maternidade com vida profissional sempre foi um grande e opressivo desafio.

Sendo mãe de três com idades completamente diferentes, um menino de 17 anos e duas meninas de 10 anos e 1 ano (na época do início do mestrado). Ser mãe de bebê traz questões bem peculiares, pois exige da mulher muita dedicação, mais ainda por eu ser uma mãe solo. Três meses depois de iniciar o mestrado, meu filho mais velho saiu de casa e foi morar com a avó materna, pois não estava suportando as tensões entre nós que eram consequência do meu estado de total pressão para conciliar as atividades de trabalho, casa, filhas(os) e o mestrado. Eu consenti, não havia mesmo condições de eu dar conta de tudo. Em seguida consegui o afastamento do trabalho e isso foi um grande alívio para mim. Mas eu tinha minhas duas filhas e pouca rede de apoio. Senti dificuldades em conciliar as atividades do mestrado, as leituras dos textos para as aulas, as atividades fora da instituição e vivi muito de perto o desamparo da mãe/mestranda.

No início das aulas do mestrado foi possível perceber o quanto a falta de condições estruturais coloca as mulheres/mães numa condição de vulnerabilidade na vida acadêmica. Desde as questões que envolvem quem fica com a criança no período de aulas, passando pela ausência de bolsa para a pesquisa até a consciência social da inclusão das mães e, conseqüentemente, de suas/seus filhas(os) para que o programa garanta a participação delas em todas as atividades sugeridas às(aos) estudantes. Ao deparar-me com essas demandas foi possível identificar o quanto as políticas públicas podem fornecer visibilidade as Estudantes Mães e promover a equidade tão esperada no exercício de democratização dos espaços públicos que sejam para todas(os).

Em uma atividade de campo fui impedida de andar com minha bebê no ônibus da instituição. Era uma regra institucional que não amparava a realidade de mães estudantes: só podiam andar no ônibus estudantes sem acompanhantes. Seriam três dias sem o convívio com minha filha - que ainda mamava e não poderia ficar tanto tempo sem minha presença. Além disso, eu não tinha com quem deixá-la. As regras institucionais muitas vezes são excludentes e não atendem à pluralidade das demandas das Estudantes Mães. Tive que ir no meu carro particular, sem o amparo da instituição. Este fato gerou muitas reflexões na turma para um olhar mais empático às mães, mas senti que o que de fato legitima a nossa estadia na instituição seriam políticas públicas ou ações afirmativas, afinal, ali também é um espaço para as mães. Passei a pesquisar e escrever artigos para eventos científicos sobre políticas afirmativas direcionada às mães estudantes no espaço da

pós-graduação e, através da pesquisa, passei a identificar a importância política de uma Estudante Mãe estar no lugar público, tendo em vista que as mães historicamente sempre estiveram dedicadas à vida doméstica e privada.

Os obstáculos enfrentados durante o mestrado, a interação com as colegas e o estudo acerca do tema se constituíram em um processo de autoconhecimento, onde tem sido possível identificar o quanto através da maternidade socialmente construída pelo modelo patriarcal a mulher é podada de suas potências. Ao identificar esses mecanismos ao longo de minha vida, pude perceber que burlei o sistema ao dar prosseguimento à vida acadêmica mesmo quando muitos diziam não ser possível conciliar e que eu deveria “pensar se era o melhor para as crianças”. Como se uma mãe seguir a vida acadêmica fosse algo ruim para suas crianças. Todo esse contexto me faz repensar diariamente como encontrar maneiras de quebrar esse ciclo de auto anulação e constante renúncia. Sabemos que a maternidade demanda abdições, mas para as mulheres isso é uma máxima contínua, enquanto isso, não consigo identificar renúncias por parte dos pais das minhas filhas e filho.

O processo de ressignificar a maternidade perpassa por acreditar que é possível exercê-la sem constantemente anular meus desejos, minha vida profissional, acadêmica, sentimentos, e conseqüentemente me anular enquanto pessoa e parte da minha existência para vivenciar exclusivamente a maternidade. O processo vivido me fez refletir o quanto é importante para minhas filhas ter uma mãe feliz em casa, como isso rebate em nossas relações cotidianas e interfere diretamente no bem-estar da nossa família. Principalmente considerando que sou mãe solo¹ e que elas têm em mim uma referência, quero que elas vejam em minhas ações o que talvez o meu discurso não alcance. É urgente que elas vejam uma mãe feliz, tendo vida social e profissional, ao invés de uma mãe anulada pela maternidade e frustrada em não ter vivido o que desejava por existir exclusivamente em prol das filhas. E essa anulação está diretamente direcionada ao

¹ O termo maternidade solo advém do senso comum e se caracteriza por mães que criam as filhas sozinhas. O termo utilizado anteriormente era “mãe solteira”, mas havia espaço para problematizações tendo em vista que a maternidade não está diretamente relacionada ao estado civil. Dessa forma passou-se a utilizar o termo mãe solo para aquelas que são a única responsável pelos cuidados e criação dos filhos, não podendo contar com o pai na divisão igualitária dos cuidados com as filhas.

gênero, afinal, pais seguem suas vidas normalmente, visto que a dedicação aos filhos não é exigido deles nos mesmos moldes que exigem socialmente das mães.

Dessa forma, me despir do padrão socialmente imposto à maternidade tem sido um exercício diário e vigilante para que todos os dias as escolhas sejam minhas e não do que a sociedade espera, nem da mãe que ela quer que eu seja. E nesse contexto tirar os pesos, diminuir a sobrecarga, compartilhar as responsabilidades tem sido sempre o caminho do meio escolhido por mim.

A partir do momento que a minha orientadora percebeu a importância do tema para mim e para o campo científico, e me propôs o desafio conjunto da mudança do objeto de pesquisa, iniciava ali formalmente essa caminhada de pesquisa sobre políticas de acolhimento as estudantes na pós-graduação. O apoio que faltava para concretizar a minha trajetória individual em um projeto de pesquisa que busca contextualizar e dar voz às demandas de trajetórias coletivas de mães estudantes. Considerando que a pesquisa debate gênero e maternidade e que foram as mulheres que protagonizaram este estudo, peço licença para no decorrer de todo texto utilizar a fala no feminino.

Vale a pena ressaltar que a maternidade impacta de forma diversa, além das questões de raça, gênero e classe, no que se refere a idade das(os) filhas(os), tendo em vista que as demandas de um bebê são diferentes das demandas de um adulto, no que diz respeito ao exercício materno. Por isso políticas públicas direcionadas as mães com filhas(os) na primeira infância, não atendem apenas as demandas das mães, mas se estendem diretamente ao bem-estar das crianças. Assim também há demandas diferentes para as mulheres mães com as demandas de uma criança e o período que compreende a adolescência. Este é um aspecto de fundamental relevância na elaboração de políticas públicas direcionadas ao exercício da maternidade. Apoiar e acolher mães compreende também fazer o mesmo pelas crianças e seu desenvolvimento.

É recorrente o debate de que mulheres precisam cada vez mais ocupar os espaços públicos de lideranças. No entanto, a partir das problematizações do movimento feminista e com a efetiva ocupação das mulheres se tornando algo real e crescente, o foco muda. A sociedade estaria preparada para dar a estrutura necessária para que esta mulher/mãe ocupe os espaços públicos? É nessa perspectiva que as políticas públicas se apresentam como fundamental para

promover as condições estruturais para que as mulheres possam exercer a maternidade em paralelo ao exercício de outras identidades que a constituem.

Analisar a construção de gênero contextualizando com a necessidade de manutenção da ordem social ou de mudá-la se faz necessário para compreender a dinâmica de dominação masculina e submissão feminina, como uma ordem socialmente construída e permeada de ideologias em sua construção subjetiva. Assim percebe-se que “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

É possível perceber as questões de gêneros (mulheres) e sua relação com as questões de classe e de raça, que também são comumente relacionadas a processos de opressão e exclusão. “Enquanto a categoria ‘classe’ tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, ‘raça’ e ‘gênero’ não carregam associações semelhantes” (SCOTT, 1995, p. 73). O capitalismo como ordem econômica determinando papéis sociais e divisão do trabalho através do gênero, trabalhos de liderança e atuação política que apresentam caráter de poder não são culturalmente ocupados por mulheres.

Uma modificação no panorama demonstra, ainda que tímida, uma mudança no acesso das mulheres ao trabalho e à escolarização, o que também propõe a necessidade de uma transformação na sociedade “Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005” (BIROLI, 2018, p. 21). Diante disso, percebe-se a importância de alterar a organização da sociedade, considerando que as mulheres chegaram ao mercado de trabalho e estão nas universidades, mas continuam lutando por rede de apoio no cuidado com as crianças.

Sendo assim, é fundamental considerar que a divisão sexual do trabalho impacta na vida das mulheres, ainda que não de forma igual para todos(as) pois o recorte de raça é importante, mas a condição da maternidade revela que mesmo diante de alguns privilégios de raça e classe, as mulheres sofrem impactos desiguais se comparados com homens, a considerar que a divisão sexual do trabalho

é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que modelam as trajetórias das mulheres. O segundo pressuposto é que as hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho, no entanto, não se detém nos limites das vantagens de classe e raça; impacta também as mulheres privilegiadas, porém com consequências distintas daquelas que se impõem à maioria das mulheres. (BIROLI, 2018, p. 22).

A produção do conhecimento científico por um longo tempo foi direcionada a uma elite que detém um padrão² de gênero, raça e classe social na sociedade. A desconstrução dessa lógica patriarcal que fundamenta os moldes da economia capitalista traz à tona o debate da inclusão das minorias, reparos aos excluídos historicamente e de inserção social daqueles que sempre estiveram à margem dessas oportunidades, dentre as quais, as mulheres, tendo em vista que as crianças sempre estiveram destinadas aos cuidados maternos ‘naturalizados’ e ‘romantizados’, como lembra Simone de Beauvoir (1980).

Comumente se relaciona os aspectos biológicos para a determinação de papéis sociais e também para fundamentar a divisão sexual do trabalho, sem considerar o impacto dessas divisões para as mulheres, cuja naturalização de aspectos biológicos para determinação de sua existência no mundo desconsidera a “extrema importância de discriminações sociais que parecem insignificantes de fora e cujas repercussões morais e intelectuais são tão profundas na mulher que podem parecer ter suas raízes numa natureza original” (BEAUVOIR, 1980, p. 20).

Se os cursos de graduação que, além de promoverem uma melhoria na vida socioeconômica, estão reservados a poucos, o ensino de pós-graduação, ainda nos tempos atuais, parece não acompanhar essa lógica de debates em torno de valorização de minorias historicamente marcadas pela exclusão. Pesquisar sobre as Estudantes Mães na pós-graduação é acrescentar mais um processo de opressão, considerando a especificidade de sua condição, a saber: mulher, mãe, ser mãe solo, sua classe social, sua raça, entre outras intersecções, como indicam Simone Diniz (2000), Laura Davis Mattar (2012) e Joan Scott (1995) sobre esta última, identificando que as questões de gênero não caminham isoladas das intersecções de raça e classe e se apresentam de forma significativa.

² O padrão de referência da sociedade patriarcal que compreende o homem, branco, heterossexual e de classe média ou classe alta, características do padrão colonizador do nosso país, cujas referências mantêm a ordem social.

Nesse contexto, os mecanismos de exclusão atuam na sociedade sob diversas formas e aspectos, mas a intenção comum é de colocar cada ator social no seu espaço, no seu lugar. Fugir a esta norma é quebrar uma fronteira social e abrir espaço para a diversidade, para que a mulher consiga ocupar os espaços e resistir

o lugar das mulheres na reprodução biológica-gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. (SCAVONE, 2001, p. 139).

Não é algo incomum ouvir de orientadores e professores que o ideal é que as mulheres não engravidem no período do mestrado, menos ainda no período da elaboração da dissertação, para não atrasar a pesquisa. O controle dos corpos das mulheres faz parte da lógica do patriarcado, essas ideias reproduzem a tentativa de controlar as mulheres através de sua potência de reprodução, além de dar ênfase à tentativa de limitar a mulher através da maternidade. Uma criança possui dois responsáveis diretos por sua existência, bem como toda a sociedade e o Estado, mas a partir do momento em que vem ao mundo, a sociedade tende a responsabilizar quase que exclusivamente as mulheres por seus cuidados e sua educação.

Numa sociedade fundamentada pelo patriarcado, onde se espera a submissão da mulher ao homem, onde ela é vista em espaços como subalterna e sem incentivo a exercer ocupações caracterizadas pelo pensar, construir, produzir, principalmente conhecimento, isso fica evidente através da fala de um líder espiritual com grande alcance no cenário nacional, onde o mesmo enfatiza o destino traçado por ele à sua filha: “Você vai fazer até o ensino médio. Depois, se você quiser fazer a faculdade, você que sabe, mas até o seu casamento você vai ser apenas uma pessoa de ensino médio”³.

Ao continuar seu repertório, onde homens e mulheres devem ocupar espaços específicos e hierarquizados quanto ao gênero, o líder espiritual expõe o lugar da mulher: “Um homem tem que ser ‘cabeça’, porque se não forem ‘cabeça’, o casamento deles estará fadado ao fracasso”. Burlar a normatividade que é dirigida à mulher enquanto gênero tem sido mais que um desafio, um enfrentamento cotidiano

³ https://www.brasil247.com/brasil/video-preconceituoso-edir-macedo-diz-que-proibiu-filhas-de-fazerem-faculdade-querem-que-minhas-filhas-casem-com-macho?fbclid=IwAR1bAx8r15wTaYY9apPvQ7BdvxXl0_CwPOKNIz5tVaGnYEjNtydH8UB_Q, acesso em: 24 set. 2019.

contra essa cultura social de inviabilizá-la e colocá-la em espaços considerados subalternos.

Neste contexto, destacamos aqui a divulgação feita, em meados de agosto de 2019, através de uma carta aberta à comunidade científica por um grupo intitulado *Observatório Cajuína*. Grupo formado por mães psicólogas, analistas de comportamentos que decidiram montar um grupo através das redes sociais com o objetivo de fomentar a inclusão das mães e crianças nos eventos científicos. Inicialmente a carta era direcionada à comunidade brasileira de analistas de comportamentos e depois foi adaptada e dirigida a toda comunidade científica. A partir de então, o observatório passou a atuar na mediação entre organizadores de congressos e outros eventos científicos, visando sensibilizar e orientar na organização de uma estrutura básica para o acolhimento das mães e suas crianças nestes eventos.

Assim, a partir da compreensão dos recortes sociais, culturais e históricos em torno do controle da mulher a partir da maternidade e diante do contexto acadêmico da pós-graduação, foi criada uma página nas redes sociais denominada *Observatório Cajuína*, que realiza ações em eventos acadêmicos na tentativa de conseguir acolhimento para as mães/pesquisadoras e que elas possam participar dos eventos sem terem que passar por nenhum tipo de constrangimento devido sua condição. A iniciativa do *Observatório Cajuína* traz à tona a democratização dos eventos científicos a partir do acolhimento de todas, respeitando a diversidade.

Em carta aberta aos congressos, o Observatório Cajuína, expõe pontos importantes à comunidade científica:

É preciso lembrar que existem bebês que ainda mamam, não podem ficar tanto tempo longe da mãe. Existem mães solo, existem mães sem rede de apoio, existem crianças que não conseguem ficar com outras pessoas por muito tempo pelos mais variados motivos. Portanto, excluir crianças significa excluir mulheres! (CARTA A BERTA, Observatório Cajuína, <https://observatoriocajuin.wixsite.com>, acessado em 26/09/2019).

Ao evidenciar este tipo de debate, sobre maternidade e ocupação de eventos científicos, o *Observatório Cajuína* dá voz a diversas Estudantes Mães que desejam ocupar espaços acadêmicos, muitas vezes ainda tão engessados pela cultura do patriarcado. Destacamos abaixo o conteúdo do observatório sobre as mães/estudantes/pesquisadoras:

A ação mais simples que um evento pode realizar é divulgar que as crianças serão bem recebidas e garantir que todo o suporte moral será

dado, protegendo institucionalmente essas mulheres dos olhares e ações, tão reforçadas na nossa cultura, de exclusão. (CARTA ABERTA, Observatório Cajuína, <https://observatoriocajuin.wixsite.com>, acessado em 26/09/2019).

Já existem ações promovidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), dentre elas a vinculação de bolsas de estudos para as estudantes/pesquisadoras e a prorrogação da bolsa/auxílio por um período de quatro meses para estudantes/bolsistas que engravidarem durante o período do mestrado ou doutorado, o que equivale a uma licença maternidade⁴. Outra ação refere-se ao currículo lattes onde a acadêmica pode colocar que teve um(a) filho(a) recentemente, o que justificaria a diminuição na produção de conhecimento.

Uma das iniciativas do Ministério da Educação (MEC) para sanar algumas necessidades dos estudantes foi através da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁵, sob o decreto de 2010 para minimizar os impactos da ausência de condições socioeconômicas dos(as) estudantes em situação de vulnerabilidade social, a fim de contribuir para a permanência dos(as) mesmos(as) na universidade. O PNAES expõe dez eixos centrais para serem desenvolvidos através de financiamentos de ações e políticas públicas dentro das universidades, um dos eixos diz respeito as creches e, neste ponto, atende a uma parte das demandas das Estudantes Mães, considerando que as creches recebem também as crianças das estudantes.

Enquanto assistência estudantil o PNAES abrange algumas áreas que devem ser assistidas, para que seja possível minimizar contextos desiguais entre estudantes. Nos itens elencados a seguir, o único item de assistência diretamente relacionado às mães é a assistência de creche que é direcionada a filhas(os) de estudantes:

Art.3º [...]1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI -

4 Em 2011 saiu no Diário Oficial a regulamentação para as pesquisadoras bolsistas do ensino universitário pudessem receber a bolsa por um período de quatro meses o que correspondia na época a uma licença maternidade; nos tempos atuais a licença maternidade na esfera pública está regulamentada para seis meses, portanto ainda há essa defasagem para as pesquisadoras bolsistas. https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria-248_19dez2011_LicencaMaternidade.pdf

5 Em, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm, acessado em 26/09/2020.

cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. [...] Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (PLANALTO, 2020).

Dessa forma percebemos poucos avanços em políticas que possibilitem assistência às Estudantes Mães. Em toda estrutura acadêmica e em toda atuação da universidade o 'estar' das Estudantes Mães deveria ser acolhedor para que elas nesta condição pudessem se sentir como integrantes bem vindas ao espaço acadêmico. Garantir esse acolhimento institucional através de políticas afirmativas é fundamental para que cesse a invisibilização das mães estudantes.

Com objetivo de conhecer melhor o nosso objeto de estudo, realizamos a pesquisa das produções acadêmicas acerca do tema no Banco de Dados Teses e Dissertações (BDTD) buscando conhecer as produções que se aproximam da nossa pesquisa. Foram utilizados os indicadores 'vida acadêmica x maternidade', onde apareceram cento e cinco trabalhos. No entanto, muitas destas pesquisas estavam relacionadas às questões de maternidade e saúde. Os temas mais próximos da pesquisa naquele momento em desenvolvimento e na fase inicial, que problematizavam aspectos sociais e culturais, foram três teses elencadas no quadro abaixo:

QUADRO 1 - TESES SOBRE VIDA ACADÊMICA, MULHERES E MATERNIDADE

Título e instituição	Autor(a)	Ano	Objetivos	Metodologia
Mulher e trabalho: problematizam o trabalho acadêmico e a maternidade. Unicamp	Márcia Regina Cangiani Fabbro	2006	-Analisar como a mulher vivencia o trabalho acadêmico, especificamente a construção da carreira acadêmica, ao lado do exercício da maternidade, buscando o sentido atribuído ao trabalho docente e à maternidade. 1. Verificar o que levou essas mulheres para o ensino superior e para a carreira docente no ensino superior. Quais as motivações? Foram estimuladas pela família, pela	-Abordagem histórica dialética, subsidiada pela história oral; -Narrativa da história de vida de cinco mulheres (mães, professoras universitárias); Entrevista reflexiva;

			<p>escola? Por que não foram somente mães e donas de casa?</p> <p>2. Verificar como vivenciaram a vinda dos filhos. Em que momento da carreira foram mãe. Que dificuldades encontraram.</p> <p>3. Descobrir como é sua atuação profissional como docentes. Como foi a construção da carreira. O que valorizaram. Que dificuldades encontraram para conciliar as exigências impostas pelas demandas do trabalho acadêmico com as exigências da família.</p>	
Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado. UFSC	Silvana Maria Bitencourt	2011	<ul style="list-style-type: none"> -Identificar a compreensão das doutorandas sobre a fase do Doutorado em relação à política de produtividade; - Identificar o exercício da maternidade construídos na fase do Doutorado; 	<ul style="list-style-type: none"> -Análise de conteúdo; -Estudo multi-casos; -Entrevistas semiestruturadas - Observação participante; -Análise documental;
Mulheres na ciência: vozes, tempo, lugares e trajetória. UFRG	Fabiane Ferreira da Silva	2012	<ul style="list-style-type: none"> - Investigar a participação das mulheres no campo da ciência moderna, buscando problematizar alguns discursos e práticas sociais implicados na constituição de mulheres cientistas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Investigação narrativa; (Jorge Larrosa, Michel Connelly e Jean Clandinin) - Entrevistas Narrativas; -Análise de discurso (Michel Foucault);

Quadro elaborado pela autora, a partir de dados coletados e analisados no site da BDTD em 2019.

Ao analisar as três teses que abordam o tema das mulheres mães no espaço acadêmico, observamos que elas se dedicam a problematizar questões identitárias, sociais e culturais visando desconstruir este espaço e seu aspecto hegemônico no que diz respeito a quem os ocupa. A tese intitulada “Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade”, escrita por Márcia Regina Cangiani Fabbro, aborda as questões que atravessam a maternidade e as docentes

no desenvolver de sua carreira acadêmica, considerando o que é exigido das docentes, além de aulas, pesquisas com consequente produção de conhecimento científico constante.

A referida tese faz uma incursão histórica sobre as temáticas desenvolvidas nela: família, maternidade e trabalho feminino. Esse resgate nos traz a possibilidade de identificar a lógica que permeia essa construção social dos temas e os entraves que recaem sobre a mulher, neste caso específico, a mulher, mãe, docente universitária. Especificamente este marcador social, docência universitária, carrega consigo alguns privilégios de classe como estabilidade, flexibilidade, garantias de direitos importantes para a construção do status que as pesquisadas fazem referência quando chegaram à docência superior. Não era apenas uma mudança de condição socioeconômica, mas um status em que estava intrínseco o alcance de uma emancipação feminina. Um tanto dessa emancipação foi sendo desconstruída a partir da própria realidade delas vivenciadas no ambiente de trabalho. As pesquisadas expõem questões fundamentais e devemos considerar o ano da tese, 2006, percebendo o quanto ainda estas problemáticas são tão atuais.

É possível identificar que as mulheres ainda são minorias nas áreas de exatas das universidades públicas pesquisadas, bem como nos cargos de chefia. A dificuldade em conciliar vida familiar e profissão fica evidente durante as entrevistas das pesquisadas, mas ainda com o agravante de que o trabalho da docência universitária vem acompanhado de demandas incompatíveis com a realidade das mães: as limitações da maternidade e a independência que a pesquisa científica requer, a participação nos compromissos profissionais, muitos deles em horários que dificultam o auxílio no compartilhar dos cuidados das crianças, como no horário noturno por exemplo. Estudar no exterior é outro complicador. Assim, amplia-se o processo de incompatibilidade do 'estar' materno na docência universitária.

A tese dá ênfase ao perceber como as entrevistadas conciliam docência e pesquisa, onde a universidade está imbuída de uma lógica empresarial e, por conta disso, exige um ritmo de produtividade que colocam as mães docentes à margem, diante da dificuldade de conciliar com o exercício materno. E essa maternidade geralmente está amparada por atuação de outras mulheres, sejam elas avós, tias, babás etc. Se constituem em elementos importantes, frutos das análises realizadas na tese de Márcia Regina.

Na tese “Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado”, a autora Silvana Maria Bitencourt elenca as questões que envolvem as pesquisadoras no período do doutorado. As perspectivas das alunas, como conciliam a maternidade com o doutorado, problematizando os aspectos sociais que envolvem a maternidade, o medo que elas demonstram e a formação de uma estrutura em rede para que seja possível compartilhar a responsabilidade com a criança para que a mãe possa dar continuidade ao doutorado. Esta pesquisa traz ainda as vozes de estudantes do doutorado que não são mães como um contraposto visando contribuir com suas percepções acerca do que pensam sobre a maternidade nesta fase da vida acadêmica.

A referida tese está fundamentada sob a metodologia de um estudo de múltiplos casos que realizou entrevistas com 15 doutorandas e fez uma análise a partir da construção social do ‘ser mulher’ enquanto candidata à ciência, no processo de concretizar o título de doutora. Dentre as entrevistadas estão mulheres que já são mães e algumas que não são, para que assim seja possível identificar a percepção de quem não tem filho sobre essa fase e de quem os têm, quais os desafios a serem enfrentados. Ao realizar essa contextualização, a autora, que não tem filho e, portanto, não possui lugar de fala, coloca isto como sendo uma ‘pedra’, pois é o primeiro questionamento que recebe quando fala de sua pesquisa. Em consonância com esta ideia, as entrevistadas expuseram a ampliação de ‘visão’ de antes, quando não eram mães, relacionada a conciliar a maternidade com o doutorado para o entendimento das diversas dificuldades que enfrentam na vivência real.

Nesta pesquisa, fica evidente que o fato de o quantitativo de mulheres estarem entrando na pós-graduação não necessariamente corresponde à existência de uma igualdade de gênero, tendo em vista que não há uma estrutura diferenciada para atender às demandas dessas mães e, por isso, muitas relatam serem tratadas com estranhamento e preconceito por suas escolhas de serem mãe e estarem fazendo doutorado, demonstração evidente de algo incompatível. Desse modo, fica claro o longo caminho a ser percorrido para que a emancipação feminina vá além de ocupar os espaços públicos, mas garantir que isso seja feito sem que implique em mais acúmulo de trabalho, pois essa, sim, ainda se constitui uma realidade.

A terceira tese, “Mulheres na ciência: vozes, tempos, lugares e trajetórias”, de autoria de Fabiane Ferreira da Silva, realizada com cinco cientistas mulheres,

buscou entender como os discursos e as práticas sociais dessas mulheres influenciaram nas suas escolhas profissionais, bem como na atividade de cientistas. A autora inclui em sua análise como as cientistas conciliam a atividade de pesquisadora com outros aspectos de sua vida, dentre alguns, a maternidade e as tarefas relacionadas à casa e à família. Nesse aspecto, a autora conclui que algumas adiam ou recusam a maternidade devido à dificuldade em conciliar com a vida acadêmica.

A partir da contextualização da trajetória de vida das mulheres, bem com a conjuntura histórica, social e econômica no qual estão inseridas, é possível identificar que algumas delas ainda optam por adiar ou recusar a vivência materna diante das dificuldades em conciliar com a vida de cientista. As entrevistas de 6 (seis) mulheres de diversas áreas do conhecimento revelam, principalmente nas ciências exatas, um ambiente masculinizado e hostil à inserção das mulheres. Expõem ainda a configuração que permeia a decisão dessas mulheres ao enveredar na vida científica onde, muitas vezes, ficam evidentes as questões de cunho pessoal e familiar e/ou a possibilidade de melhoria socioeconômica.

As áreas nas quais estão inseridas como de Linguísticas, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem ainda estão diretamente ligadas ao cuidado que remete aos “papéis de gênero”, historicamente destinados às mulheres. Nas áreas das ciências exatas, a presença das mulheres ainda ocorre num percentual menor.

A pesquisa evidencia ainda as narrativas extremamente sexistas com as mulheres, com as quais elas ainda têm que confrontar no cotidiano. Isso revela que o estranhamento de mulheres no ambiente científico ainda é muito significativo e, por isso mesmo, a urgência em rever este panorama, tendo em vista que as estatísticas mostram a crescente inserção das mulheres na academia. Vale ressaltar o ano da pesquisa, 2012, e perceber que há contextos semelhantes àqueles revelados na primeira tese encontrada e analisada, ocorrida em 2006.

Ainda sobre a continuidade das pesquisas realizadas no BDTD foram encontradas quatro dissertações que possuem temas que são transversais a nosso objeto de estudo, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 2 - DISSERTAÇÕES SOBRE MATERNIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E VIDA ACADÊMICA.

Título	Autor(a)	Ano	Objetivos	Metodologia
A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL- MG	Raquel Ferreira de Figueiredo	2019	- Compreender de que modo as atuais condições de permanência das estudantes-mães, beneficiárias do auxílio-creche na UNIFAL-MG, impactam no percurso acadêmico delas	A pesquisa documental e empírica, de abordagem quantitativa e descritiva, foi realizada por meio de dados institucionais e questionário aplicado às 51 estudantes-mães que constituem a população estudada.
Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS	Patrícia Oliveira Brito	2016	- Compreender as presenças das mulheres indígenas - especialmente as pertencentes aos povos Kaingang e Guarani – que foram aprovadas em processo seletivo específico e diferenciado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir de 2008.	- Escuta das narrativas (em rodas de conversa e diálogos); -Visitas às aldeias;
A maternidade na casa das estudantes da UFSM: desafios e conquistas das acadêmicas mães moradoras da CEU/UFSM	Katiúcia Pletiskaitz	2018	- Compreender como as jovens acadêmicas mães, moradoras da Casa dos Estudantes Universitários (CEU), conciliam a maternidade à formação acadêmica na Universidade Federal De Santa Maria – UFSM e como esse processo impacta no acesso aos direitos das mulheres à Educação Superior pública.	- Narrativas autobiográficas; -Pesquisa empírica e bibliográfica; -Entrevistas;
Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça.	Debora Françolin Quintela	2017	- Analisar a relação entre mulheres, maternidade e ativismo político, à luz	-Revisão bibliográfica; -Pesquisa empírica; -Entrevistas de

			das desigualdades de gênero, raça e classe. - Investigar uma amplitude maior de experiências de mulheres como mães eativistas políticas.	profundidade; -Análise documental;
--	--	--	---	---------------------------------------

Quadro elaborado pela autora, a partir de dados coletados e analisados no site da BDTD em 2019.

A dissertação da Raquel Ferreira de Figueiredo se dispõe a analisar os impactos políticos do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) institucionalizada nas universidades federais através do decreto nº 7234/2010, no caso específico das Estudantes Mães da Universidade Federal de Alfenas em Minas Gerais. Fica evidenciado nesta dissertação o quanto há demandas singulares para as Estudantes Mães, o que também exige da assistência estudantil ações específicas que as atendam - no caso desta universidade, o auxílio creche.

O grupo pesquisado é composto por 51 mães estudantes, onde foi delineado o perfil socioeconômico deste universo e os resultados demonstraram que há poucas ações para permanência efetiva das mães na universidade. Revelou ainda que o suporte dado pela família é o mais utilizado para garantir a presença nas aulas. Ficou evidente que ainda há muitos desafios a serem superados pela política de assistência estudantil - e pela própria universidade - a fim de garantir a permanência das mães estudantes, sendo que esta não deve servir apenas para sanar demandas materiais, mas também simbólicas.

Em sua pesquisa, Raquel vai além da coleta de dados e sua análise e concretiza algumas propostas de intervenção para fortalecer o apoio às mães estudantes, no intuito de garantir a permanência simbólica, ou seja, projetos que colaboram com a permanência material. Em sua proposta, ela evidencia a intervenção a partir de três dimensões: assistência estudantil, pedagógica e infraestrutura. Ações que vão desde ao acolhimento do espaço físico da universidade as mães estudantes, passando pelo auxílio psicológico (considerando que os dados revelaram que muitas sofrem com constrangimentos por sua condição de mãe), perpassando por ações pedagógicas por parte da universidade em promover o debate sobre a maternidade em seu espaço e ainda mudanças em prazos e regulamentos para que as mães estudantes possam receber apoio institucional.

A segunda dissertação elencada no quadro exposto acima, intitulada “Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS”, de Paula Oliveira Brito, se dispõe a compreender as vivências de mulheres indígenas universitárias a partir das políticas de ações afirmativas contextualizando com suas vidas pessoais nas aldeias.

Nesta pesquisa encontra-se a ação de duas políticas públicas que contribuem para a permanência das estudantes no ensino superior: a política de ações afirmativas de população indígena (por se tratarem das sujeitas da pesquisa) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas duas políticas atuando em conjunto contribuem para acesso e permanência de minorias no ensino superior. Vale ressaltar que nenhuma delas está diretamente relacionada à condição das estudantes serem mães, mas por serem indígenas e estudantes.

Além de expor dados sobre estudantes, respectivas etnias e cursos onde é possível perceber uma predominância de indígenas na área das Ciências Humanas. Até a caracterização do ser mãe, indígena, as questões que envolvem o processo de identidade, bem como o “estar” na universidade, tendo em vista que se caracteriza uma condição incomum já que as mulheres são incentivadas a se ocupar nas atividades na aldeia e na maternidade. A ocupação de mulheres indígenas na universidade é uma conquista na garantia de direitos.

No último capítulo a autora traz diversas narrativas de mulheres indígenas mães que falam sobre o processo de estar na universidade, ser indígena e conciliar com a maternidade. Algumas foram mães durante o período que estiveram na universidade e demonstraram que ainda há muitos desafios a serem superados. O fato de não poderem ficar com suas crianças na Casa Estudantil Universitária (CEU) é o que relatam ser mais difícil. A exclusão de crianças de um espaço público parece contrário com a constituição que assegura ser dever do Estado, família e sociedade zelar pelo bem-estar daqueles que estão em formação.

Outra dissertação analisada trata-se da pesquisa “A maternidade na casa das estudantes da UFSM: desafios e conquistas das acadêmicas mães moradoras da CEU/UFSM”. A considerar que na pesquisa anterior as estudantes indígenas tinham que lidar com o fato de não poderem estar na CEU com suas crianças, esta pesquisa traz a vivência de Estudantes Mães e moradoras da CEU, como conciliam neste tempo e espaço a maternidade com a universidade.

A existência de uma resolução de 2008, que, teoricamente impede a existência de acompanhantes na Casa Estudantil Universitária (CEU), ainda que seja filhas(os): “O programa de moradia Estudantil – PRAE/UFSM é válido exclusivamente ao aluno contemplado com esse benefício, não sendo extensivo a dependentes e/ou acompanhantes” (UFSM, 2008), subverter a norma institucional mostrou-se ser o caminho mais humano para convivência de mães estudantes e suas crianças - considerando que, na realidade social, ainda são as mulheres quem mais se responsabilizam no cuidado com as crianças.

As narrativas das participantes evidenciam que as mulheres precisam conciliar suas escolhas, planos, percursos com a maternidade. Essa não é a realidade dos pais das crianças, que podem realizar suas escolhas, percursos e planos e optarem por não conciliar com a paternidade, se abstendo dessa condição, o que sobrecarrega as mães. Isto fica evidente nos relatos, onde, muitas vezes, os pais moravam perto e dividiam os cuidados com as crianças, mas ao decidirem outro percurso, o fazem sem considerar o exercício da paternidade.

Algumas estudantes relatam atraso em disciplinas do curso e quando são questionadas sobre o andamento do curso do companheiro e/ou pai de suas filhas(os), elas alegam que os deles não teve atraso. A creche se apresenta como uma aliada fundamental para as mães compartilharem as crianças, tendo em vista sua condição socioeconômica.

Também marcou a repetição por parte das estudantes da frase “Somos só nós dois” no que se refere não ter com quem dividir os cuidados com as crianças, já que algumas estão em cidades distantes da família. É possível identificar como o exercício materno muitas vezes ocorre de forma solitária e isolada.

A pesquisa problematiza essa universidade que não é pensada para receber/acolher mulheres com suas filhas(os). E nesse aspecto temos que considerar o recorte de gênero, numa sociedade patriarcal que a cada passo fica evidente que está moldada para beneficiar homens.

A UFSM é pioneira no atendimento às Estudantes Mães e através de uma resolução de 2014, garante o auxílio creche no valor de uma bolsa e meia do valor de uma bolsa PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis). Há também a ocupação de uma vaga extra, na CEU, quando for pra uma estudante mãe, o que dá mais privacidade e espaço para estarem com suas crianças.

A pesquisa expõe ainda o histórico da consolidação da CEU na UFSM, bem como a importância e impactos dessa conquista para estudantes em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. O pioneirismo da UFSM no acolhimento das Estudantes Mães tem muito a contribuir para universidades de todo país.

Para finalizar a análise das dissertações, “Maternidade e ativismo político: a luta de mães por democracia e justiça”, aborda a maternidade e ativismo político, compreendendo o “ser” mãe dentro de uma perspectiva de vivência política e a luta por democracia e justiça.

Nesse contexto, inicia-se expondo a criação da teoria do pensamento maternal e as críticas que cabem nesta construção social. No segundo momento, a autora traz à tona a perspectiva da maternidade por mulheres negras, considerando realidades distintas, estereótipos, direitos reprodutivos e particularidades das maternidades.

A pesquisa evidencia a condição: relacionar a temática com democracia, autonomia, justiça e desigualdades é fundamental na busca de garantias de direitos. Nesse aspecto, a pesquisa diferencia o conceito de “pensamento maternal” para aderir à maternagem, uma condição, um estado. Tirando o peso do cuidado como algo exclusivo de mulheres e/ou apenas da mãe.

A pesquisa se detém a um estudo de caso de um grupo de mães militantes composta por brasileiras, pobres, moradoras de periferias e em sua maioria, negras e pouco escolarizadas.

As análises dos estudos científicos sobre o tema revelam entre outras questões de pesquisa que, a partir da nossa busca, encontramos apenas três teses com mais de oito anos e até com mais de dez anos de realização. Já nas pesquisas de dissertações, conseguimos com datas mais recentes (2019, 2016, 2018 e 2017); isso aponta para um aquecimento do debate sobre a maternidade, tendo em vista que o compartilhar no cuidado com as(os) filhas(os) ainda é tão desigual. As protagonistas desses cuidados são majoritariamente as mulheres sejam elas as mães, avós, tias, madrinhas, professoras, auxiliares nas creches, ou seja, nos espaços e cuidado de crianças, as mulheres são sempre maioria.

Outro aspecto relevante que as dissertações trazem é a tentativa de democratizar esse espaço das universidades, da produção do conhecimento científico para o acolhimento das mães, isso corrobora com a ideia de que elas

estão nesses espaços, mesmo diante de tantas dificuldades, e que precisam de apoio para garantir sua permanência nas universidades.

As análises das pesquisas encontradas demonstram a importância das políticas públicas chegarem as Estudantes Mães, seja no que diz respeito à casa das estudantes, auxílio estudantil, cotas raciais, entre outras. Sobretudo, demonstra ainda a necessidade em se pensar políticas públicas específicas para este grupo social, a fim de que as mães possam adentrar a universidade e encontrar mecanismos que as auxiliem a permanecer no espaço acadêmico.

Assim a pesquisa em pauta teve como hipótese que as políticas públicas de ações afirmativas podem contribuir de forma significativa visando garantir condições de equidade para que as mães possam estudar e vivenciar a maternidade de forma amparada no período da pós-graduação. E o objeto do nosso estudo é o exercício da maternidade no espaço acadêmico por Estudantes Mães da pós-graduação e o contexto da inclusão e acolhimento.

Dessa forma a pesquisa tem como objetivo geral analisar como as Estudantes Mães vivenciam o exercício da maternidade na pós-graduação *Stricto Sensu* em três universidades públicas brasileiras e o contexto de inclusão e acolhimento e como objetivos específicos:

- Caracterizar as Estudantes Mães da pós-graduação no contexto acadêmico;
- Caracterizar no exercício da maternidade no espaço acadêmico as concepções de acolhimento e políticas de acolhimento das Estudantes Mães;
- Identificar as ações e/ou políticas públicas direcionadas às mães no período da pós-graduação em algumas universidades federais no Brasil;
- Analisar as perspectivas de criação de políticas públicas que contribuam com o acesso e a permanência das mães no espaço acadêmico da Pós-Graduação.

Neste contexto, a pesquisa se desenvolveu com a seguinte organização: introdução acerca do tema contendo as delimitações que compõem a pesquisa. Em seguida, uma seção dedicada à abordagem metodológica que fundamentou o caminho para a construção da pesquisa. Nessa seção, ficou explícita a abordagem utilizada que corresponde aos Estudos de casos múltiplos que trouxeram

contribuições importantes que foram aplicadas nas universidades escolhidas, onde foi possível perceber um pouco acerca da vivência das mães estudantes.

A terceira seção foi dedicada a investigar as políticas públicas de ações afirmativas, seu conceito, construção e consolidação na reparação histórica para promover condições de equidade para a população negra, relacionando como esse conceito pode ser aplicado às mães. Ainda nesta seção: perceber as questões epistemológicas que envolvem as universidades públicas e sua importante contribuição para construção de uma sociedade igualitária, observando os princípios de uma educação inclusiva e democrática.

Na quarta seção, contextualizamos a construção social das maternidades a partir do questionamento sobre a lógica patriarcal e o quanto essa perspectiva limita a potência das mulheres, bem como não condiz com as demandas sociais atuais. Dedicamos a compreender a importância dos movimentos sociais na promoção do debate na sociedade, bem como na articulação da implementação de políticas públicas. No caso específico, compreender os princípios do debate feminista acerca da condição das mães, percebendo a importância histórica deste debate, os desafios que ainda estão expostos e precisam ser superados, além de alguns pontos onde já foram alcançados alguns avanços neste assunto.

A quinta seção foi dedicada a identificar algumas iniciativas de coletivos de mães e suas atuações em Universidades Federais públicas do país, identificando como promovem o debate acerca destas temáticas e como auxiliam na implantação de ações acolhedoras e na ampliação de políticas públicas. Caracterização do campo de estudo: três universidades federais, a saber, UFF, UFRPE e UFPE. A escolha da UFF, deve-se ao fato de possuir um coletivo de mães e um núcleo de estudos maternos. A UFRPE e a UFPE possuem creche destinada ao atendimento da comunidade escolar na qual estão inseridas. Para finalizar a pesquisa, a última seção faz a descrição dos dados coletados por meio do formulário (Google Forms), bem como a análise desses dados. Relacionar os dados coletados com a fundamentação teórica se mostra de suma importância para compreendermos que a realidade é baseada através da subjetivação da divisão sexual no cuidado com as crianças, bem como a percepção e responsabilização das mulheres como maioria no cuidado com essas crianças.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia de estudo de caso, que tem como objetivo “focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões” (ANDRÉ, 2013, p. 97). No caso específico, o objeto apresenta essa característica de possuir diversos aspectos a serem analisados a partir de várias óticas para que seja possível sua compreensão a partir da dimensão ampla que o constitui.

Utilizar o estudo de caso como metodologia da pesquisa se faz a partir do entendimento de que o mesmo “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21). Dessa forma, para compreender o contexto social e político do qual nosso objeto está inserido, o estudo de caso traz contribuições relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

A possibilidade do estudo de caso que permite uma investigação com amplitude, observando as “características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores” (YIN, 2001, p. 21). Caracterizar os eventos, considerando os diversos contextos, é uma das possibilidades do estudo de caso como escolha metodológica.

O estudo de caso se desenvolve a partir de algumas perspectivas importantes. Para isso se utiliza de algumas estratégias, a saber:

A visão mais apropriada dessas estratégias diferentes é pluralística. Pode-se utilizar cada estratégia por três propósitos - exploratório, descritivo ou explanatório. Deve haver estudos de caso exploratórios, descritivos ou explanatórios (YIN, 1981a, 1981b). (YIN, 2001, p. 23).

A finalidade é compreender a pluralidade de estratégias e características que um estudo de caso pode nos apresentar. Ao evidenciar essas características, cabe ao pesquisador perceber o momento mais apropriado para a utilização dos aspectos exploratórios, descritivos ou explanatórios em sua pesquisa. Para expor essas características se faz necessária a utilização de instrumentos específicos que evidenciem as condições para o desenvolvimento da pesquisa sob essas estratégias. Assim como é fundamental compreender a importância da escolha

do estudo de casos múltiplos para a presente pesquisa, considerando que foi levantado dados de três universidades diferentes em nosso estudo.

2.1 Estudo de Casos Múltiplos

Para contextualizar a pesquisa, se faz necessário relacionar as estratégias às respectivas condições nas quais elas se desenvolvem, sendo importante considerar alguns pressupostos: “(a) no tipo de questão de pesquisa proposto, (b) na extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais efetivos e (c) no grau de enfoque em acontecimentos históricos em oposição a acontecimentos contemporâneos” (YIN, 2001, p. 24). Evidenciar esta relação facilita a compreensão de cada fase da pesquisa e a organização dos instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados.

É importante identificar as ferramentas que o estudo de caso possibilita quando se escolhe este método como caminho de elaboração da pesquisa, considerando que seu

objetivo for descrever a incidência ou a predominância de um fenômeno ou quando ele for previsível sobre certos resultados. A investigação de atitudes políticas predominantes (nas quais um levantamento ou a pesquisa de opinião pode ser a estratégia favorecida). (YIN, 2001, p. 25).

Para identificar se o estudo de caso é o caminho apropriado para a pesquisa é de suma importância “questões do tipo ‘como’ e ‘por que’ são mais explanatórias, e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisas escolhidas” (YIN, 2001, p. 25).

Nesse contexto, percebe-se que a identificação de ações na pesquisa já evidencia a utilização do estudo de casos múltiplos como metodologia. Dessa forma,

se você quisesse saber ‘por que’ aconteceram os tumultos, teria que esquematizar uma série mais abrangente de informações documentárias, ao mesmo tempo em que realizasse algumas entrevistas; se você focasse sua investigação em questões do tipo ‘como’ em mais de uma cidade, provavelmente estaria realizando um estudo de casos múltiplos. (YIN, 2001, p. 25-26).

Fica evidente a importância das etapas no desenvolvimento da pesquisa, de responder a algumas questões que devem ser definidas de forma antecipada “definir questões da pesquisa é provavelmente o passo mais importante a ser considerado em um estudo de pesquisa” (YIN, 2001, p. 26). Ao final, a pesquisa, em seu

desenvolvimento, deverá possivelmente responder as questões levantadas no início da mesma.

O estudo de mais de um caso é importante para que seja provado um dado fenômeno e considerado a partir de um experimento científico. Dessa forma,

baseiam-se, em geral, em um conjunto múltiplo de experimentos, que repetiu o mesmo fenômeno sob considerações diferentes. Pode-se utilizar a mesma técnica com estudos de casos múltiplos, mas exige-se um conceito diferente dos projetos de pesquisado apropriados. (YIN, 2001, p. 27).

Ao analisar, sob a perspectiva do estudo de casos múltiplos, as pesquisas históricas convencionais percebe-se que o estudo de caso apresenta um diferencial referente aos aspectos metodológicos: “é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional” (YIN, 2001, p. 27). A variedade, neste caso, contribui para o desenvolvimento da pesquisa, da análise e das conclusões a serem tidas como resultados.

O estudo de caso recebe críticas como, por exemplo, a generalização a partir do estudo de um único caso. Nesse contexto, o estudo de casos múltiplos contribui de forma significativa considerando que

fatos científicos raramente se baseiam em experimentos únicos; baseiam-se, em geral, em um conjunto múltiplo de experimentos, que repetiu o mesmo fenômeno sob condições diferentes. Pode-se utilizar a mesma técnica com estudos de casos múltiplos, mas exige-se um conceito diferente dos projetos de pesquisa apropriados. (YIN, 2001, p. 29).

Diante do fato da pesquisa apresentar o caráter histórico a partir da problematização das questões de gênero, evidencia, assim, o papel reprodutivo da mulher, construído socialmente para limitá-la à esfera doméstica. Alguns instrumentos contribuem para evidenciar essas questões históricas “que usualmente não são incluídas no repertório do historiador: observação direta e série sistemática de entrevista” (YIN, 2001, p. 27). Este último instrumento, as entrevistas, no formato de questionário, são grandes aliadas para compreender a dinâmica das mães/estudantes como também, na tentativa de identificar a partir da fala delas, as questões mais difíceis de lidar no exercício da maternidade, no período da pós-graduação.

A metodologia utilizada nesta pesquisa permite, a partir da observação das etapas que a compõem, “lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo” (YIN, 2001, p. 32) neste estudo que se debruça a entender o contexto em que as pós-graduandas conciliam o curso e o exercício da maternidade e identificar de que forma as políticas públicas podem promover ações de equidade para este grupo social.

A fim de caracterizar estes contextos, se faz de suma importância a compreensão de que o estudo de casos múltiplos se constitui em “um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (YIN, 2001, p. 33). Considerando esse panorama, devem-se traçar as estratégias para coletas dos dados e posterior análise dos mesmos.

O questionário elaborado a partir da ferramenta do Google denominada Google Forms⁶ foi o instrumento escolhido, diante do contexto de estarmos vivenciando uma pandemia a nível mundial e o deslocamento e encontro presencial estarem comprometidos. O instrumento (questionário) foi usado para a escuta das Estudantes Mães com a finalidade de compreender como este grupo social realiza o movimento de resistir e ocupar um espaço público e de estudos, bem como se esses espaços estão aptos a recebê-las. O objetivo do questionário foi fazer a escuta de quem vive a experiência de ser mãe e como estas conciliam a pós-graduação e a maternidade.

A compreensão do contexto político do objeto pesquisado é de suma importância a fim de considerarmos a urgência histórica e social de assegurar a estadia das mães na pós-graduação e se desejamos construir uma sociedade inclusiva, plural e baseada na equidade de gênero.

Sendo uma pesquisa qualitativa, se constitui num processo apurado na sua construção e é relevante considerar como premissa que o “conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados” (ANDRÉ, 2013, p. 97). Firma-se um compromisso de perceber a dimensão social e de promover um retorno ao contexto social estudado.

⁶ Consiste num aplicativo on line onde é possível criar formulários e assim produzir pesquisas de múltiplas escolhas e também questões discursivas. Os dados ficam salvos na sua própria conta do Google.

Um estudo de caso sob a perspectiva de uma abordagem qualitativa prescinde a necessidade de “explicitação dos processos seguidos na realização da pesquisa, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos, com a justificativa de cada opção feita” (ANDRÉ, 2013, p. 96). Importante observar aspectos que vão além de números e aprofundar as análises dos resultados encontrados, situando-os a partir de diversos contextos e possibilidades, trazendo riqueza na construção da pesquisa. Sendo assim, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para melhor compreensão dos dados obtidos.

2.2 Técnica de análise dos dados - Análise de conteúdo

A escolha da análise de conteúdo enquanto técnica para coleta dos dados contribuiu de forma significativa considerando prioritariamente que “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a **mensagem**, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 13). A técnica de análise de conteúdo é de suma importância para perceber os contextos em que o objeto está inserido, pois

envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 13-14).

Vale ressaltar que, durante a análise de dados, ter como lente a “análise de conteúdo requer que as descobertas tenham relevância teórica” (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 16). Dessa forma, evidencia a importância em estabelecer uma aproximação entre o contexto e as interlocutoras, na tentativa de não apenas descrever, mas investir na análise destes contextos fazendo a relação com as teorias que fundamentam a construção do conhecimento científico. Sendo assim, algumas interferências podem ser fundamentais para trazer

mensagem que responde às perguntas: o que se fala? O que se escreve? Com que intensidade? Com que frequência/ que tipo de símbolos figurativos são utilizados para expressar ideias? E os silêncios? E as entrelinhas? (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 20).

Quando nos dedicamos a pesquisar grupos sociais e as questões que os atravessam - no nosso caso, o exercício da maternidade das Estudantes Mães - é importante identificar os contextos históricos no qual estão inseridos, perceber essa mudança ao longo do tempo, tendo em vista que as mães sempre estiveram destinadas a uma vida privada

esse procedimento tende a valorizar o material a ser analisado, especialmente se a interpretação do conteúdo “latente” estipular, como parâmetros, os contextos sociais e históricos nos quais foram produzidos. (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 24).

Durante o desenvolvimento da análise de dados, faz-se necessário identificar as unidades de registro e unidades de contexto bem como suas subclassificações. A unidade de registro corresponde a “menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 37). Essa parte engloba a percepção sobre a palavra, o tema, o personagem e o item que compõem a pesquisa, compreendendo suas limitações e suas amplitudes que podem ser analisadas de acordo com suas respectivas significações, onde, por exemplo, o personagem poderá ser decodificado quanto à sua etnia, seu estado socioeconômico, seu gênero etc.

No que se refere à unidade de contexto a ser analisada compreende a parte mais ampla de conteúdo, onde abarca “os conceitos de ‘significado’ e de ‘sentido’ os quais devem ser consistentemente respeitados, quando da análise e interpretação das mensagens disponíveis.” (FRANCO; PUGLISI, 2005, p. 43).

Dessa forma, a análise de conteúdo contribuiu de forma significativa a presente pesquisa, tendo em vista que, ao fazermos o levantamento de documentos existentes e relacionados as políticas de acolhimento direcionadas as mães da pós-graduação, foi necessário contextualizar essa “personagem” no âmbito de um processo histórico e cultural do qual ela está inserida e também de perceber qual estrutura está sendo tentada a modificar para acolher essas Estudantes Mães.

Foram escolhidos três cursos de pós-graduação de universidades federais públicas a fim de que pudéssemos identificar as políticas de acolhimento e/ou ações direcionadas às Estudantes Mães e perceber os desafios a serem enfrentados por estas universidades para um efetivo atendimento às mesmas. Duas dessas Universidades estão localizadas em Pernambuco - a Universidade Federal de

Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Ambas possuem em suas dependências do campus central creches com o objetivo de atender às demandas de Estudantes Mães /funcionárias e da comunidade local. Esse diferencial nos instiga a perceber como se constitui essa dinâmica de atendimento e perceber os impactos na vida das Estudantes Mães. A Universidade Federal Fluminense (UFF) no Rio de Janeiro foi escolhida por sua experiência de organização na implantação de ações e políticas públicas através do Coletivo de mães da UFF e também pela atuação do Núcleo Interseccional de Estudos da Maternidade (NIEM). A atuação conjunta tem trazido avanços na universidade e ainda auxilia na implantação de coletivos de mães em outras universidades federais pelo país. Pontuação especial para mães recentes - no intuito de alcançar uma bolsa na pós-graduação - é uma das ações relevantes para as estudantes, tendo em vista que a bolsa se constitui na sobrevivência das mães e de suas crianças, durante a pós-graduação.

Foi realizada a escuta das estudantes e suas demandas ainda não contempladas pelas políticas públicas existentes e/ou pelas ações afirmativas. O lugar de fala dessas estudantes foi fundamental para conhecermos os entraves a serem superados e como as políticas e ações afirmativas podem atuar para modificação deste cenário de desigualdade para as mães estudantes da pós-graduação.

Na Análise de Conteúdo, Amado e Crusoé trazem um conceito de análise taxionômica que consiste “pôr em evidencia a regularidade dos fenômenos e/ou das suas características (sem relação com variáveis independentes), o que leva à classificação dos objetos em estudo” (2013, p.312). A repetição dos fenômenos independentes das variáveis traz informações fundamentais de uma recorrência.

O processo de categorização do conteúdo permite uma análise, considerando o agrupamento “o primeiro grande objetivo de análise de conteúdo é de organizar os conteúdos de um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave veiculadas pela documentação em análise.” (AMADO; CRUSOÉ, 2013, p.312). As categorias da descrição e análise dos dados coletados foram elencadas. A priori, são elas:

- 1- Caracterização das Estudantes Mães.
- 2- A Estrutura da Universidade e as Mães Estudantes
- 3- As Estudantes Mães vivendo a Pós-Graduação no contexto da pandemia

4- Políticas Públicas e as Estudantes Mães na Pós-Graduação

A escolha do formulário/questionário como instrumento de coleta de dados e a elaboração do mesmo possibilitou uma maior aproximação com o objeto de estudo.

2.3 Aplicação dos Instrumentos

A realização de uma pesquisa científica no contexto de uma crise sanitária mundial causada pelo vírus da Covid 19, que tem como uma das ações o isolamento social para evitar o contágio, certamente influenciou o “fazer” pesquisa dentro desta nova realidade. A partir das restrições ao convívio social, o uso de plataformas virtuais e ferramentas tecnológicas foram sendo utilizadas como meio de realização de estudo e trabalho online, configurando-se em atividades remotas (síncronas e assíncronas). A partir desta realidade presente em várias áreas como: trabalho, estudo e convivência, a pesquisa foi realizada remotamente, onde utilizamos um formulário virtual da plataforma Google (Google Forms) para aplicação do questionário da pesquisa. Durante a coleta de dados, todo o contato com as instituições, com as(os) representantes das instituições, bem como com as estudantes de pós-graduação foram realizados de forma online.

O primeiro instrumento elaborado foi um questionário enviado as estudantes das universidades selecionadas para a pesquisa com o objetivo de identificar quais seriam as estudantes que corresponderiam ao perfil da pesquisa. Como já dito anteriormente, utilizamos a ferramenta do Google (Google Forms), que foi organizado com onze questões básicas para identificar mães, idades de suas filhas(os), o contato das respondentes e concluía com um convite para participação na pesquisa. Sendo critério para participação na pesquisa que as Estudantes Mães tivessem, ao menos uma(um) das(os) filhas(os), na faixa etária de até 12 anos de idade. Pois, acima dessa faixa etária, há uma autonomia maior por parte das(os) filhas(os).

Para o envio do primeiro formulário o contato com a coordenação da PPGedu da UFPE foi fundamental para que fossem enviados através de lista de e-mails para as turmas de mestrado e doutorado dos anos de 2018, 2019 e 2020, tendo um rápido retorno das estudantes.

No contato com a coordenação da UFRPE/FUNDAJ foi repassado o contato das representantes das turmas. E o link do formulário da pesquisa foi colocado nos grupos de WhatsApp das turmas de mestrado dos anos de 2018, 2019 e 2020. Neste curso, obtivemos poucas respostas e solicitamos às representantes de turmas o reenvio do link do formulário/triagem. Outra percepção na turma de 2018 desta instituição é que no período da pandemia e culminando com período de qualificações de algumas estudantes, das três mães, uma não conseguia responder, precisando de mais tempo, devido a demanda da qualificação. A sobrecarga estava explícita sempre, mas durante a pandemia era escancarada.

Através do contato com a coordenação da UFF, conseguimos que a secretaria repassasse por e-mails o link do formulário de triagem. No entanto, após dias sem nenhuma resposta, buscamos um novo contato via e-mail com a coordenação e não conseguimos retorno. Acessar o grupo de Facebook da pós-graduação em educação foi outro caminho para chegarmos até as estudantes. O link da pesquisa foi postado e conseguimos uma resposta. Importante registrar que a dificuldade de comunicação à distância e de não poder estabelecer um contato presencial no campo de pesquisa nos revelou a problemática da coleta de dados em um contexto pandêmico.

Após esperarmos mais de uma semana, tentamos contato com o Núcleo Interseccional de Estudos Maternos (NIEM) da universidade para que ele pudesse repassar o link da pesquisa. Sem retorno por mais de uma semana, buscamos outro grupo do Facebook direcionado as mães pós-graduandas da UFF onde foi postado o link do questionário triagem e convite para participação na pesquisa. Neste momento, decidimos ampliar para todas as pós-graduações da UFF. Tendo em vista que a universidade tem um núcleo de estudos maternos e coletivos de mães, entendemos ser de suma importância ouvir as mães estudantes que faziam parte do núcleo e coletivos e que aceitassem o convite para contribuir com a pesquisa.

Dessa forma, ressaltamos que na UFF devido ao avançado processo de organização das mães estudantes na instituição, nós entendemos como pertinente a ampliação da participação agregando as Estudantes Mães de todas as pós-graduações e, nas outras duas universidades, mantivemos apenas restrito à pós-graduação em educação.

Assim, após a postagem no grupo de mães pós-graduandas algumas respostas começaram a chegar e o NIEM fez um movimento de divulgar o link em suas redes sociais e via WhatsApp, o que resultou em uma maior adesão aos questionários pelas Estudantes Mães. A partir da mobilização do núcleo e dos coletivos da UFF entre as pós-graduações foram totalizadas 182 respostas recebidas. Este número correspondia em parte a Estudantes Mães de outras universidades (não selecionadas para a pesquisa), mas que foram mobilizadas nas redes sociais pelo país. Mantivemos o nosso critério em relação às três instituições e foram validadas as respostas de 72 (setenta e duas) Estudantes Mães. Dessa forma, todas as 72 Estudantes Mães respondentes possuem um ou mais filhas(os) na faixa etária de até 12 anos de idade.

Sendo assim, é de suma importância enfatizar que as Estudantes Mães da UFF são de diversas pós-graduações, de diversas áreas, enquanto na UFPE e UFRPE/FUNDAJ, as participantes são das pós-graduações de Educação. Após a coleta de dados, foi o momento de organizá-los em tabelas, gráficos, quantificando alguns resultados e trabalhando a técnica de análise de conteúdo com as questões abertas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são ações do estado para sanar algum problema existente na sociedade. Dessa forma, cada política pública se fundamenta através de metas e objetivos para resolver um determinado problema. Nesta seção, foi abordada as políticas públicas para sanar uma desigualdade entre os componentes da sociedade, mais especificamente, as mulheres na condição de mães. É importante pensar que os cidadãos que compõem o Estado são atravessados por condições desiguais de existência e que as políticas públicas devem ser direcionadas a diminuir a distância entre as condições e o objetivo a ser atingido, neste caso, acesso e permanência de Estudantes Mães na pós-graduação.

3.1 Políticas públicas e equidade

Um olhar mais atento para promoção de equidade compreende a necessidade em promover e direcionar ações para os mais vulneráveis socialmente e não reproduzir as desigualdades existentes em nossa sociedade.

Ao mesmo tempo em que o Estado é o terreno onde reproduz a lógica capitalista da sociedade, se configura também o terreno de mudança deste cenário em que seja necessário considerar “Os projetos do Estado – de suas estruturas, de suas políticas públicas – não podem ser independentes dos projetos formulados a partir da sociedade” (BRAND, 2016, p. 134). Nesse contexto, o autor reforça a ideia de que apenas modificar a lógica do Estado não é suficiente.

Considerando que as políticas públicas surgem a partir das mudanças da sociedade, a saída da mulher do espaço privado, seja para ocupar os espaços acadêmicos ou para o mercado de trabalho, requer uma reconfiguração familiar, tendo em vista que

o aparato legal e as políticas públicas, de forma geral, foram arquitetadas para um modelo de família heterossexual tradicional no qual o lugar simbólico do homem como provedor e da mulher como cuidadora do lar impera. (PINHEIRO; GALIZA; FONTOURA, 2009, p. 851).

Com o intuito de perceber que a sociedade vem mudando e, cada vez mais as mulheres estão saindo do âmbito doméstico, ficam pontos importantes a serem solucionados por políticas públicas a partir da nova organização familiar.

a) desenvolvimento de serviços coletivos que permitam socializar parte dos custos dos cuidados com a família, evitando que tais custos recaiam exclusivamente sobre as mulheres; b) implementação de mecanismos que visem tornar mais igualitária a divisão de tarefas no âmbito doméstico, para que os custos derivados da reprodução das famílias deixem de ser diretamente associados às mulheres. (PINHEIRO; GALIZA; FONTOURA, 2009, p. 855).

Nesse contexto, é importante evidenciar um aspecto relevante no que diz respeito a licença paternidade, demonstrando o abismo do estado em assegurar direitos igualitários: “a previsão de licenças compartilhadas representa uma ação proativa do Estado na garantia da aplicação do mesmo dever e do mesmo direito de cuidado com os filhos às mães e pais” (PINHEIRO; GALIZA; FONTOURA; 2009, p. 857).

Outra situação relevante é a identificação de que algumas políticas são utilizadas como forma de ‘politização do feminino e da maternidade’, segundo MEYER (2006). O que significa uma

referência a uma rede discursiva que delinea pedagogias as quais, ao educar mulheres como mães, as situam ao lado do Estado, de modo a corresponsabilizá-las pelos enfrentamentos de questões estruturais de pobreza. (KLEIN; MEYER; BORGES, 2013, p. 909).

A linha tênue entre ‘controlar’ e ‘amparar’ é comumente evidenciada através de ações, e - vale a pena questionar - considerando que geralmente são as mulheres que cuidam das crianças

onde estão as políticas que amparam as mães, as tias, as avós, as solteiras e as madrinhas que trabalham e que criam crianças de várias pessoas temporariamente, e por meses e por anos? (KLEIN; MEYER; BORGES, 2013, p. 916).

A mudança de uma dada realidade perpassa por um conjunto de ações que vão desde o discurso, as políticas públicas e ação efetiva por parte de todos(as) que compõem a sociedade. Problematicar e desconstruir ações que ampliam as desigualdades de gênero são fundamentais para o compartilhamento das responsabilidades com as crianças que diz respeito não apenas às mães - como comumente são direcionadas - mas, cabe também ao pai, ao estado e a toda sociedade.

3.2 Políticas de Ações Afirmativas

As ações e políticas no âmbito educacional corroboram para atuações que promovam a “educação para uma ação política, libertadora, e mais essencialmente, democrática” (VIEIRA, 2003, p. 83). A desigualdade social é um projeto político de poder que fundamenta o sistema econômico: “se constitui elemento de sustentação da exploração capitalista, sendo a discriminação étnico-racial e a de gênero algumas de suas expressões, as quais criam as condições necessárias para a superexploração dos trabalhadores” (SALVADOR, 2010, p. 157). Dessa forma, compreende-se que a desigualdade existente é ‘criada’ com a intenção de garantir a exploração da mão de obra ‘barata’ para gerar lucro ao capital.

Historicamente, a desigualdade social foi relacionada a processos individuais, desconsiderando os contextos aos quais o sujeito da sociedade está inserido, bem como a existência de uma estrutura social que acentua essa desigualdade.

as propostas de igualdade social para negros sempre estiveram atreladas às saídas universalistas, e, as perspectivas de ascensão social para esse grupo, de modo paradoxal ao que defende as próprias propostas progressistas, são vistas como processos individuais. (VIEIRA, 2003, p. 84).

Não dá para dissociar a organização social capitalista e o aspecto racista, classista e de gênero que esse modelo tem como bases para sua atuação na sociedade: “o caráter violento do capitalismo global, alimentado pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder” (GOMES, 2018, p. 122).

Similarmente, considerando estarmos no contexto de uma estrutura social racista e machista, onde historicamente as mulheres passaram por processos excludentes, com real impacto social. “As políticas de reconhecimento, também denominadas políticas afirmativas, constituem respostas às reivindicações de grupos sociais como negros, mulheres e outros” (SALVADOR, 2010, p. 158). Considerando também a importância do apoio a essas mulheres, podemos conceituar políticas direcionadas a este acolhimento, como uma ação afirmativa para mulheres na condição e contexto do exercício materno.

Corroborando com Salvador, entendemos que o princípio da política de ação afirmativa tem como objetivo promover uma reparação sob aspectos históricos, sociais e

buscam dar materialidade à democracia contemporânea, difundindo uma nova cultura em que se reconhece o tratamento desigual dispensado a determinados grupos sociais menos favorecidos. Criam-se, assim, medidas de enfrentamento a essa questão, promovendo o acesso aos seus direitos sociais e, conseqüentemente, à igualdade social. (SALVADOR, 2010, p. 158).

Compreendemos que os mesmos princípios são basilares para políticas direcionadas a outras minorias. No que diz respeito às mulheres e o contexto de gênero é importante ações e políticas afirmativas, tendo em vista que as “especificidades dos grupos sociais e sua condição desigual são colocadas no centro dos debates. A exigência maior é o reconhecimento e respeito concreto à sua identidade, como meio de acesso à cidadania” (SALVADOR, 2010, p. 158).

Dessa forma, é importante evidenciar o pioneirismo de ações e políticas afirmativas para a promoção de uma reparação histórica direcionada a população negra, considerando que nossa estrutura social é extremamente racista e excludente para a população negra. Os princípios das políticas de ações afirmativas podem ser utilizados para direcionar a construção de políticas públicas para outros grupos sociais, considerando os mesmos princípios.

3.3 A Universidade pública: aspectos relevantes

Boaventura de Sousa Santos dedicou-se a realizar um resgate histórico e a contextualizar a universidade pública a partir de aspectos sociais e econômicos dos quais estão inseridos. Em seu texto (2005) ele caracteriza aspectos que envolvem as três crises que envolvem a universidade pública. A crise de hegemonia que consiste na contradição da atuação da universidade, pois atuava na

produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, uteis na formação de mão de obra qualificada pelo desenvolvimento capitalista. (2005, p. 5).

Esse contexto de hegemonia acaba por contribuir para a crise de legitimidade que se caracterizava no fato de que, estando sob os princípios democráticos, deveria estar a serviço da massa da população ou da reprodução das necessidades de uma parcela privilegiada da sociedade, cujo objetivo era manter a ordem social vigente, pois em

face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado e as exigências sociais e políticas da democratização da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro. (SANTOS, 2005, p. 5-6).

A crise de hegemonia fica evidenciada nos dias atuais onde as oportunidades das Estudantes Mães ainda são tão escassas. Ações e políticas afirmativas contribuem para diminuir as distâncias existentes e, ao identificar as dificuldades concretas destas estudantes, é possível perceber o quanto ainda temos que caminhar para um acolhimento efetivo deste grupo social.

As universidades públicas enfrentam um desafio de paradigmas entre a distância existente nos processos burocráticos que a engessam e o conhecimento produzido a partir de suas provocações. Para cumprir seu papel social na construção da emancipação da universidade do século XXI, Boa Ventura de Sousa Santos identificou três entraves a serem superados pelo conjunto que a compõem:

que a concentração na crise institucional pudesse levar à falsa resolução de duas outras crises: uma resolução negativa: a crise de hegemonia, pela crescente segmentação do sistema universitário e pela crescente desvalorização dos diplomas universitários, em geral. (SANTOS, 2005, p. 15)

A crise institucional está diretamente relacionada a não superação efetiva das outras duas crises, pois compreende “o elo mais fraco da universidade pública porque a autonomia científica e pedagógica da universidade assenta na dependência financeira do Estado” (SANTOS, 2005, p. 7).

A incursão por esse momento histórico pelo qual as universidades vivenciaram exige que relacionemos esta falta de prioridade às demandas econômicas do modelo vigente.

a perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal. (SANTOS, 2005, p. 9).

Este panorama político e econômico com que as universidades estavam envolvidas, nas últimas décadas do século passado, estavam caracterizadas as questões externas. No entanto, internamente, era possível identificar o rebote dessas questões externas, de modo que

o facto de as universidades terem isolado socialmente pelo mundo contemporizam com a mediocridade de muitos docentes, pela insensibilidade e arrogância que revelaram na defesa de privilégios e de interesses corporativos socialmente injustos, pela ineficiência por vezes aberrante no uso dos meios disponíveis, tornando-se presa fácil de burocracias rígidas insensatas e incompreensíveis; pela falta de democracia interna e a sujeição a interesses e projectos partidários que, apesar de minoritário no seio da comunidade universitária, se impuseram pela força organizativa que souberam mobilizar, e finalmente, pela apatia, o cinismo e individualismo com que muitos docentes passaram ao lado destas realidades como se elas e a instituição que as vivia não lhes dissessem respeito. (FILHO; SANTOS, 2008, p. 22).

Essas contradições internas - expostas por Boaventura - são bem reais no tocante à questão das Estudantes Mães, tendo em vista que algumas delas já sofreram algum tipo de constrangimento por sua condição materna, que vai desde piadas, passando pela inflexibilidade dos sistemas burocráticos até a impossibilidade de assistir a uma aula na companhia de seus filhos.

Segundo Roger Dale (2004) é possível identificar a tentativa de massificar um padrão educacional, desconsiderando as especificidades regionais, significativas aos estudantes daquela região. As universidades fazem parte do projeto e, ao mesmo tempo que estão incluídas dentro de um contexto amplo a nível mundial, também é fundamental que ela tenha recortes no âmbito das regionalidades, garantindo a proteção as especificidades. O processo de globalização facilita a imposição de modelos educacionais como referência, sem considerar, muitas vezes, as especificidades regionais: “é possível distinguir modelos de educação regionais e nacionais, mas que para tanto, precisamos de uma nova abordagem dos nossos modos de pensar a natureza e os objetivos da educação” (DALE, 2004, p. 869).

Para encarar a análise dos modelos nacionais e regionais, é importante identificar alguns aspectos:

- a) as relações entre modelos educacionais e o contrato social – ou seja, porque temos sistemas e modelos educacionais – e b) as condições políticas-econômicas e institucionais em que surgiram esses modelos e os projetos políticos aos quais estão vinculados. (DALE, 2004, p. 871).

Considerando que os modelos nacionais, através da globalização, atendem às demandas da ordem econômica do capital, enquanto os modelos regionais deveriam seguir a lógica *“incorpora a definição dos meios de produção e a distribuição de ‘bem-estar’”* (DALE, 2004, p. 876). Dessa forma, ao realizar uma análise dos modelos nacionais ou regionais se faz necessário contextualizá-los com as condições políticas e econômicas, para que seja possível identificar as cidades de implementação e até mesmo compreender uma avaliação dos resultados destes modelos educacionais.

As universidades estão dentro do contexto de globalização que impacta nas produções acadêmicas e na dinâmica interna de ofertas de curso. É preciso estar atento às demandas do mundo globalizado, mas, sobretudo, às reivindicações sociais regionais, dando ênfase no compromisso com a sociedade na qual está inserida e no combate a desigualdade - e não na sua perpetuação.

4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MATERNIDADES

A autora Elisabeth Banditer, em seu livro “O mito do amor materno” irá refletir sobre a condição da maternidade em uma percepção relativa e tridimensional, no contexto de fazer um resgate histórico que remete a Idade Média e consiste no entendimento que a maternidade é

Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho. (BANDITER, 1985, p. 25).

É fundamental que, ao falar de maternidade, consideremos os outros integrantes desta relação e por isso seja relevante o aspecto tridimensional destas relações.

Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa à sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. (BANDITER, 1985, p. 25).

A construção social da maternidade é objeto de estudo de alguns autores e, desde a Idade Média, é identificada uma desvalorização da atividade materna. Na constituição familiar pai, mãe e filhos fica evidenciado um status de preferência para o homem, sendo ele “percebido como superior à mulher e à criança, diferença essa concebida como inerente à natureza humana, que o dotaria, pois, de uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos” (MOURA; ARAÚJO; 2004, p. 45).

Ao longo dos séculos, as transformações sociais provocaram algumas mudanças na constituição da família, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, mulheres avançando na escolarização e ocupando os cursos universitários nas modalidades da graduação e de pós-graduação. Nessas novas configurações, há uma necessidade de luta por creches públicas para que as mulheres tenham apoio institucional no cuidado com as crianças.

Apesar da batalha da mulher em ocupar os espaços na vida pública, seja mercado de trabalho e/ou universidades, ainda perdure em nossa sociedade, a construção patriarcal - e com elas as demandas de manutenção do homem

nos espaços de poder e da mulher dedicada as questões das crianças - determina um padrão de maternidade.

A maternidade construída socialmente se fundamenta numa perspectiva de sociedade patriarcal “como o próprio nome indica, é o regime da dominação - exploração das mulheres por homens” (SAFIOTI, 2015, p. 47). O homem nessa organização social exerce a função de provedor, enquanto a mulher exerce as funções nas esferas domésticas, cuidando da prole, da casa e ainda do marido, onde a sujeição das mulheres a esfera doméstica cria um ambiente hierárquico.

A divisão sexista do trabalho e, conseqüentemente, esta submissão se amplia por toda sociedade, criando uma hierarquia sexista. Ainda que as mulheres estejam ocupando o mercado de trabalho e espaços de poder, a estrutura da organização social ainda favorece o domínio do gênero masculino. Safioti nos alerta que, apesar da história revelar algumas mudanças importantes nos últimos séculos para romper com o ciclo da dominação masculina, isto não necessariamente compreende que o patriarcado não existe mais.

O patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma Antiga, o patriarcado detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requinte de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas, etc. (SAFIOTI, 2015, p. 48).

Na tentativa de tornar privadas questões que afetam todas as mulheres, alguns tentam enfatizar o patriarcado enquanto aspecto íntimo da vida de sujeitos sociais, no entanto, quando toda uma classe social é afetada por uma organização social, não se pode compreender esta composição social como apenas um aspecto da vida privada dos sujeitos sociais envolvidos. Quando a estrutura social pública é impactada por essas questões particulares, não se pode deixá-las apenas na esfera privada. É preciso pensá-las e debatê-las a partir do contexto político e social e, nesse aspecto, Safioti (2015) faz uma sistematização dos critérios para caracterizar o patriarcado.

1) Não se trata de relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre mulheres, praticamente sem restrição [...] 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFIOTI, 2015, p. 60).

A organização social para Bourdieu favorece a dominação masculina sobre as mulheres e perpassam pelo campo social e simbólico. Essa dominação é explicada através da constituição biológica dos corpos e suas disposições e funções a serem exercidas na sociedade. Para o autor

o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo. (BOURDIEU, 2002, p. 14).

A diferença de como corpos dos sexos masculinos e femininos são socializados se constitui para as mulheres um “confinamento simbólico é praticamente assegurado por suas roupas [...] e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem” (BOURDIEU, 2002, p. 35).

Ao problematizar o exercício da maternidade considerando os moldes da sociedade patriarcal, percebe-se a necessidade de romper com esta estrutura posta e assim elaborar novas formas de exercício materno para que a mesmo ocorra de maneira **voluntária, segura, prazerosa e socialmente amparada**. Essa é a idealização de uma maternidade sob os princípios dos direitos humanos (DINIZ, 2019). Nesse contexto, cabe a intervenção do Estado na adoção de políticas públicas que assegurem às Estudantes Mães a ocupação de espaços públicos, bem como a diminuição da desigualdade de gênero através da equidade.

Para a compreensão de uma maternidade que seja uma escolha da mulher e não uma imposição da sociedade através de seus mais diversos mecanismos, compreende-se que a maternidade deve ocorrer de forma *voluntária* o que “pressupunha o livre acesso à contracepção e à interrupção da gravidez indesejada, assim como o reconhecimento social das mulheres como indivíduos plenos, para além de ter ou não ter filhos” (DINIZ, 2000, s/n). A compreensão de que podem ir além da sua determinação biológica, bem como a conscientização acerca de seus corpos e ciclos, é um dos caminhos que ajuda a fortalecer as mulheres na tomada de decisão de tornarem-se ou não mães.

A maternidade relacionada aos sacrifícios de diversas ordens - física profissional e afetiva - com a referência ao “amor incondicional” provoca grandes dilemas existenciais, promovendo uma compreensão de que cabe às mulheres carregar o “peso” da maternidade. Ressaltamos que o movimento de resistência

evoca a responsabilidade social e a importância das políticas públicas assegurarem a maternidade socialmente amparada e, portanto, uma concepção de maternidade prazerosa com

estímulo ao autocuidado das mulheres como forma de promoção da saúde e do bem-estar do binômio mãe-filho, através da boa alimentação, do trabalho corporal, do relaxamento, da reflexão sobre a maternidade dentro do projeto de vida pessoal, profissional e afetivo-sexual. (DINIZ, 2000, s/n).

Outro aspecto importante é o fato de o trabalho doméstico não ser remunerado e por isso ser entendido como secundário e invisibilizado “o fato do trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para a desvalorizá-lo” (BOURDIEU, 2002, p. 98).

Dessa forma, pode-se perceber como a sociedade é estruturada para assegurar a dominação masculina sob as mulheres e estas são socializadas para manter a estrutura social, beneficiando os homens e mantendo-se alienadas acerca do entendimento de sua própria condição na engrenagem patriarcal - para que seja possível a manutenção desta ordem. A maternidade é utilizada como um mecanismo de ocupação das mulheres e o confinamento do lar. Muito ocupadas com estas atividades, ficam bem difícil para as mulheres romperem com a estrutura social posta.

4.1 Analisando a partir do gênero

As discussões que envolvem gênero se mostram de fundamental importância para perceber como historicamente este termo tem sido tratado pelos historiadores. A autora Joan Scott faz um resgate histórico do uso do termo, bem como a percepção atual para as ciências sociais. Segundo Scott, para o movimento feminista o termo ‘gênero’ apresenta modificações de acordo com o contexto e consiste “na maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise” (1995, p. 73). A escrita de uma nova narrativa onde constasse a história das mulheres como protagonistas que muitas vezes foram invisibilizadas e silenciadas se mostra uma pauta contemporânea e urgente, frente às problemáticas sociais em constante questionamento.

O fato é que o termo gênero, através dos estudos que se *seguiram* “tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais, atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p. 75). Não obstante, o termo apresenta um significado ampliado que compreende os universos tanto do masculino quanto do feminino tendo em vista que “gênero se refere apenas àquelas áreas, tanto estruturais quanto ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 76).

Segundo Scavone, com o advento do movimento feminista contemporâneo veio a necessidade de politização das questões privadas e é justamente a maternidade o aspecto mais questionado na tentativa de “refutar o determinismo biológico que reserva às mulheres um destino social de mães” (2001, p. 138). Para mudança das estruturas que oprimem mulheres/mães cujo papel social já estava determinado desde o nascimento, se faz necessário compreender que

a maternidade começava, então a ser compreendida como uma construção social, que se designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino (SCAVONE, 2001, p. 138).

No primeiro momento, para libertar-se das convenções impostas socialmente, o meio encontrado era a “recusa da maternidade [...] para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla” (SCAVONE, 2001, p. 139). No entanto, isso desconsiderava o fato de que algumas mulheres desejassem de forma consciente optar pela maternidade, ou seja, que essa poderia ser uma escolha individual e não unicamente uma imposição da sociedade à mulher.

Posteriormente, na tentativa de elaborar as questões maternas, percebe-se que não era necessário anular parte da identidade. Assim, “a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam” (SCAVONE, 2001, p. 140). Dessa forma, mostra-se fundamental o debate acerca das maternidades, bem como da atuação da estrutura patriarcal para que a maternidade pudesse de fato ser uma escolha e não uma imposição social.

Apenas negar a maternidade não era suficiente, fazia-se necessário debater e, assim, o feminismo passa a dar visibilidade “ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno bio-psíquico-social que é a maternidade”

(SCAVONE, 2001, p. 141). Portanto, os estudos acerca de gênero possibilitaram perceber a maternidade analisando-a sob os diversos aspectos.

Ela pôde ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, de símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo. (SCAVONE, 2001, p.142).

Na busca de uma nova organização onde o cuidado com as crianças não seja uma atividade predominante das mulheres, fez-se indispensável ampliar e compartilhar as possibilidades desses cuidados, surgindo algumas soluções para além das mães: “escolas com tempo integral, creches públicas, babás, escolinhas especializadas, vizinhos que dão uma olhadinha, crianças entregues a seus próprios cuidados, avós solícitos” (SCAVONE, 2001, p. 149). No entanto, culturalmente, esses espaços de cuidado com as crianças também são ocupados quase que majoritariamente por mulheres.

Ao mesmo passo que os estudos feministas contribuíram para problematizar as demandas da maternidade na contemporaneidade, os estudos sobre gênero ampliaram o entendimento acerca das relações de poderes existentes entre o masculino e feminino e como esse fato contribui para consolidar estruturas opressivas para as mulheres e mais forte ainda para as mulheres/mães. A ressignificação simbólica e política da maternidade mostraram-se como fundamentais para que as mulheres não sucumbissem aos desejos individuais em relação à maternidade.

No contexto dessas narrativas emergem problemáticas que mostram o caráter reducionista que perpetua o binarismo masculino/feminino. O simbolismo cultural se mostra de grande influência na construção da identidade de gênero bem como as relações socialmente estabelecidas e, posteriormente, a normatização dos papéis sociais, conseqüentemente retirando o véu da representatividade que colocara cada um em sua devida função social de acordo com o gênero.

É de suma importância compreender a relação existente entre masculinidade, gênero, poder e política e invisibilidade feminina nesse contexto histórico social que nos fornece fundamentos para uma nova epistemologia voltada para visibilizar aqueles que sempre estiveram fora da historiografia.

4.2 Maternidade: hierarquias reprodutivas

Ao analisar o exercício da maternidade na sociedade atual se faz necessário compreender como historicamente vem sendo vivenciado esse papel. Uma sociedade estruturada no patriarcado, que em sua construção social visa à determinação de funções de acordo com o gênero, realiza estas divisões de funções de maneira injusta e desigual, já que seus princípios estão fundamentados em manter a dominação dos homens sobre as mulheres e sobre os meios de produção.

A autora Laura Davis Mattar, em conjunto com Simone Diniz, irá contribuir para o debate sobre a maternidade a partir dos princípios dos direitos humanos, evidenciando a existência do que ela vai chamar de 'Hierarquias reprodutivas'. A partir do entendimento e da identificação dessas hierarquias percebe-se a desigualdade de gênero considerando que "a responsabilidade pelo cuidado com as crianças foi, sobretudo das mulheres, que ficaram por séculos presas ao ideal do bom e necessário desempenho desta tarefa" (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 108). Dessa forma, as mulheres, só por sua condição de reproduzir, já estariam destinadas à atividade materna e ao cuidado com a prole.

A condição biológica determinando a atuação social e uma função isolada, restringe o campo de ação e de protagonismo da mulher frente à sociedade, tendo em vista a dificuldade em conciliar o exercício da maternidade com outras atividades como o trabalho e estudos - já que isto significa um acúmulo de atividades.

O papel social da mulher está sempre relacionado ao cuidado com as crianças e isto "acabou restringindo muitas delas ao espaço privado, limitando suas potencialidades e acentuando a desigualdade de gênero" (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 108). Ao optar pela vida materna e outras atividades, como trabalho ou atividade acadêmica, as mulheres têm que lidar com situações de duplas, triplas jornadas, o que ocasiona uma sobrecarga no campo mental e desgaste físico ao lidar com a organização da rotina dela e da criança. No entanto, nas últimas décadas em nossa sociedade observa-se um crescimento de pais liderando ou compartilhando os cuidados com as crianças, em alguns casos, inclusive, detendo a guarda da criança o que ainda são casos que se constituem minoria.

A implementação da Guarda Compartilhada, Lei nº 13.058 (2014) como prioritária diante dos casos de separação com filhos(as) demonstra um avanço no

campo jurídico, consequência de um anseio social para que a divisão com o cuidado das(os) filhas(os) fosse cada vez mais igualitária.

No país, o número de registros de guarda compartilhada quase triplicou entre 2014 e 2017, passando de 7,5% dos casos de divórcio de casais com filhos menores para 20,9%, de acordo com as Estatísticas do Registro Civil, do IBGE .(TALLMANN; ZASSO; MARTINS, 2019, s/n).

Apesar do crescimento nos casos de guarda compartilhada das crianças, percebe-se (através dos dados do IBGE) que a maioria dos casos de guarda ainda é concedida de forma unilateral para a mãe. Vários fatores podem contribuir para que esses números ainda sejam tão díspares, sendo o aspecto cultural ainda muito evidente. Mas não cabe, nesta pesquisa, demonstrar os pormenores. Apenas evidenciar através do cunho jurídico que a participação paterna ainda não é exercida de forma igualitária. A seguir, apresentamos outro dado que revela que os cuidados com as crianças são deixados culturalmente para as mulheres:

Mais de 80% das crianças têm como primeiro responsável uma mulher e 5,5 milhões **não têm o nome do pai no registro de nascimento**. Os dados são de pesquisas publicadas nos últimos anos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e demonstram a força da presença feminina e da ausência paterna na educação dos filhos. (FERNANDES, 2018, s/n).

É necessário compreender que os conceitos de hierarquias reprodutivas e hierarquias sexuais estão envolvidos nas relações de poder e divisão sexista de funções, de maneira a acentuar a desigualdade de gênero. O fato de entender que existe um padrão de maternidade ideal cria a hierarquização da reprodução e consequentemente influencia na aceitação da mesma. Não obstante, “a maternidade admirada é ainda aquela que está dentro de um padrão prescrito socialmente” (MATTAR; DINIZ; 2012, p.113). Não é algo incomum nos depararmos com discursos recriminando a quantidade de filhos da classe social desfavorecida. Menos óbvio que um casal materialmente favorecido passe por esse tipo de recriminação. Na maternidade solo, as mães solteiras também são recriminadas por sua condição - de forma semelhante casais homoafetivos. Assim vigoram as hierarquias reprodutivas.

A maternidade também está permeada por esta lógica estruturante que hierarquiza as maternidades, sendo algumas mais aceitas que outras. Tal aspecto está relacionado a capacidade reprodutiva, onde “é possível indicar um paralelo para

a reprodução, exercício da maternidade e/ou cuidado com os filhos, aqui chamado de ‘hierarquias reprodutivas’ (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 114).

A relação de poder e desigualdade impera também no exercício da sexualidade, seja entre mulheres/homens; mulheres solteiras x casadas; o tipo de relação estabelecida com o parceiro, se é casual ou não. O que sempre é possível identificar é a desigualdade de gênero, onde a mulher está sempre em déficit perante a condição de privilégio dos homens. Sendo assim, a maternidade se apresenta como mais um aspecto que estrutura a sociedade frente a ampliar a desigualdade de gênero.

Portanto, é de suma importância que a sociedade perceba que a hierarquia reprodutiva tem sua existência fundada na desigualdade de gênero e que esta promove privilégios para uns, e estigmas e atuação social restrita para outros. É fundamental que se compreenda que não cabe às mulheres e nem às crianças o isolamento da vida social e que cabe a todos e todas cuidarmos e protegermos destes cidadãos que compõem a sociedade.

Este estudo faz este movimento de reflexão de como as Estudantes Mães na pós-graduação convivem com estas “verdades” estruturadas e qual movimento tem se constituído a partir dos estudos existentes e grupos de resistência.

4.3 Movimento feminista e o debate sobre as maternidades

A organização social da sociedade brasileira vem sendo objeto de estudo a partir de movimentos que buscam refletir sobre as estruturas existentes e consideradas hegemônicas e aceitas na sociedade. O papel do Estado é de fundamental importância na criação de políticas públicas que busquem refletir e responder as mudanças estruturais da sociedade. Neste contexto corroboramos com Mattar que ressalta a importância de

reconhecer toda a diversidade de maternidades como legítima, de outro, o Estado deve, em resposta a este reconhecimento, garantir que todas as mulheres, indistintamente, possam não apenas decidir se querem ser mães, mas também viver a maternidade em um contexto de respeito, proteção e exercício de seus direitos humanos. (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 117).

Um olhar atento e humanizado para as questões que envolvem a maternidade se faz necessário e urgente para diminuir as disparidades com as quais mães e

crianças lidam diariamente. A desigualdade social precisa ser combatida e os direitos assegurados a partir de formulação e implantação de políticas públicas.

4.3.1 Feminismo: movimento social

A história do movimento feminista está dividida em ondas. A primeira onda do movimento feminista compreendia a maternidade com naturalização devido as características biológicas da condição de mulheres para concepção de filhas(os). Ao aspecto biológico foi adicionado o amor incondicional e se “construiu a ideia de que mulheres tinham, portanto, uma dupla tendência à maternidade, um caráter biológico e outra de caráter sentimental” (VASQUEZ, 2014, p. 168).

O ambiente religioso católico também propagava um modelo de maternidade e criava a expectativa simbólica da maternidade esperada, “uma maternidade artificial e até inatingível, visto que a mácula do pecado original e do ato sexual, estão presentes nas demais mães do mundo, a excesso de Maria” (VASQUEZ, 2014, p. 170). Corresponhia a sacralização da maternidade, mas essa sacralização não garantia direitos civis, apenas um modelo de maternidade difícil de ser atingido.

Nesse contexto de primeira onda o feminismo se debruçava a lutar pelos direitos trabalhistas das mulheres mães “versavam sobre os direitos da mãe, muitas vezes incorporando direitos trabalhistas como luta pela criação da licença maternidade” (VASQUEZ, 2014, p. 173). Não se aprofundavam no impacto da maternidade na vida das mulheres mães e nem na atuação social delas.

No período que corresponde a segunda onda do movimento feminista algumas questões relacionadas à maternidade começaram a serem questionadas. Era preciso politizar as questões na sociedade, mas também aquelas do âmbito privado: “a reflexão feminista contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro e fora da família” (VASQUEZ, 2014, p. 177).

Na terceira onda do feminismo, a maternidade já engloba questões sociais e de interações da mulher na sociedade e assim “a maternidade assume uma concepção pluralizada, compreendendo a questão do gênero como sempre relacional” (BRASIL, 2018, p. 432).

Na atualidade, a ênfase nas relações sociais e na maternidade ganha destaque e traz à tona aspectos das demandas maternas, problematizando essas questões que muitas vezes são entendidas como individuais e/ou privadas, mas que

é fundamental discuti-las na sociedade e é isso que o feminismo atualmente tenta fazer

discorrer as divisões sociais dos papéis de gênero, visando, para além do que tange as mulheres, a libertar todas as formas de expressão sexual, bem como abandonar determinismo e discriminações que tais papéis ocasionam. Também busca uma atuação igualitária entre os papéis parentais na criação dos filhos. (BRASIL, 2018, p. 432).

A psicanálise trouxe algumas contribuições para a discussão sobre maternidade na atualidade, que corroboram com o debate do movimento feminista, evidenciando a importância desse aspecto relacional. Despersonalizando a maternidade e compreendendo como a “maternagem ser algo ativo, e que pode ser exercida por diferentes personagens” (BRASIL, 2018, p. 441).

Essa contribuição é fundamental para o debate pois, é justamente devido a exclusividade dessa função que as mulheres ficam isoladas no cuidado com as crianças: “é em função da existência da representação social da mulher enquanto mãe especialista nas necessidades do infante que há uma espécie de imposição desse papel” (BRASIL, 2018, p. 441).

A naturalização deste cuidado como sendo algo que só as mães poderiam exercer impõe um destino às mulheres que muitas vezes renunciam sua vida devido aos impactos que essa exclusividade causa. Além de sobrecarregá-las, as retiram de outras atividades sociais e “ao libertarmos as mulheres do papel de agentes indispensáveis no cuidado, permitiríamos que outros cuidadores pudessem exercê-los” (BRASIL, 2018, p. 441-442).

Dessa forma, o movimento feminista contribuiu de maneira significativa para avançar na disputa das questões que envolvem a maternidade, levando o debate para a sociedade, evidenciando a pauta de direitos do exercício materno, mas desconstruindo o mito do ideal de exclusividade materna no cuidado com as crianças. A busca de amparo para mulheres mães se constitui também um avanço na pauta de direitos de crianças.

4.3.2 Feminismo e neoliberalismo

A segunda onda do movimento feminista culmina com um processo histórico de estabelecimento do neoliberalismo. Esse fato histórico é importante para que seja possível contextualizar algumas demandas do movimento dentro de um processo

social e histórico peculiar que culminou “com uma crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, três dimensões analiticamente distintas de injustiças de gênero: econômica, social e política” (FRASER, 2009, p. 14).

Considerando um capitalismo organizado pelo Estado se caracterizava pela “formação social na qual os estados exerceram um papel ativo em conduzir as suas economias nacionais” (FRASER, 2009, p. 15). É importante perceber de que forma o estado conduz as economias, se de forma a minimizar as desigualdades sociais ou a fornecer sua estrutura para apoiar grandes empresas e conseqüentemente empresários. Outro exemplo da lógica capitalista a partir das estruturas estatais diz respeito aqueles que estavam “recém independentes buscaram usar suas capacidades mais limitadas para iniciar o crescimento econômico nacional por meio de políticas de substituição de importação, investimento, infraestrutura, nacionalização de indústrias-chave e gastos públicos em educação” (FRASER, 2009, p. 15).

Esse aspecto do androcentrismo, novamente traz à tona o debate para o trabalho feminino, já que “obscureceu a importância social do trabalho não-assalariado de atenção à família e do trabalho reprodutivo. Institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, naturalizou injustiças de gênero e as removeu da contestação política” (FRASER, 2009, p. 16).

Nesse período, o movimento feminista e o debate travado conseguiu identificar questões que estavam “estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: má (distribuição), (falta) de reconhecimento e (falta de) representação” (FRASER, 2009, p. 18). Tudo relacionado ao gênero, e sempre estando a mulher em situação de desvantagem e de subordinação.

A figura masculina como centro, onde toda sociedade e família deveriam estar em torno - especialmente as mulheres. A subordinação das mulheres não estava apenas relacionada às mulheres casadas, mas a subordinação a qualquer figura masculina na vida social e profissional das mesmas. E dessa forma não podia apenas ser compreendida como uma liberdade individual, a saber, que era destinada a todas.

emancipar as mulheres da sujeição personalizada aos homens, sejam eles os pais, irmãos, padres, anciões ou maridos. Mas a autoridade tradicional também aparece em alguns períodos como obstáculo a expansão capitalista, parte do conteúdo social circundante em que os mercados historicamente foram incorporados e que serviu para delimitar a racionalidade econômica dentro de uma esfera limitada. (FRASER, 2009,

p. 30).

A politização do que antes era considerado de cunho privado e individual tornou evidente questões que atravessavam as mulheres que, enquanto grupo social, “desvendaram injustiças localizadas em outros lugares – na família e em tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana” (FRASER, 2009, p. 18). A família tradicional era sustentada tendo como base injustiça e desigualdade de atuação e opressão das mulheres, mais ainda das mulheres mães.

4.3.3 Interseccionalidade: um recorte necessário

As políticas públicas direcionadas as mulheres foram impulsionadas pelo movimento feminista. Hooks destaca que a partir da observação dos contextos e das vivências das mulheres, foi possível entender que, ainda que multidões de mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção da vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, esteja o homem presente em casa ou não (2020, p. 18).

Sendo assim, as mulheres avançaram em ocupar espaços que antes eram ocupados apenas por homens, no entanto, a sobrecarga foi exposta, pois não se mexeu na estrutura da organização social. A atividade doméstica continua sendo um espaço onde as mulheres acumulam trabalho e isso inclui o cuidado com as crianças.

Para aprofundar este debate foi fundamental a intersecção com raça e classe, tendo em vista que “jamais poderemos esquecer que mulheres brancas começaram a afirmar a necessidade de liberdade depois de direitos civis” (HOOKS, 2020, p. 21). Os percursos considerando raça são bem distintos, pois, mulheres negras sempre trabalharam, muitas vezes nas casas das brancas.

As mulheres negras sabiam de sua condição de opressão através da própria experiência cotidiana, sendo que a formulação de escritos não as alienam das opressões vividas: “a implicação é que pessoas verdadeiramente oprimidas sabem disso, mesmo se não estiverem envolvidas em resistência organizada ou não conseguirem formular por escrito a natureza de sua opressão” (HOOKS, 2015, p. 204).

A autora Bell Hooks problematiza ainda a diferença existente entre opressão e discriminação para pautar a ausência de opções das mulheres negras.

ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre oprimido(a) e opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletivas das mulheres nos Estados Unidos. Muitas delas não participam da resistência organizada contra o sexismo precisamente porque o sexismo não têm significado de absoluta falta de opções. Elas podem saber que são discriminadas em função do sexo, mas não equiparam isso a opressão. (HOOKS, 2015, p. 197)

O recorte de classe é necessário para compreender o movimento feminista, suas demandas e para pautar questões que atendessem às mulheres mais vulneráveis socialmente, “a diferença de classe e a maneira como isso divide mulheres foi uma questão sobre a qual mulheres do movimento feminista falavam bem antes de abordar raça” (HOOKS, 2020, p. 65). Era necessário compreender as diversas realidades frente aos recortes necessários para organizar as demandas do movimento.

Em um lado, algumas mulheres viviam a necessidade de sair do âmbito do espaço doméstico o que lhes traziam “insatisfação que mulheres sentiam como o fato de serem confinadas e subordinadas ao lar, como donas de casa” (HOOKS, 2020, p. 66). Nesse contexto era uma demanda legítima a divisão de tarefas do lar e a saída da mulher do espaço doméstico para o mercado de trabalho.

Os diferentes cenários vivenciados pelas mulheres de diferentes classes e raça evidenciavam que as lutas não estavam num mesmo patamar

somente mulheres privilegiadas tiveram o luxo de imaginar que trabalhar fora de casa iria realmente proporcionar ganho suficiente para permitir que fossem economicamente autossuficientes. As mulheres da classe trabalhadora já sabiam que o salário recebido não iria libertá-las (HOOKS, 2020, p. 67).

Considerando os aspectos racista, machista, colonial da sociedade que se fundamenta através do sexismo, se faz necessário observar

nos aspectos macrossociais, essas dinâmicas excludentes terminam por constituir, de forma violenta, práticas discursivas e subjetividades baseadas na hierarquização e na desumanização de determinadas experiências. (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 60).

A compreensão trazida a partir do movimento feminista na década de 1970, sobre as questões da vida pessoal, aprofunda o debate na tentativa de

romper com essa divisão reconhece que a vida privada e os aspectos que historicamente foram associados a ela são locus fundamental para compreender como distintas violências se entrecruzaram e produzem experiências que exigem dos analistas sociais, dos atores das políticas públicas e dos sujeitos um olhar crítico fundamentado e interseccional. (GONZAGA; MAYONGA, 2019, p. 60).

A maternidade sob o contexto patriarcal, capitalista, racista e ainda sob uma perspectiva colonial, se apresenta como uma condição onde as mulheres estão expostas a diversas situações violentas que vão desde ao possível fato de não serem mães, perpassando pela redução de sua existência no âmbito doméstico. Isolamento social é real para as mães. Mesmo em um contexto de não pandemia e quando optam seguir uma vida pública, elas também estarão sujeitas à difíceis enfrentamentos, pois rompem com a lógica/expectativa esperada/exigida dela pela sociedade.

Quando a mulher nasce já existe um destino pré-definido para ela: a maternidade. Algo que lhe promove algum valor social e que a dificulta de exercer diversos desejos e percursos pessoais. Poderíamos pensar que basta a mulher não escolher ser mãe, algo bem difícil quando essa

escolha é cotidianamente cobrada pela família, pelas amigas, estimulada pelo Estado e pela Igreja, que são instituições originalmente natalistas e que operam discursivamente para regular a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, que, muitas vezes, aceitam cumprir o papel de mãe mesmo sem ter certeza de que realmente desejam fazê-lo. (GONZAGA; MAYONGA, 2019, p. 61).

Dessa forma, ao realizar análises sociais considerando o gênero, é fundamental que seja evidenciado os devidos recortes de classe e gênero. Tendo em vista que esses dois aspectos são de suma importância para a configuração de experiências distintas e demandas específicas dos grupos sociais que são atravessados por raça e classe e em qual categoria desses dois aspectos estão inseridas. As vivências de mulheres brancas e não negras não são as mesmas. E quando consideradas as experiências das mulheres periféricas, as distâncias se evidenciam ainda mais.

4.3.4 Feminismo e as crianças

Ao analisar as questões que envolvem as demandas de mulheres mães, muitas dessas pautas estarão entrelaçadas diretamente no atendimento/acolhimento das crianças. Sendo assim, se faz necessário considerar as questões que atravessam as crianças. Assim, apoiar mulheres é proteger crianças.

Dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos. O movimento feminista foi o primeiro movimento por justiça social nesta sociedade a chamar a atenção para o fato de que nossa cultura não ama crianças, continuam a enxergar crianças como propriedade do pai e mãe, para que façam com elas o que bem entenderem. (HOOKS, 2020, p. 110).

No que se refere à legislação, já se pode contar com a compreensão de que todas(os) devem ser responsáveis por crianças. Destacamos o Artigo 222 da constituição brasileira que estabelece,

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (<https://www.senado.leg.br>).

A composição familiar sustentada pelo patriarcado também exerceu suas influências a partir de críticas a outras formas de constituição familiar como, por exemplo, a maternidade solo,

ignorando todos os dados que mostram o quanto mães solteiras amáveis exercem habilidosamente a maternagem com pouca renda – tanto quando recebem assistência do Estado como quando são assalariadas – críticas patriarcais chamam atenção para famílias disfuncionais cujo chefe é uma mulher. (HOOKS, 2020, p. 115).

As críticas às mães solteiras e a este modelo familiar se apresentava cruel, tendo em vista que muitas dessas mães não escolheram esta condição. Importante destacar que são vários contextos, como, pais que vão embora e não dividem a responsabilidade com as crianças, ou mulheres que viviam em condição de violência e/ou que não desejavam mais estar naquela relação (muitas delas estigmatizadas e carregando consigo a rejeição a sua constituição familiar).

Segundo Hooks, o que de fato precisamos compreender é que muito além da constituição familiar, o que de fato faz a diferença para as crianças é o ambiente amoroso, tendo em vista que “crianças precisam ser educadas em ambientes amorosos, sempre que a dominação estiver presente, faltará amor” (2020, p. 116).

Nessa perspectiva, é importante considerar também o exercício de dominação das crianças, frente aos adultos, onde a questão da hierarquização desta relação também é muito comum e pouco contestada. Devido as características específicas da infância, a sociedade confunde a com a necessidade deste sujeito ter que estar em posição de submissão. Assim, “acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual elas podem conhecer o amor” (HOOKS, 2020, p. 116). Portanto, é fundamental atentar para a relação que está diretamente ligada as pautas feministas e o entrelace com pautas que protegem as crianças, além de perceber o quanto é prejudicial o cuidado com as crianças culturalmente ser ocupado quase que exclusivamente por mulheres, sendo importante lutar por acolhimento e direitos de assistência às crianças.

5 APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO: PANORAMA NA ATUALIDADE

O movimento realizado para resguardar, promover e reparar a desigualdade de gênero da qual, historicamente, as mulheres foram subjugadas teve como resultado a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) - contribuição importante de que as questões que as mulheres buscavam, tratavam-se de direitos humanos, inerentes à dignidade humana. Assim, incorporou-se: “parâmetros mínimos das ações estatais na promoção de direitos humanos e na repressão às suas violações, está a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (a CEDEAW, sua sigla em inglês)” (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 109).

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos cabe aos governos, nas mais variadas esferas, promover políticas públicas que amparem as mulheres, combatendo os mais diversos tipos de discriminação de gênero. Aqui, no nosso caso específico das Estudantes Mães, considerando que há “preconceito em relação às mulheres que decidem ser mães e conciliam a criação de um filho com sua vida acadêmica e científica” (ROSA, 2019, s/n).

Uma breve pesquisa no site da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES) revela - através de editorial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher - que as mulheres representam 60% dos bolsistas da CAPES, ou seja, a maioria das bolsas é para as mulheres. Pode-se analisar que isso significa um aumento na escolaridade das mulheres, apesar do acúmulo de atividades exercidas, seja com o lar e com a maternidade.

Os dados referem-se a janeiro de 2019, já que os dados de 2020 não foram revelados, considerando que neste ano não houve nenhuma manifestação da CAPES referente ao dia Internacional da Mulher, onde sempre é realizado este balanço da ocupação do espaço acadêmico por elas. Ainda assim, nos dados encontrados, “constatou-se que do total 201.449 bolsistas, 122.103 são mulheres. Elas somam 53.667 entre os estudantes que recebem o benefício para a pós-graduação no Brasil e exterior e 68.436 dentre os que têm o auxílio nos programas de formação de professores da educação básica” (CAPES, 2019).

Para a diretora de avaliação da CAPES, Sônia Nair Bão, as mulheres ainda precisam lidar com condições sociais desiguais, “o fato de ser mãe, dona de casa, esposa... às vezes ela acaba deixando de encaminhar as ações relacionadas à

bolsa de pesquisa na sua escala de prioridades” (CAPES, 2019). Essa fala deixa evidentes as múltiplas atividades das mulheres exigidas socialmente e nos permite refletir o que tem sido feito para que as mães estudantes tenham suas demandas acolhidas e como o processo de desigualdade de gênero esta sendo amenizado.

No que se refere às Estudantes Mães, o avanço primordial foi a “concessão da licença maternidade para as bolsistas” (CAPES, 2019). No entanto, esta ação se apresenta como uma única ação diretamente relacionada às Estudantes Mães. A bolsa mostra-se fundamental para a permanência e o desenvolvimento da pesquisa das pós-graduandas, mais ainda na condição materna.

Corroborado por Gramsci, que ressalta o papel do Estado de assumir aspectos significativos da educação dos indivíduos: “a formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas” (GRAMSCI, 1982, p. 121). Dessa forma, horizontaliza as relações sociais e democratiza as oportunidades formativas.

Os dados da CAPES apresentam que as mulheres estão em maioria na pós-graduação, no entanto, seria importante um estudo com dados que revele: quantas destas mulheres são mães? Quantas são mães de crianças? Mães de bebês? A escassez de política públicas direcionadas as mães na pós-graduação nos alerta para compreender como a universidade está acolhendo essas mães - ou a ausência desse acolhimento.

5.1 Algumas ações afirmativas

Diante da ausência de políticas públicas direcionadas às mães pós-graduandas e entendendo que as demandas das mães estudantes exigem respostas imediatas, identificamos em algumas universidades federais ações e projetos de acolhimento das estudantes em condição materna. Dentre algumas delas, a creche dentro das universidades é de suma importância para garantir que as alunas possam deixar os filhos amparados para assistirem às aulas, como aponta Lopes, “no principal campus – na Ilha do Fundão – da maior universidade do país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, há apenas um fraldário [...] e uma única creche, apesar de estarem matriculadas ali, mais de 30 mil alunos” (, 2019, s/n).

Outra iniciativa que encontramos a partir do estudo foi na Universidade de Brasília (UnB), onde foi criada em março de 2019 a **Rede Voa (Rede Voluntária de**

Apoio Infantil para Permanência Universitária) cujo objetivo “é reduzir a evasão das alunas com filhos e ficar com eles durante as aulas das mães” (LOPES, 2019, s/n).

A manutenção das mães pesquisadoras é um desafio a ser superado através de ações e políticas de acolhimento, mas é importante também promover ações que contribuam para o acesso dessas mães as políticas. Diante desse contexto, a ação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) fornece uma iniciativa direcionada às pesquisadoras mães, referente a concessão de bolsas: “o edital prevê que a docente que esteve em licença-maternidade nos últimos dois anos tenha um bônus de 20 pontos na avaliação do currículo. O acréscimo é o equivalente a uma publicação nível A1 da Capes” (CALEBE, 2020, s/n).

A iniciativa da UNILA não apenas contribui, a partir de uma ação sob os princípios da equidade, que a mãe acesse a pós-graduação, como também auxilia na contemplação da bolsa que se mostra de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa (mais ainda, no caso das mães pesquisadoras, considerando a responsabilidade com o sustento das crianças). Essa iniciativa de uma pontuação adicional para as mães durante a seleção da pós-graduação também faz parte das ações do Núcleo Interseccional de Estudos Maternos (NIEM) e do Coletivo de Mães da UFF (CMUFF), ambos da Universidade Federal de Fluminense.

Outra ação do NIEM e CMFF na UFF consiste na utilização do refeitório por mães acompanhadas com suas respectivas crianças e para assegurar este direito das mães: “será necessário a assinatura de um termo de responsabilidade no qual a aluna assegura que não alimentará a criança com comida inadequada” (UFF, 2019). Essa ação contribui de maneira significativa para que a Estudante Mãe possa entrar junto com a criança no refeitório e fazer sua refeição e alimentar a/o filha(o).

Além dessas ações na UFF, o NIEM, através do Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência elaborou uma proposta de **Políticas de Apoio à Maternidade na Universidade** onde tenta inspirar outras iniciativas com o mesmo objetivo de acolher as mães universitárias. Tem ainda como objetivo contribuir para a formação de coletivos de mães nas universidades, considerando que

estes coletivos têm se mostrado como formas legítimas e efetivas para dar visibilidade às mães universitárias e seus desafios, criação de redes de apoio entre elas para cuidado dos filhos, abertura de espaço para

discussões quanto aos desafios encontrados na tentativa de conciliação de cuidados dos filhos e conclusão de cursos acadêmicos, bem como a construção de diálogos junto às instituições a que se vinculam - para a implementação de políticas públicas que apoiem suas permanências na universidade. (Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência, 2019).

A proposta de política pública de apoio às mães universitárias, elaborada pelo NIEM e pelo Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência, fornece diretrizes para diversos âmbitos da vida acadêmica; no que diz respeito à pós-graduação, enfatiza a sensibilidade de prazos e a flexibilização de demandas quanto as Estudantes Mães, considerando a especificidade da condição materna. Dentre algumas sugestões, “apoiar, através de auxílios específicos que ajudem a logística com a criança, alunas mães que participarão de eventos científicos, proporcionando, por exemplo, auxílio para transporte ou cuidador” (Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência, 2019). É fundamental que a estudante seja acolhida em suas necessidades, garantindo a participação nos eventos, não a deixando, assim, fora da vida acadêmica devido a sua condição.

Portanto, visibilizar o debate destas questões é fundamental para o início da desconstrução de uma maternidade pautada em sacrifícios por parte das mães e tendência à exclusão delas e das crianças dos espaços públicos, bem como da vida acadêmica. Acolhimento e apoio da sociedade a partir de políticas públicas afirmam e reafirmam o direito das mães de estarem na pós-graduação e de suas crianças de estarem assistidas pelo Estado. É possível construir uma nova configuração para o acolhimento das mães promovendo legitimidade da ocupação dos espaços por elas. Cabe às universidades ampliar o debate, acolher as demandas e assim contribuir de forma efetiva para uma democratização do espaço acadêmico.

5.2 Núcleo Interseccional de Estudos Maternos (NIEM) UFF

Através de uma pesquisa exploratória ocorreu a aproximação com o campo de estudo, referente à UFF, na busca por documentos e todo e qualquer tipo de ação/política/programa direcionado a assistência das estudantes pós-graduandas que estivessem conciliando a maternidade e os estudos da pós-graduação. Conseguimos as redes sociais do NIEM e de sua representante, que deixou aberto o canal de comunicação e nos possibilitou conhecer as atividades do NIEM em prol de sensibilizar a universidade para o acolhimento dessas mães estudantes.

Durante a pandemia do COVID-19, o NIEM atuou intensamente, implementou o canal no Youtube e promoveu diversas lives semanais onde colocava em debate a situação das mães estudantes com o agravamento da pandemia e os impactos do isolamento social para as acadêmicas.

A página do NIEM no Facebook conta com 3.820 seguidores e no Youtube, devido à recente abertura do canal, conta com 364 pessoas inscritas (novembro de 2020). Foi um total de 12 lives, no período de abril a julho de 2020, momento onde estreitamos laços com a representante do NIEM, o que resultou na confecção do E-book com relatos livres das mães acadêmicas durante o isolamento social. Também, neste período, foi criado um grupo no aplicativo WhatsApp onde compartilhamos experiências, decidíamos sobre os conteúdos das lives e, no contexto de Estudante Mãe na pós-graduação, fui convidada para participar na primeira live do NIEM e depois participei como mediadora em outra live. Foi um período necessário, onde ficou evidente a ausência de políticas que atendam as demandas das mães pós-graduandas. O NIEM foi um espaço importante para o debate e denúncia sobre a condição das mães e seu desamparo, possibilitando a ampliação da discussão com a sociedade. Abaixo, um quadro com a descrição das atividades do NIEM durante a pandemia do novo coronavírus no ano de 2020.

QUADRO 3 - LIVES DO NIEM DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Tema da live	Convidadas(os)	Mediação	Visualizações
Corona vírus e ensino domiciliar mães conversam	Mádhava Hari (UFRPE/FUNDAJ); Jamile Mendonça (CEDHI); Camila Couto (UFF);	Camila Cidade (UFF)	264 em 01/10/2020
Mulheres ao redor do mundo e suas quarentenas	Bianca Hugenni (Canadá); Magdalena Kajiwaara (San Pedro de Atacama); Aisha Leibing (Alemanha); Larissa Vivas (França);	Camila Cidade (UFF)	167 em 07/10/2020
Coletivos de mães universitárias: Surgimento, panoramas e conquistas. UFF, RURAL e UFSC.	Luana Gonsaga CM (UFSC); Erica Graciano CM UFF; Juliana Borges COPAMA (RURAL);	Juliana Marcia	133 em 07/10/2020
Mulheres se reúnem para falar de diferentes aspectos da	Alexsandra Anastácio (UFF); Letícia Oliveira (Prof UFF); Marina	Camila Cidade (UFF)	226 em 07/10/2020

pandemia	Miranda (UFF);		
Voldúnia, vaginismo e os tabus envolvidos.	Renata Correia Viana (Psicóloga); Fernanda Pacheco Fisioterapeuta pélvica)	Amanda Brites	205 em 07/10/2020
Construção da carreira materna e culpa	Camila Cidade (UFF); Juliana Márcia (PUC); Valeska Zanello (UnB);		254 em 07/10/2020
Grafite, gênero e representatividade: uma conversa com grafiteiras mães	Carla Felizardo; Renata Maria; Vidi Ribeiro; Ani Ganzala;	Camila Cidade (UFF)	61 em 07/10/2020
Maternidade solo: Preconceito e responsabilização da mulher por sua condição	Daiane Novaes (Psicóloga); Vanessa Suany (UFSC);	Mádhava Hari (UFRPE/FUNDAJ)	116 em 07/10/2020
Maternidades e carreira acadêmica: desafios e heranças históricas.	Ana Carolina Coelho (UERJ); Fernanda Stasniscuaski (UFRGS)	Vanessa Clemente Cardoso	194 em 07/10/2020
Dr ^a mamãe: maternidades na pós-graduação.	Vanessa Clemente Cardoso (UFG); Silvana Maria Bitencourt (UFMT);	Juliana Márcia	93 em 07/10/2020
Mulheres negras: espaço, poder e intelectualidade.	Janete Ribeiro (UFF); Ana Paula da Silva (Prof adjunta UFF)	Mayara Ferreira	85 em 07/20/2020

Quadro elaborado pela autora, a partir de informações do canal do NIEM no Youtube.

Além das lives, o NIEM também promoveu um curso para as mães que estivessem almejando os cursos de pós-graduação, onde foram selecionadas 73 mães. O curso foi online e mediado por uma pesquisadora, integrante do NIEM, e a programação contou ainda com outras lives relacionadas as temáticas feministas que buscavam contemplar as pautas das mães pós-graduandas. Houve também um colóquio e outras atividades, todas de forma remota, dentro do contexto atual que o país está vivendo sob a pandemia do COVID-19.

O NIEM cresceu muito durante a pandemia, ampliou sua atuação e deu suporte na criação de coletivos em outras universidades. O momento histórico e social, além do agravamento da condição da mulher mãe e acadêmica com o aumento da solidão e sobrecarga de trabalho, possibilitou maior debate e conhecimento das pautas e condições das mães durante a pandemia.

Ainda atua na UFF o Coletivo de Mães da UFF (CMUFF), onde são fomentados ações, debates e, junto a universidade, trabalha com intuito de conquistar apoio as mães universitárias, seja a nível da graduação ou da pós-graduação.

5.3 Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

No que se refere a Universidade Federal Rural de Pernambuco, iniciamos a pesquisa visitando e analisando o site e descobrimos uma live sobre maternidade e vida acadêmica que foi realizada por uma professora da UFRPE. Neste evento, a professora enfatizou os dados do site *Parente science*, que é referência na coleta e divulgação de dados a respeito da vida das pesquisadoras mães, onde ficam explicitas a desigualdade a partir da condição do gênero. Todas as aproximações com o campo de estudo foram de forma remota, considerando a pandemia Covid-19 e porque as atividades presenciais nas universidades federais estão suspensas, e para garantir o isolamento social - forma de conter que todas as pessoas não se infectem ao mesmo tempo e sobrecarreguem o sistema de Saúde.

A aproximação de forma remota do campo de estudo foi uma nova demanda para a pesquisa que se pretendia realizar de forma presencial. Mas, garantindo as condições de segurança de todas(os) envolvidas(os) e para seguir os protocolos de saúde, esse se configura num novo formato de coleta de dados e pesquisa, sendo desafiador para as(os) pesquisadoras(es) neste período de pandemia.

A universidade Federal Rural de Pernambuco inaugurou no ano de 2019 a creche da universidade, ainda com atendimento reduzido devido às condições da sua inauguração e às questões estruturais. No ano de 2020 haveria a ampliação ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos, no entanto, as vagas ainda são insuficientes para o atendimento de estudantes e comunidade.

A inauguração da creche denominada, Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Ariano Vilar Suassuna, foi uma parceria entre a universidade e a Prefeitura da Cidade do Recife e busca atender uma demanda histórica onde a expectativa é que sejam

50% das vagas para a comunidade universitária da UFRPE e outros 50% para as comunidades do Sítio dos Pintos, Sítio São Braz, Córrego da Fortuna, entre outras vinculadas ao bairro. A prefeitura ficará responsável pela seleção das crianças das comunidades do entorno e a UFRPE pela

indicação dos meninos e meninas da comunidade universitária. (UFRPE e Prefeitura do Recife Inauguram Creche, 2019).

Apesar da recente inauguração da creche, a mesma é fruto de uma luta histórica no campus da UFRPE,

Até os primeiros anos da década de 1990, a UFRPE contou com uma creche que atendia a comunidade universitária no campus Recife. Funcionando sob a responsabilidade de docentes e estudantes do Departamento de Ciências Domésticas (DCD), o espaço de educação infantil teve suas atividades encerradas por medidas tomadas pelo Governo Federal (UFRPE, 2019).

Ainda sobre o encerramento das atividades da creche, houve uma consulta pública que, segundo a professora Joseana Maria Saraiva,

Foi exigido que os servidores da UFRPE escolhessem entre manter a creche ou receberem um auxílio financeiro para este fim. Em consulta aberta, a comunidade universitária optou pelo recebimento do auxílio em folha de pagamento, o que resultou no encerramento das atividades da creche que a UFRPE manteve até por volta de 1991 ou 1992. (UFRPE, 2019)

Vale ressaltar que a creche inaugurada em 2019 (que em pleno funcionamento possui capacidade de atender 122 crianças até 3 anos de idade) ainda tem um quantitativo pequeno de vagas para atender a comunidade do entorno e toda a UFRPE, tendo em vista que a universidade é “composta por mais de 1200 professores, mais de mil técnicos e cerca de 17 mil estudantes” (UFRPE, 2019).

5.4 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A creche, conhecido como Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Rosas, existente no campus da UFPE, localizado no município da cidade do Recife, foi inaugurada em 2007, também em um esforço entre a universidade e a Prefeitura da Cidade do Recife. O campus cedendo o espaço físico e a prefeitura construindo a creche, mobiliando e fornecendo merenda, bem como a administração e os profissionais em educação.

O CMEI Paulo Rosas também possui vagas destinadas as(os) filhas(os) de servidores e estudantes e metade das vagas destinadas a comunidade local. Apresenta como objetivos “o desenvolvimento integral das crianças em seus

aspectos físico, psicológico, emocional, social e cultural, considerando a ação das famílias e da comunidade” (UFPE, 2021).

A UFPE conta ainda com um Colégio Aplicação que atende ao ensino Fundamental dos anos finais e ensino médio em seu Campus. No entanto, as vagas deste colégio são de ampla concorrência em um processo seletivo anual. Contudo, no ano de 2020, devido à crise sanitária do novo coronavírus, o critério de entrada foi sorteio público.

A assistência estudantil da UFPE já promoveu editais em que forneciam auxílio creche às Estudantes Mães com crianças entre 0 até 3 anos e 11 meses. No entanto, não conseguimos ter acesso a esses editais via online para confirmar em que anos foram oferecidos esse auxílio. O fato é que nos últimos cinco anos não constam seleção para este auxílio nos editais. (UFPE/PROAES, 2021).

Diante de um país marcado por desigualdade social, há ainda muito a se discutir acerca de princípio da igualdade. Desconsiderar a condição das Estudantes Mães em sua luta para permanecer na universidade, o contexto desigual em que elas se encontram frente a um homem que seja pai é desvalidar uma realidade que custa caro às mulheres, bem como a importância do papel social das mães e a necessidade de acolhimento destas.

5.5 Parent Science

O Parent Science é um grupo formado por mulheres mães cientistas e um pai que se uniram em prol de levar o debate sobre maternidade no meio científico. O início dessa história deu-se em 2017 com promoção de palestras e seminários por todo Brasil. Sobretudo, é pioneiro na coleta de dados acerca da maternidade de mulheres cientistas. “iniciamos nossas ações para preencher um vazio, de dados e conhecimento, sobre uma questão fundamental: o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens” (PARENT SCIENCE, 2021). O grupo foi objeto de diversas reportagens, o que demonstra a importância do tema para o debate na sociedade científica e em geral.

A pandemia do Covid-19 foi fomentadora dos debates acerca da maternidade, ciência, isolamento social e o Parent Science elaborou um levantamento de dados, único sobre este período para perceber como a pandemia estava impactando na vida das cientistas mães. Através de informativo “Produtividade acadêmica durante a

pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade”, exposto em seu site e divulgado amplamente o Parent Science revelou resultados que demonstraram a importância de considerar a intersecção de gênero, raça e parentalidade.

Assim, a instituição afirma que a pandemia causou impacto na produtividade das cientistas, mas de maneiras diferentes, considerando seus diferentes contextos. Os dados foram levantados durante o isolamento.

Conseguimos assim, mapear quem foi mais impactada(o) pela pandemia, o que é crucial para o desenvolvimento de ações e políticas que impeçam o aprofundamento de desigualdades de gênero e raça na ciência (INFORMATIVO, 2020, p. 02).

Especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente até 12 anos) foram grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia. – A produtividade acadêmica de homens, especialmente os sem filhos, foi a menos afetada pela pandemia. (INFORMATIVO, 2020, p. 12,)

A coleta desses dados durante o período de isolamento mostra-se de suma importância para “orientar políticas públicas de auxílio às mães na área acadêmica. A necessidade de ações afirmativas em prol da diversidade e inclusão na ciência torna-se ainda mais evidente durante o período da pandemia” (INFORMATIVO, 2020, p. 12).

Ainda no informativo, o grupo propõe algumas atividades que podem contribuir para minimizar os impactos da pandemia na vida de mães cientistas:

Com base nos resultados apresentados, elencamos abaixo algumas sugestões às agências de fomento e Universidades: • aumentar o prazo para submissão em editais de fomento; • flexibilizar o prazo para prestação de contas e relatórios de projetos; • elaborar editais específicos aos grupos mais atingidos, para evitar um aumento da disparidade de gênero e raça, agravando uma situação crítica que já existe; • aumentar o tempo de análise do currículo para mulheres com filhos, em editais de financiamentos e concursos; • programar os horários de reuniões, considerando o horário escolar no qual mães e pais devem dar suporte a seus filhos; • redistribuir, sempre que possível, a carga horária didática e atividades administrativas de maneira a não sobrecarregar os grupos de cientistas mais atingidos pela pandemia. (INFORMATIVO, p. 12, 2020).

Outra ação importante do Parent Science durante a pandemia se concretiza com o lançamento do Edital Amanhã, cujo objetivo é fornecer apoio financeiro para estudantes da pós-graduação que não possuem bolsa e cujo término do curso está previsto para o segundo semestre de 2021. O apoio às condições materiais mostra-se muito importante a considerar que muitas pessoas ficaram desempregadas

durante a pandemia e que as mulheres mães possuem responsabilidades acumuladas com as crianças. O financiamento das bolsas se deu a partir de uma vaquinha coletiva, onde qualquer pessoa poderia realizar uma doação de qualquer valor.

A atuação do Parent Science na coleta, divulgação e promoção de debates frente a toda sociedade, bem como na comunidade científica tem sido de fundamental importância. A organização da coleta de dados tem sido referência e importante para fundamentar o debate e consequentemente viabilizar a criação de políticas públicas e/ou ações afirmativas que promovam equidade observando recortes de gênero, raça e classe.

6 AS ESTUDANTES MÃES VIVENDO A PÓS-GRADUAÇÃO: O QUE REVELAM OS DADOS

Nesta seção fizemos a descrição e análise dos dados coletados a partir do questionário (Google Forms - formulário eletrônico). A utilização do formulário eletrônico foi o modo encontrado para ouvir as Estudantes Mães no contexto da maior crise sanitária mundial, a pandemia da Covid-19. Os dados coletados foram organizados em tabelas e/ou quadros para ilustrar o texto e possibilitar uma melhor compreensão e análise dos resultados. As pós-graduandas que participaram da pesquisa não foram identificadas pelos nomes. Utilizamos o número que corresponde a ordem de classificação das respostas por participante ao formulário. Sendo assim, se a pessoa foi a primeira a responder o formulário tem o número 1 (um) e se foi a última tem o número 72 (setenta e dois).

No contexto das análises dos dados apresentados é importante observar que as respondentes da UFF são maioria entre as pesquisadas por termos aceitado participação de outras pós-graduações. No caso específico, o formulário foi enviado para as estudantes pelo Coletivo de Mães da CMUFF, o que ampliou a participação das Estudantes Mães. Isso se deu devido à dificuldade de contato com as estudantes de pós-graduação em educação da UFF, via coordenação do curso. Na UFPE e UFRPE/FUNDAJ, as respondentes são estudantes de pós-graduação em Educação. Os formulários foram enviados pela coordenação do curso no formato remoto devido à pandemia do Covid-19.

A considerar que as respondentes da UFF foram de diversas pós-graduações, explica-se o fato delas serem a maioria das entrevistadas pela pesquisa (74,6%), tendo em vista que ampliada para outras pós-graduações, amplia-se também a possibilidade de mais Estudantes Mães responderem. Há de se considerar também que na UFF há pós-graduação na modalidade de mestrado e doutorado.

O programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da UFRPE/FUNDAJ possui apenas a modalidade de mestrado, realiza seleção anualmente admitindo aproximadamente uma turma de 30 estudantes a cada processo seletivo, sendo um programa que estuda processos educativos inter-relacionados com cultura e as identidades. Dentre as Estudantes Mães entrevistadas, 5,6% eram do PPGECI.

Na UFPE as respondentes são do doutorado e/ou mestrado do Programa em Educação (PPGEdu), que realiza processo seletivo anualmente ofertando aproximadamente 20 vagas para o mestrado e 20 vagas para o doutorado em Educação. Possui a modalidade de mestrado desde 1978 e a modalidade de doutorado a partir de 2002. Entre as Estudantes Mães entrevistadas, constam-se um total de 18,1% respondentes.

A organização dos dados foi feita a partir de categorias de análises que foram elencadas a priori na formulação e processo de estudo e elaboração do instrumento de acordo com os objetivos da pesquisa. São elas:

6.1 Caracterização das Estudantes Mães.

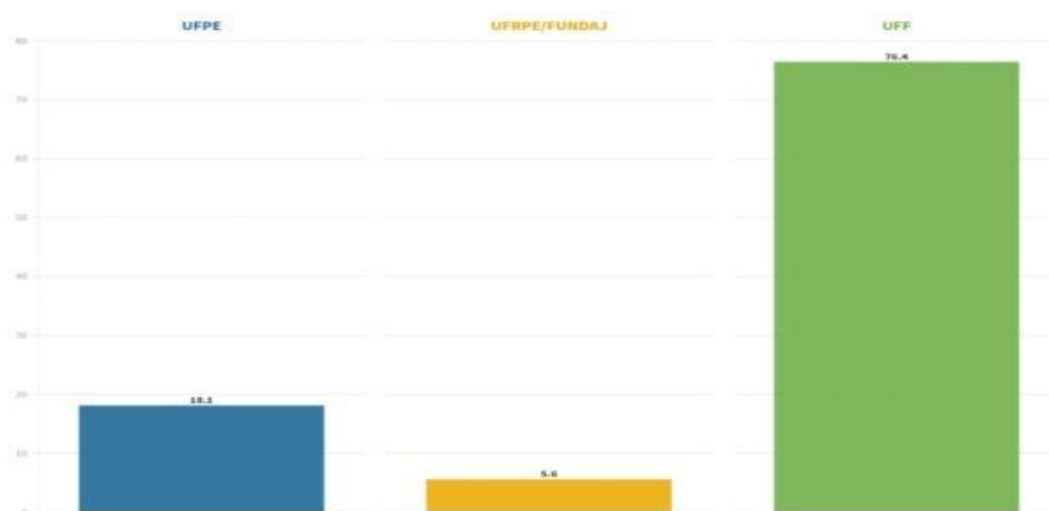
6.2 A Estrutura da Universidade e as Mães Estudantes

6.3 As Estudantes Mães vivendo a Pós-Graduação no contexto da pandemia

6.4 Políticas Públicas e as Estudantes Mães na Pós-Graduação

Assim, participaram da pesquisa 72 (setenta e duas) Estudantes Mães da pós-graduação, de três universidades federais: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mestrado associado com Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Os dados do gráfico abaixo revelam que 76,4% das respondentes são da UFF, 5,6% são da UFRPE/FUNDAJ e 18,1% são da UFPE.

GRÁFICO 1 – PROPORÇÃO DE RESPONDENTES POR UF



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

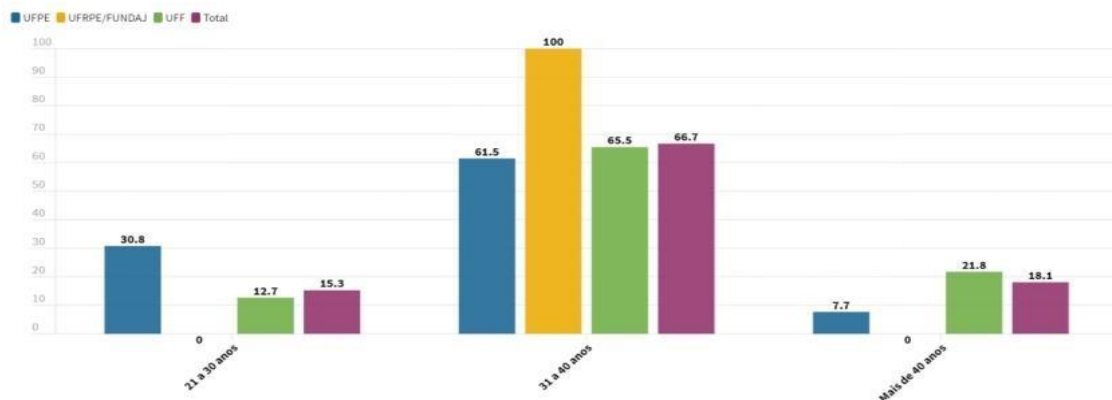
6.1 Descrição dos dados

6.1.1 Caracterização das Estudantes Mães

Nesta subseção caracterizamos as Estudantes Mães da pós-graduação nos quesitos: idade, gênero, cor/raça, gravidez, quantidade de filhos e filhas, suas respectivas idades e sua participação ou não nos movimentos sociais e partidos políticos. Consideramos estes dados relevantes para análise dos dados de três realidades acadêmicas que possuem como ponto de convergência das participantes a situação que se encontram como mulheres, mães e estudantes na pós-graduação. Saber quem são as respondentes possibilitou entender as tramas cotidianas da vida acadêmica na vivência dos estudos e da maternidade no contexto da pandemia da Covid-19.

No que se refere a faixa etária das pós-graduandas é possível identificar que 30,8% das participantes da pesquisa da UFPE possuem idade entre 21 a 30 anos, enquanto 61,5% possuem entre 31 a 40 anos de idade e apenas 7,7% possuem mais de 40 anos de idade. Considerando as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, destacado na cor amarela, todas as respondentes, o que corresponde a 100%, estão na faixa etária dos 31 a 40 anos de idade. As pós-graduandas da UFF estão destacadas na tabela pela cor verde, onde 12,7% estão na faixa etária que correspondem dos 21 a 30 anos de idade, enquanto 65,5% estão na faixa etária entre os 31 a 40 anos de idade. Finalizando os dados da UFF, 21,8% das estudantes possuem mais de 40 anos de idade.

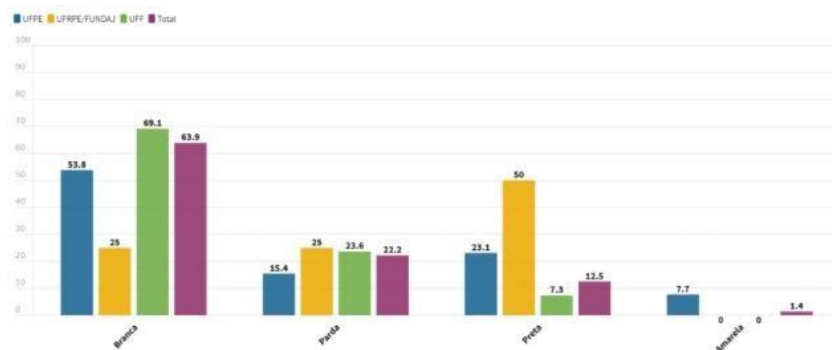
GRÁFICO 2 – PROPORÇÃO DE RESPONDENTES POR FAIXA ETÁRIA (%)



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais do gráfico 2, sem a divisão por cada universidade, destacada pela cor roxa, 15,3% das estudantes estão na faixa etária dos 21 a 30 anos de idade, enquanto 67,7% estão entre 31 a 40 anos de idade e, por fim, 18,1% possuem mais de 40 anos de idade. Em relação à cor/raça das estudantes, os dados do gráfico 3 abaixo, revelam que entre as respondentes da UFF, destacadas pela cor azul, 53,8% se identificaram como branca, enquanto 15,4% afirmaram ser pardas, 23,1% se autoafirmaram como pretas e 7,7% das estudantes da UFF se identificaram como amarela. Entre as estudantes da UFRPE/FUNDAJ, destacadas pela cor amarela, 25% se declararam brancas, 25% se declararam pardas e 50% afirmaram serem pretas. Os dados ainda revelam que as respondentes da UFF, destacadas de verde, 69,1% se autodeclararam brancas, 23,6% se autoafirmaram parda e 7,3% se autodeclararam pretas.

GRÁFICO 3 – COR/RAÇA DAS RESPONDENTES (%)

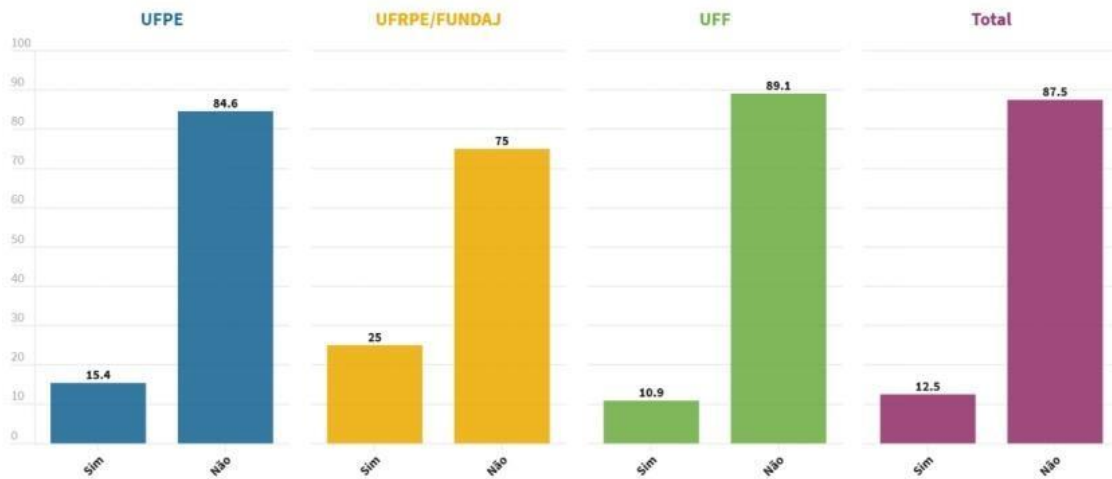


Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Assim, no que se refere aos números totais (cor roxa) sem considerar as divisões das respectivas universidades, 63,9% se autodeclararam brancas, 22,2% se autodeclararam pardas, 7,3% se autodeclararam pretas e 1,4% se autodeclararam amarelas.

Quando perguntamos sobre a participação em Movimentos Sociais, os dados revelam que 15,4% das respondentes da UFPE participam de algum movimento social, enquanto 84,6% não estão vinculadas a nenhum movimento social. No que diz respeito a UFRPE/FUNDAJ, 25% participam de algum movimento social, enquanto 75% afirmaram não participar de nenhum movimento social. Entre as respondentes da UFF 10,9% participam de algum movimento social enquanto 89,1% afirmaram não participar.

GRÁFICO 4 – PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL? (%)



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais, independentes das universidades, apenas 12,5% das Estudantes Mães participam de algum movimento social, revelando que 87,5% não participam de nenhum movimento social.

Em relação aos movimentos sociais que as pós-graduandas da pesquisa participam, pudemos identificar entre os dados levantados, que: duas respondentes participam do Coletivo de Mães da UFF (CMUFF), uma participante participa do ARA Agontimé, que é um grupo de mulheres negras pesquisadoras sobre o corpo negro em diáspora africana. Uma respondente participa do Sindicato dos servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), outra participa do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA-Brasil), outra do Mulheres Sem Fronteiras. Uma das respondentes da pesquisa participa de um sindicato, mas não identificou qual seria. Outra está vinculada ao Núcleo Educacional Menores Francisco de Assis (NEIMFA). No quadro 5 abaixo listamos os nomes dos Movimentos Sociais citados pelas respondentes, onde se destacam coletivos de mulheres e sindicatos.

QUADRO 4 - DAS MULHERES QUE PARTICIPAM DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Nº do caso	6.1) Se participa de movimento social, qual?
8	Ara Agontimé - grupo de mulheres negras pesquisadoras sobre corpo negro em diáspora africana
9	CMUFF - Coletivo de Mães UFF
10	CMUFF - Coletivo de Mães UFF

12	SINDSCOPE - Sindicato dos servidores do colégio Pedro II
27	MPA-Brasil
41	Mulheres Sem Fronteiras
51	Sindicato (Não identificado)
60	NEIMFA - Núcleo Educacional Menores Francisco de Assis

Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Sobre a participação das Estudantes Mães em algum partido político, os dados do quadro 06 (seis) abaixo revelam que 100% das respondentes da UFPE não estão vinculadas a nenhum partido político, na UFRPE/FUNDAJ também 100% das respondentes não participam de nenhum partido político. Já na UFF 3,6% estão vinculadas a algum partido político. Dessa forma, considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, só 2,8% das Pós-Graduandas pertencem a algum partido político. Entre elas, apenas duas pessoas sentiram-se a vontade para manifestar a qual partido estariam vinculados, Como mostra a tabela abaixo:

QUADRO 5 - AFILIAÇÃO PARTIDÁRIA DAS PÓS-GRADUANDAS

Nº do caso	7.1) Se participa de Partido, qual?
6	PT - Partido dos Trabalhadores
63	Partido Novo

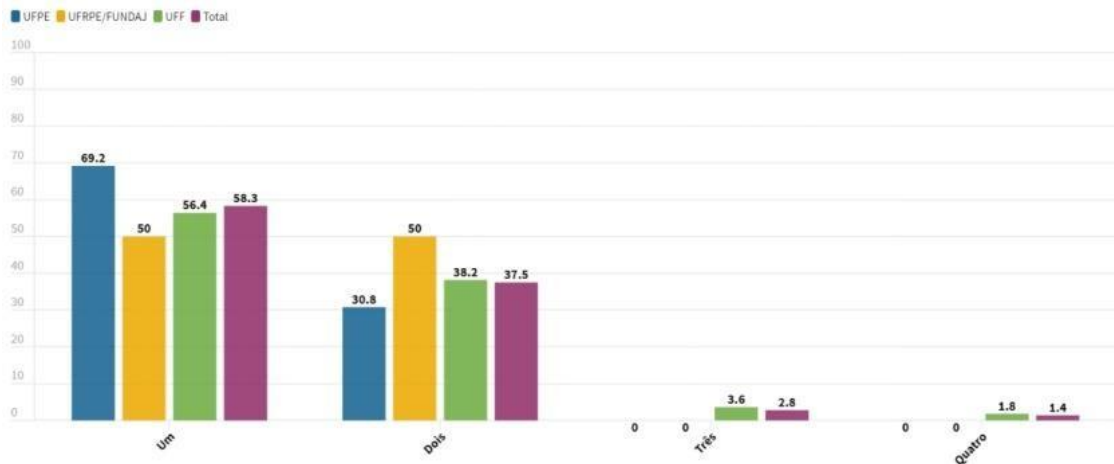
Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Quando perguntamos as Pós-Graduandas em relação a sua situação na maternidade, na UFPE, 7,7% dizem que estão grávidas. Na UFRPE/FUNDAJ, 100% das respondentes afirmaram não estarem gestantes e, entre as participantes da UFF, 5,5% das estudantes afirmaram estarem grávidas. A considerar números totais sem realizar a divisão por universidade, 5,6% das estudantes afirmaram estarem gestantes.

Os dados ainda revelam o quantitativo de filhas(os) das respondentes. No que se refere a UFPE, 69,2% das respondentes afirmam possuir apenas uma(um) filha(o), enquanto 30,8% declararam possuir duas/dois filhas(os), totalizando os 100% das respondentes da UFPE. Na UFRPE/FUNDAJ, 50% das participantes possuem uma(um) filha(o), enquanto outras 50% afirmaram possuir duas/dois filhas(os). Na UFF, 56,4% das respondentes têm uma(um) filha(o), enquanto 38,2% das estudantes afirmaram ser mães de 2 duas/dois filhas(os), 3,6%

afirmaram possuir três filhas(os) e 1,8% das estudantes da UFF afirmaram possuir 4 filhas(os).

GRÁFICO 5 – QUANTITATIVO DE FILHOS OU FILHAS DECLARADOS PELAS ESTUDANTES DAPÓS-GRADUAÇÃO (UFPE/UFF/UFRPE/FUNDAJ)



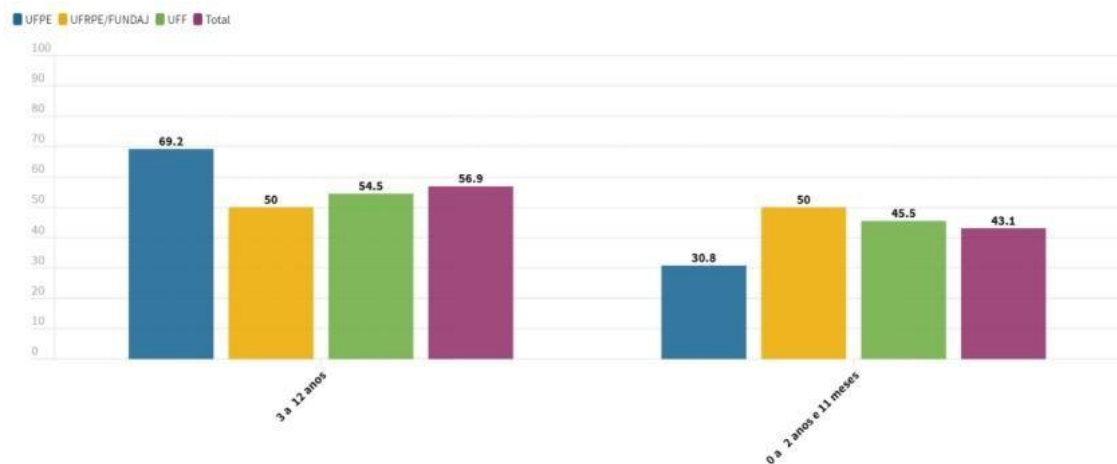
Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os números totais, sem a divisão por universidade, foi possível identificar que 58,3% das participantes da pesquisa possuem uma(um) filha(o), 37,5% possuem duas/dois filhas(os), 2,8% declararam possuir três filhas(os) e 1,4% declararam ter 4 filhas(os).

No gráfico 6 abaixo organizamos por faixa etária as crianças das pós-graduandas. Na UFPE 69,2% das(os) filhas(os) das estudantes possuem idades entre 3 a 12 anos de idade, enquanto 30,8% das(os) filhas(os) das estudantes possuem entre 0 a 2 anos e 11 meses. Entre as participantes da UFRPE/FUNDAJ 50% possuem filhas(os) com faixa etária de idade de 3 a 12 anos, enquanto outras 50% possuem filhas(os) com idade entre 0 a 2 anos e 11 meses.

Entre as participantes da UFF, 54,5% possuem filhas(os) na faixa etária de 3 a 12 anos de idade, enquanto 45,5% possuem crianças de 0 a 2 anos e 11 meses.

GRÁFICO 6 – IDADE DAS(OS) FILHAS(OS) DAS PÓS-GRADUANDAS DOS PÓS-GRADUAÇÕES DAS UNIVERSIDADES (UFPE/UFRPE/FUNDAJ/UFF)

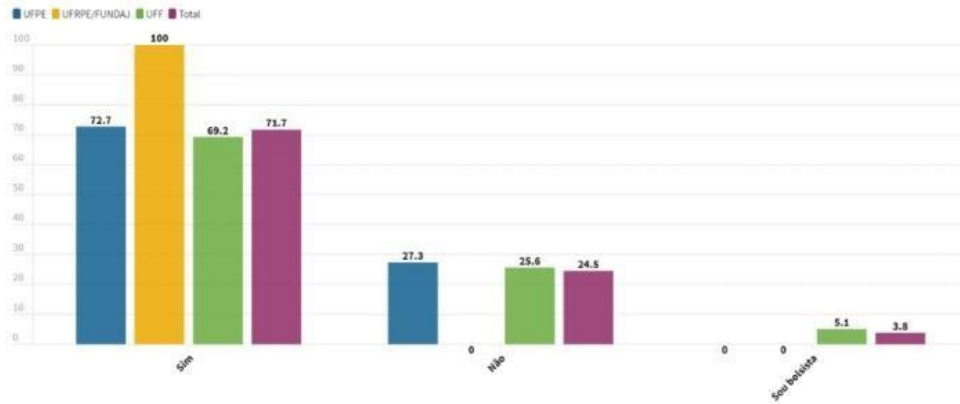


Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais das participantes da pesquisa, sem a divisão por universidade, 56,9% das participantes possuem filhas(os) com faixa etária entre 3 a 12 anos de idade, enquanto 43,1% das estudantes da pesquisa possuem filhas(os) na faixa etária de 0 a 2 anos e 11 meses.

Em relação a ocupação profissional das mães pós-graduandas, o gráfico 7 abaixo evidencia que 72,7% das Estudantes Mães da UFPE afirmaram trabalhar, em maior escala 100% das mães da UFRPE/FUNDAJ declararam que trabalham. Já na UFF 69,2% das Estudantes Mães pós-graduandas afirmaram que trabalham e 5,1% afirmaram ser bolsistas do Programa. Considerando os números totais, sem a divisão por universidades, identifica-se 71,7% afirmaram que trabalham e 3,8% afirmaram receber bolsas de estudos.

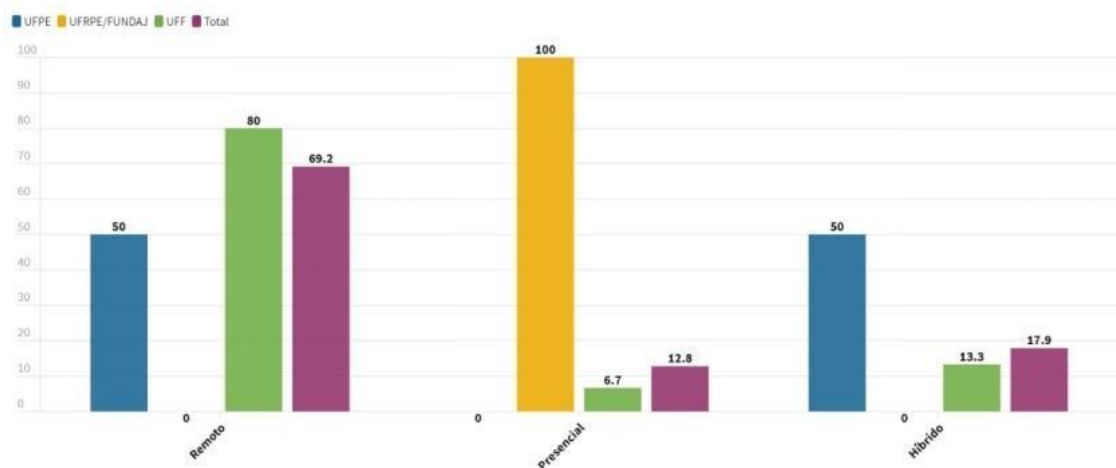
GRÁFICO 7 – SITUAÇÃO DAS MÃES PÓS-GRADUANDAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO ENQUANTO ESTUDAM



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando as participantes que trabalham, observam-se situações diferenciadas de realização destas atividades durante a pandemia. Na UFPE 50% estão trabalhando de forma remota, enquanto 50% estão trabalhando no formato híbrido. As respondentes da UFRPE/FUNDAJ estão 100% trabalhando no formato presencial durante a pandemia. Já as respondentes da UFF, 80% estão trabalhando no formato remoto durante a pandemia, enquanto 6,7% estão trabalhando no formato presencial e 13,3% estão trabalhando no formato híbrido. Considerando os números totais das respondentes sem considerar a divisão por universidades 69,2% das participantes estão trabalhando de forma remota, 12,8% estão trabalhando de forma presencial, enquanto 17,9% estão trabalhando de forma híbrida.

GRÁFICO 8 – COMO TRABALHO (LABOR) ESTÁ SENDO VIVENCIADO NA PANDEMIA PELAS PÓS-GRADUANDAS



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Para compreendermos se as estudantes conseguem conciliar trabalho com o curso, fizemos uma questão do tipo resposta livre e apenas 11(onze) pós-

graduandas responderam. No quadro 6 abaixo agrupamos as respostas por aproximação.

QUADRO 6 - RELAÇÃO TRABALHO E CURSO

Quantitativos	Respostas
03	Concilio curso e trabalho doméstico
01	Tenho um esposo que faz o papel de pai e apoio familiar
04	Com dificuldade
01	Trabalho autônoma, mesmo bolsista
01	Tive de largar o trabalho para seguir com o mestrado
01	Concilio curso e trabalho doméstico

Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Para compreender como as pós-graduandas conciliam curso e trabalho as respostas foram trabalhadas a partir da técnica de *Análise de Conteúdo* e agrupadas por núcleo de sentidos das respostas. Assim agrupamos em 4 (quatro) núcleos, como mostra o quadro 7 abaixo.

QUADRO 7 - COMO CONCILIAR TRABALHO E CURSO

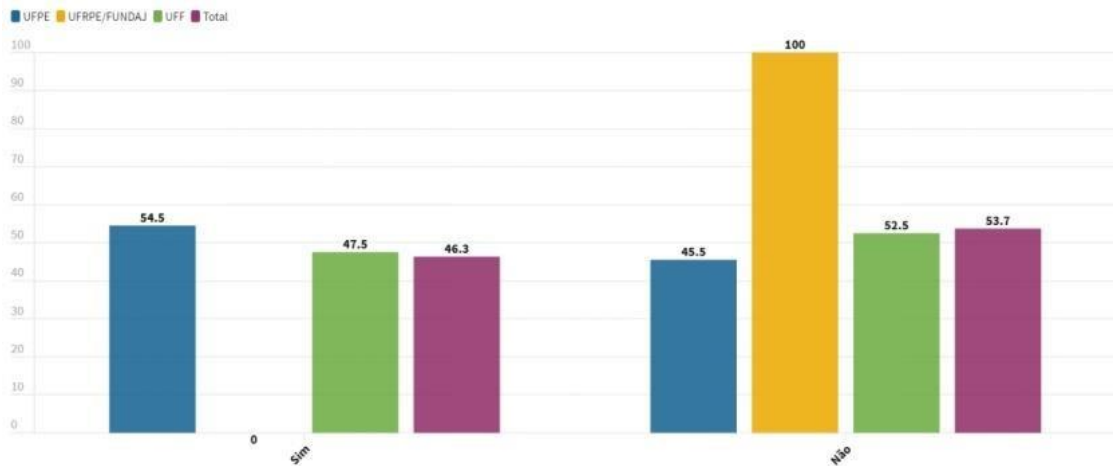
Núcleos dos Sentidos das Respostas	15) Se respondeu sim na questão 14 “Consegue conciliar o trabalho com o curso”, como você concilia?
Diminuindo as horas de sono e descanso.	<p>Dormindo pouco;</p> <p>Indo dormir bem tarde para atender as demandas necessárias, conciliando a vida profissional, pessoal, familiar e de estudante. Aproximadamente 4 horas de sono por dia;</p> <p>Durmo muito pouco, fico menos com minha família... temos que abrir mão de algo, não é mesmo?</p> <p>As estratégias de conciliação envolvem estudar de madrugada e nos finais de semana;</p> <p>Com dificuldades.</p> <p>Conciliava estudando de madrugada</p> <p>Tentando adequar horários das disciplinas com horário de trabalho e processo de leitura e escrita sempre feito à noite.</p> <p>Estou sem organização, é impossível conciliar a agenda dos meus filhos online na escola com a minha</p>

<p>Com grupo de apoio</p>	<p>Com a ajuda dos meus familiares, delego o trabalho doméstico com a casa. Com ajuda da minha Mãe e de uma moça que trabalha comigo como empregada doméstica e Babá.</p> <p>Dividindo as tarefas com o pai dos meus filhos e cônjuge e com a minha assistentedo lar.</p> <p>Com o apoio do meu companheiro. Estudando a noite ou com ajuda do marido.</p> <p>Só produzi para finalizar o meu projeto de qualificação quando retornei para Recife e pude, planejadamente, deixar minha filha com minha tia e Mãe (de forma remunerada)</p> <p>Minha filha está na creche.</p>
<p>Ajustando com o trabalho remoto</p>	<p>Meu trabalho quando remoto é bem flexível e consigo conciliar nos dias que estouem trabalho remoto.</p> <p>Remotamente, em horário alternativo.</p> <p>Por estar sendo remoto tem dado certo. Se fosse presencial, teria que pedir afastamento pra estudo.</p>
<p>Compensação de horários e acordos, liberação parcial do trabalho</p>	<p>Estudando nos horários que não estou trabalhando</p> <p>Meus horários são flexíveis.</p> <p>Fazendo compensação de horário no trabalho Com dificuldade, trabalhando com priorização de atividades e necessidades pessoais.</p> <p>Liberação parcial do trabalho para cursar disciplinas</p> <p>Nas horas livres do almoço e a noite quando estou em casa</p> <p>Organizando horários, na medida do possível</p> <p>Conto com a colaboração da escola na organização dos horários de trabalho</p>

Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

As respostas evidenciam ausência de políticas específicas para as Estudantes Mães na pós-graduação. Um dado importante que podemos agregar: as questões sobre as melhorias de condições para realizar o curso seria a bolsa de estudo. Quando perguntamos se as Estudantes Mães possuem bolsas de estudo, tivemosos seguintes percentuais que equivalem as respostas do gráfico 9 abaixo:

GRÁFICO 9 – VOCÊ TEM BOLSA DE ESTUDOS?



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Na UFPE, 54,5% afirmaram possuir bolsa de estudo, enquanto na UFRPE/FUNDAJ, nenhuma das Estudantes Mães possui bolsa de estudo. Na UFF, 47,5% das estudantes possuem bolsa de estudo. Considerando os dados totais relativo ao total de participantes da pesquisa, sem a divisão por universidades, 46,3% das estudantes afirmaram possuírem bolsa de estudo.

No que diz respeito as áreas de atuação profissional das Estudantes Mães pós-graduandas que participaram da entrevista, foi possível identificar que 50% das respondentes da UFPE afirmaram serem professoras, 40% afirmaram serem da Educação enquanto 10% das estudantes da UFPE são da área da psicologia. As participantes da pesquisa da UFRPE/FUNDAJ 33,3% afirmaram serem professoras e 66,7% declararam ser da área educação. Na UFF, 33,3% declararam-se professoras, 9,1% afirmaram serem da área da educação, 6% são da área da saúde, 12% declararam atuar na área jurídica, 3% das estudantes da UFF são da área da comunicação, 3% declararam serem servidoras públicas, 3% afirmaram ser da área da economia, 3% da área da Engenharia, 6% são médicas veterinárias, 3% da área da Nutrição, 3% são estudantes, 6% da área da Fisioterapia e 3% da Geologia.

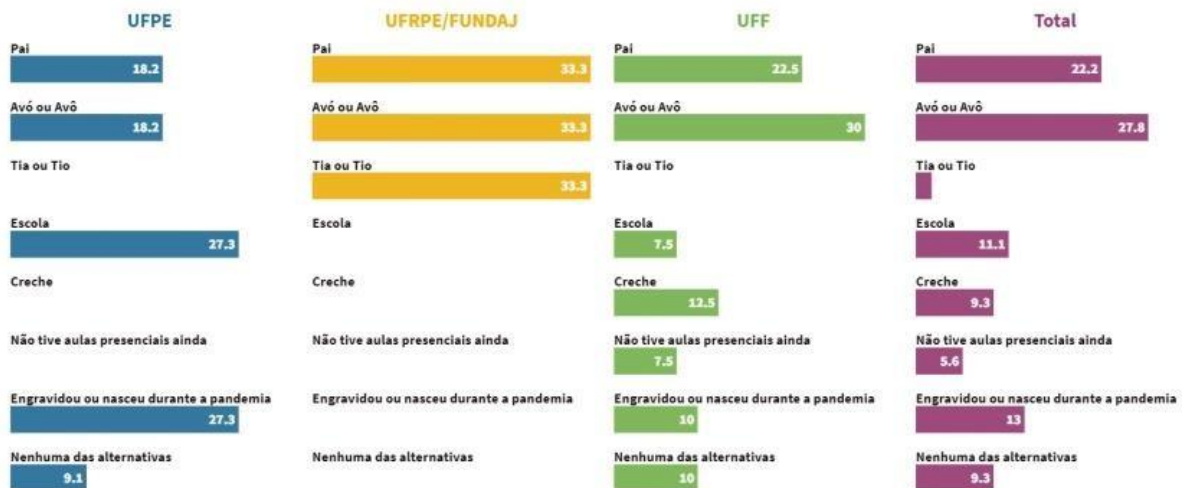
Ao considerarmos os dados totais sem a divisão por universidades, temos: 37% das estudantes atuando como professoras, 19,6% atuam na Educação, 4% na área da saúde, 9% atuam na área jurídica, 2% na área da comunicação, 2% são servidoras públicas, 2% atuam na gestão empresarial, 2% na geofísica, 2% são da

economia, 2% são da área da nutrição, 2% afirmaram serem estudantes, 4% atuam como fisioterapeutas, 2% atuam na psicologia e 2% atuam na geologia.

6.1.2 A Estrutura da Universidade e as Mães Estudantes

Esta categoria de análise tem como objetivo compreender como os espaços e estruturas das universidades pesquisadas acolheram as Estudantes Mães que cursam a pós-graduação e possuem filhas(os) pequenas(os) no período que compreende a pré-pandemia da Covid-19. Assim como se as universidades oferecem serviços específicos para este grupo de estudantes, se os serviços existentes nas universidades estão amparando estas discentes, as formas de acolhimento e acesso e como os docentes e demais servidores compreendem a importância da inserção deste grupo no cotidiano da instituição, como veremos a seguir com a apresentação dos resultados da pesquisa.

GRÁFICO 11 – NO PERÍODO EM QUE ESTAVA NA UNIVERSIDADE, COM AULAS PRESENCIAIS, COM QUEM FICAVA SEU FILHO OU FILHA?



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

As estudantes da UFPE, em um percentual de 18,2% afirmaram que deixam sua/seu filha(o) com o pai enquanto estão em aula presencial, 18,2% deixavam com avó ou avô, 27,3% deixavam na escola, 27,3% afirmaram que engravidaram ou a(o) bebê nasceu durante a pandemia, e 9,1% afirmaram que nenhuma dessas opções contemplam sua realidade. No que se refere às estudantes da UFRPE/FUNDAJ, 33,3% afirmaram que a criança ficava com o pai durante as aulas presenciais,

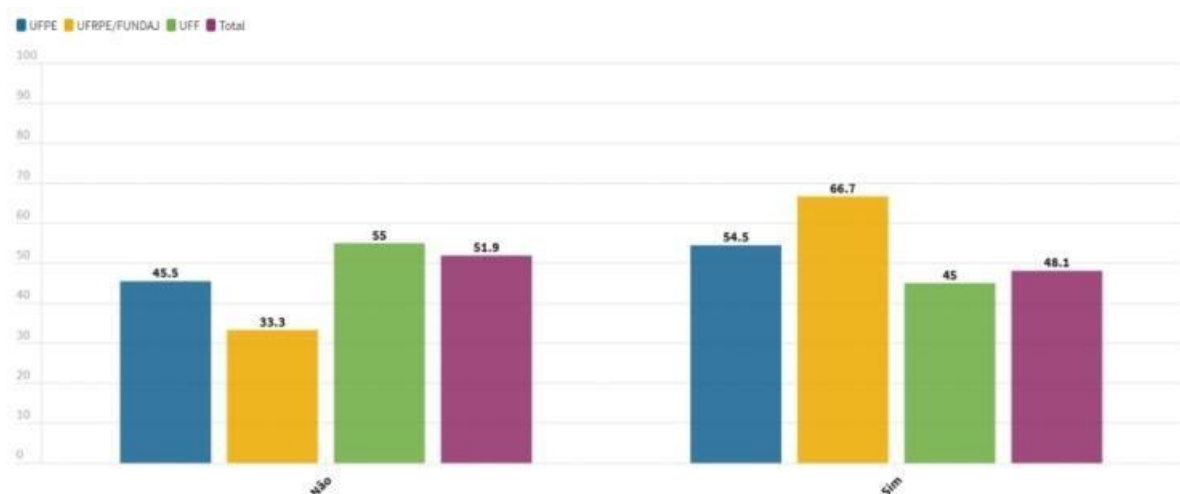
33,3% deixavam com avó ou avô, enquanto 33,3% deixavam com o tia(o). Entre as estudantes da UFF, 22,5% revelaram que deixavam as crianças com o pai durante as aulas presenciais das Estudantes Mães, 30% deixavam com avó ou avô, 7,5% deixam na escola, 12,5% optam pela creche, 7,5% não tiveram aula presencial, 10% engravidaram ou a criança nasceu durante a pandemia.

Considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, ficou evidenciado que 22,2% dos pais ficam com as crianças durante as aulas presenciais das pós-graduandas mães, 27,8% das crianças ficam com avó ou avô, 1,7% com o tia(o), 11,1% ficam na escola, 9,3% das crianças ficam na creche, 5,6% das estudantes não tiveram aula presencial ou tiveram bebê durante a pandemia, enquanto 9,3% afirmaram que nenhuma das alternativas as representam.

Quando perguntamos às estudantes participantes da pesquisa se existem espaços físicos acolhedores nas respectivas universidades com as quais estão vinculadas, 100% das participantes afirmaram que não há espaços acolhedores.

No entanto, os espaços são demandados pelas Estudantes como evidencia o gráfico 10 abaixo. Entre as estudantes da UFPE, 54,5% já precisaram levar suas crianças para a universidade. Entre as estudantes da UFRPE/FUNDAJ 66,7% afirmaram já terem levado filhas(os) para aulas na universidade. Entre as estudantes da UFF, 45% afirmaram que já precisaram levar filha(o) para aulas presenciais. Portanto, os dados totais representados pela cor roxa revelam que 48,1% das mães pós-graduandas já precisaram levar filha(o) para as aulas nas universidades.

GRÁFICO 12 – VOCÊ JÁ PRECISOU LEVAR SEU FILHO OU FILHA PARA A UNIVERSIDADE?



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Em relação ao uso do refeitório nas universidades pelas Estudantes Mães e seu filhas(os), 9,1% das respondentes da UFPE não sabem se podem entrar no refeitório da universidade com sua/seu filha(o), 18,2% afirmaram que não utilizam o refeitório, 27,3% declararam que nunca precisou ou tentou entrar com a criança no refeitório e 45,5% afirmaram que sim, podem entrar com sua/seu filha(o). Entre as participantes da UFRPE/FUNDAJ, 66,7% afirmaram que nunca precisou ou tentou entrar e 33,3% afirmaram que não podem entrar. Nas respondentes da UFF 51,3% afirmaram que não sabem se podem entrar acompanhadas de suas/seus filhas(os), 10,3% afirmaram que não utilizaram, 20,5% nunca precisaram ou tentaram entrar e 12,8% afirmaram que não podiam entrar no refeitório com a(o) filha(o).

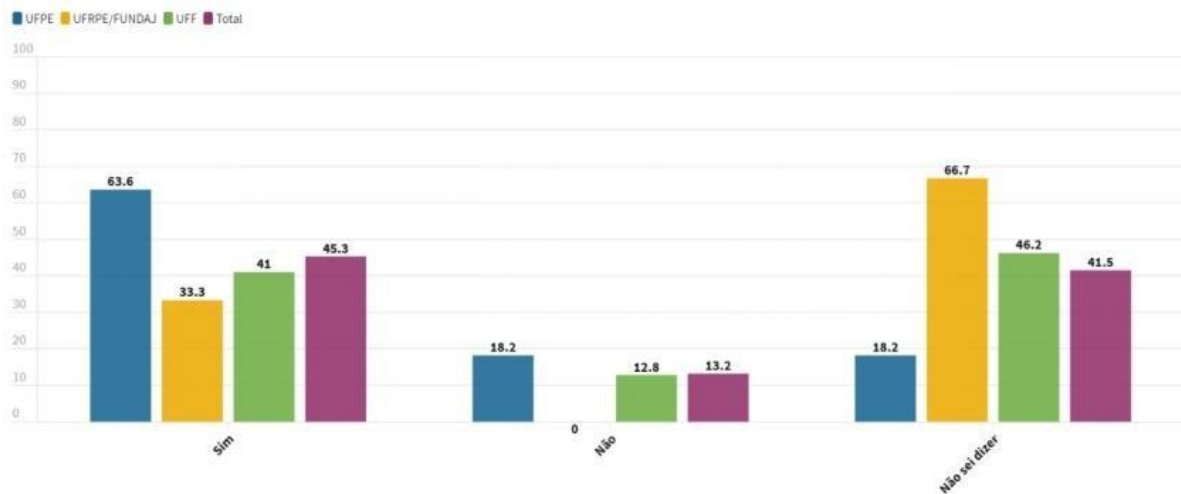
Dessa forma, os dados totais sem a divisão por universidades revelam que 39,6% não sabem se podem entrar no refeitório acompanhadas das(os) filhas(os), 11,3% não utilizaram o refeitório, 24,5% nunca precisaram ou tentaram entrar, 11,3% afirmaram que não podem entrar acompanhadas e 11,3% afirmaram que sim, sobre a possibilidade de entrar no refeitório acompanhadas da sua criança.

Sobre a possibilidade de andar no ônibus da instituição acompanhada de sua/seu filha(o), 36,4% das respondentes da UFPE afirmaram que não utilizaram, 9,1% afirmaram que nunca precisaram ou tentaram, 54,5% afirmaram que podem andar no ônibus da instituição com sua criança. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 66,7% afirmaram que nunca tentaram ou precisaram e 33,3% afirmaram que não podem andar acompanhadas com crianças no ônibus da Universidade. Entre as respondentes da UFF, 51,3% afirmaram não saberem se podem andar acompanhadas de suas crianças no ônibus da instituição, 7,7% afirmaram que não utilizaram, 25,6% declararam que nunca tentaram ou precisaram, 7,7% afirmaram que não podem e 7,7% afirmaram que podem andar acompanhadas de suas/seus filhas(os).

Considerando os dados totais, sem a divisão por universidade, 37,7% afirmaram que não sabem se podem andar acompanhadas de suas crianças no ônibus da instituição, 13,2% não utilizaram, 24,5% não precisaram ou utilizaram o ônibus da instituição, 7,5% afirmaram que não podem andar e 17% afirmaram que sim, podem andar acompanhadas de suas crianças no ônibus da instituição da qual fazem parte.

Perguntamos as Estudantes Mães se, durante o período de aula presencial, caso precisassem, poderiam assistir à aula com sua criança. 63,6% das estudantes da UFPE afirmaram que sim. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 33,3% afirmaram que podem levar. Das participantes da UFF, 41% afirmaram que podem levar. Considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, 45,3% afirmaram que sim, podem levar sua/seu filha(o), caso necessitem, na aula presencial.

GRÁFICO 13 – CASO NECESSITE, NO PERÍODO DE AULA PRESENCIAL, VOCÊ PODE ASSISTIR AULA COM SUA CRIANÇA?



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Para melhor compreensão dos dados do gráfico 11 em relação às respostas negativas das respondentes, pedimos que explicassem por que não poderiam levar as filhas(os) para as aulas presenciais, caso necessitassem. Foram recebidas sete respostas e todas abordavam a inadequação da criança no espaço da aula da pós-graduação, por diversas questões. Selecionamos algumas que congregam os sentidos atribuídos pelas Estudantes Mães:

A criança faz barulho, quer atenção. Embora nada tenha sido dito, evidentemente, não era adequado. (caso 4).

Porque Não Há espaço para o meu filho. (caso 23).

Entendo que uma criança no tipo de aula que é a pós-graduação, poderia em grande parte tirar a atenção do professor e demais estudantes. (caso 25).

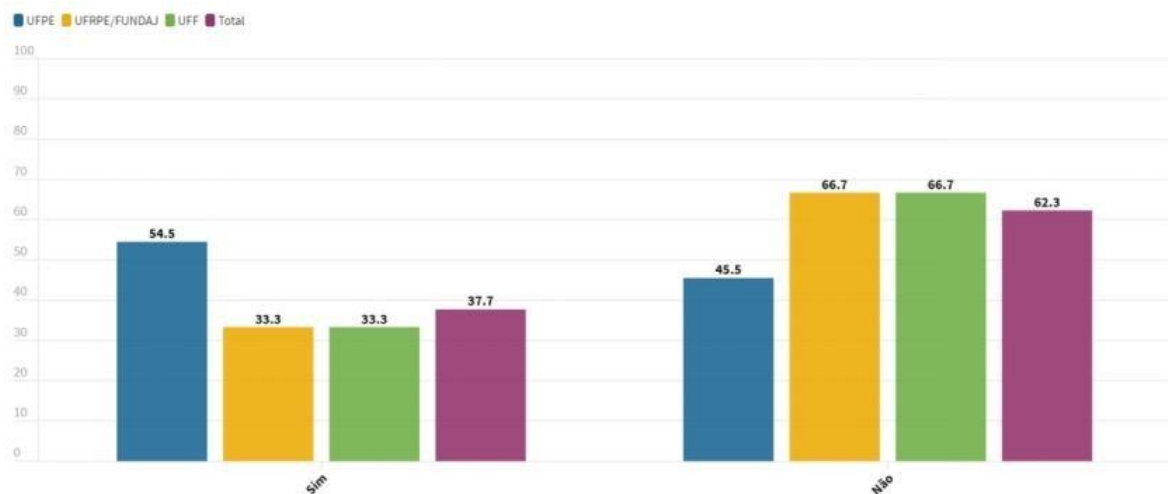
Algumas aulas são práticas em laboratórios e nas demais sinto que. Não haveria permissão. Ambiente de professores homens estruturalmente machista. (caso 29).

Quando precisei me disseram que o professor Não gostava. (caso 47). Todos ficam olhando (caso 54).

Eu Não conseguiria, atrapalharia a aula. (caso 58).

Buscando compreender como as Estudantes Mães lidam com a maternidade nas estruturas existentes nas universidades, perguntamos se elas já passaram por algum tipo de constrangimento na universidade devido sua maternidade. Temos os seguintes percentuais em torno das respostas: 54,5% das estudantes da UFPE já passaram por algum tipo de constrangimento na universidade, entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ 33,3% afirmaram que já passaram por constrangimentos. Entre as respondentes da UFF 33,3% afirmaram que já passaram por algum tipo de constrangimento.

GRÁFICO 14 – JÁ PASSOU POR ALGUM TIPO DE CONSTRANGIMENTO DEVIDO SUA MATERNIDADE, NA UNIVERSIDADE?



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Dentre os episódios de constrangimento direto, promovido por colegas ou docentes, tivemos 23 respostas, sempre num contexto onde são questionadas sobre a inadequação do “estar” na academia, além disso, relatam condições estruturais não acolhedoras a sua condição materna que lhes causam constrangimentos e/ou sentimento de exclusão, a partir de como a universidade está estruturada. As respostas das estudantes revelam os sentimentos vividos neste contexto das estudantes nas universidades. Seleccionamos algumas que representam os constrangimentos da vivência:

Uma outra professora exigiu que eu fosse de XXXX, onde morava para a universidade com minha filha, lactante, para o grupo de pesquisa, pegar 2 ônibus pra ir e 2 pra voltar, saindo de casa 12h

pra chegar às 14h no grupo de pesquisa. (Caso 8)

Não ter lugar pra deixar a criança enquanto estudo. Às vezes tinha que sair da sala para acolhe-lo, as pessoas ficavam incomodadas, outras me ajudavam. (52).

Quando estava grávida fui impedida de cursar uma disciplina pois corria o risco de entrar em trabalho de parto antes do final da disciplina. Meu caso foi tratado como a "situação" do programa, onde sempre era exposto de maneira aberta para todas as pessoas tes em reuniões, aula, etc. Sempre que precisava resolver

alguma questão referente ao meu afastamento, por exemplo. também tenho sido forçada, pressionada a Não prorrogar qualificação/defesa para não cair a nota do programa, desconsiderando minha condição. Afinal o primeiro semestre (início da pandemia) eu estava tendo a minha bebê e tive que atrasar várias coisas dentro da pesquisa. Nesse sentido, quando eu retornei comecei a sofrer uma espécie de assédio moral por parte da coordenação do programa. Meu orientador é excelente e apenas graças a ele tenho tido respaldo. (Caso 54).

6.1.3 As Estudantes Mães vivendo a Pós-Graduação no contexto da pandemia

Nesta categoria, concentramos as questões na tentativa de entender como as Estudantes Mães estavam conciliando a maternidade no cotidiano da Pós-Graduação no formato remoto - no contexto da pandemia - e como se deu a dinâmica das atividades em casa.

Assim, os dados da tabela 2 abaixo mostram como os cursos estão sendo conciliados pelas estudantes com a maternidade. Entre as participantes da UFPE, 90,9% afirmaram que o curso está funcionando remotamente e 9,1% afirmaram que concluíram os créditos das disciplinas. Entre as participantes da UFRPE/FUNDAJ, 66,7% afirmaram que o curso está funcionando remotamente e 33,3% declararam já terem concluído os créditos e finalizado as disciplinas. Entre as participantes da UFF, 76,9% afirmaram que os cursos estão funcionando remotamente, 7,7% afirmaram que os créditos das disciplinas foram concluídos, 8% afirmaram que estavam conciliando com dificuldade, 3% afirmaram estar de licença e 5% afirmaram que trancaram a matrícula.

TABELA 1 - NO CONTEXTO DA PANDEMIA, COMO VOCÊ TEM CONCILIADO CURSO E MATERNIDADE?

	UFPE	UFRPE/FUNDAJ	UFF	Total
O curso está funcionando remotamente	90.9	66.7	76.9	79.2
Conclui as disciplinas e finalizei os créditos	9.1	33.3	7.7	9.4
Com dificuldade	0	0	8	6
Estou de licença	0	0	3	2
Tranquei a matrícula	0	0	5	4

Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, 79,2% das estudantes afirmaram que o curso está funcionando remotamente, 9,4% declararam que concluíram as disciplinas e que finalizaram os créditos, 6% afirmaram que conciliam com dificuldade, 2% afirmaram estar de licença e 4% afirmaram que durante a pandemia trancaram a matrícula.

Em relação a maneira como as participantes estão vivenciando o curso em formato remoto e os cuidados com as crianças no contexto de pandemia, as participantes da pesquisa responderam que:

Na UFPE

- **45,5% das participantes da UFPE afirmaram que estão tendo que conciliar.**
- **45,5% afirmaram possuir rede de apoio para ajudar as crianças.**
- **9,1% afirmaram que não estão conseguindo conciliar.**

NA UFRPE/FUNDAJ

- **33,3% afirmaram que estão tendo que conciliar o curso remoto e as atividades com as crianças.**
- **33,3% afirmaram possuir rede de apoio para ajudar com as crianças.**
- **33,3% afirmaram que já concluíram as disciplinas.**

Na UFF

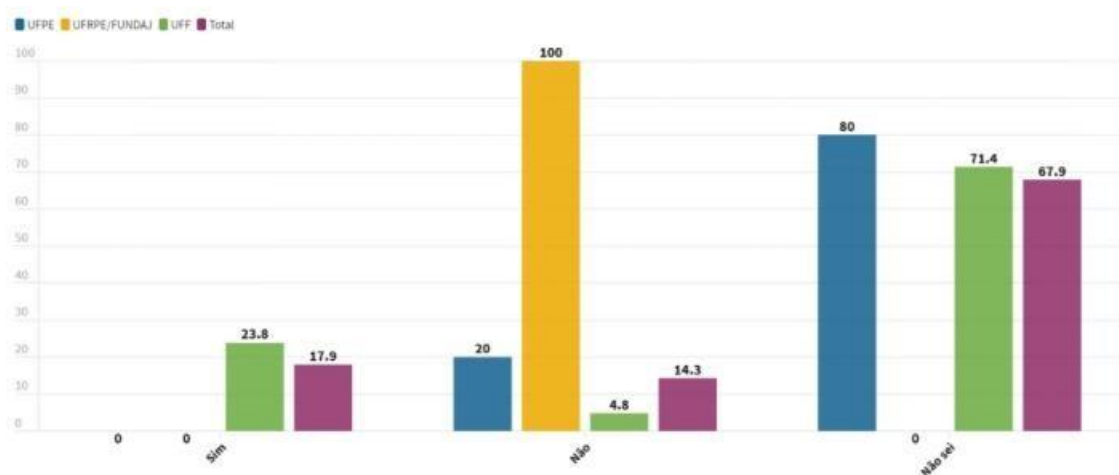
- **41% declararam que estão tendo que conciliar o curso e as atividades com as crianças.**

- **25,6% afirmaram que possuem rede de apoio.**
- **5,1% afirmaram que já concluíram as disciplinas.**
- **2,6% afirmaram que assistem aulas com a criança do lado.**
- **20,5% declararam que não estão conseguindo conciliar.**

Ao considerarmos os dados totais, sem a divisão por universidades, 41,5% das participantes afirmaram que estão tendo que conciliar o curso remoto e as atividades com as crianças, 30,2% declararam possuir rede de apoio, 5,7% afirmaram que já concluíram as disciplinas, 1,9% afirmaram que assistem com a criança ao lado, 3,8% marcaram “nenhuma das alternativas” e 17% não estão conseguindo conciliar o curso remoto com as atividades das crianças no contexto de pandemia.

Perguntamos as Estudantes Mães se havia coletivos de mães na Universidade. Entre as participantes da UFPE, 20% afirmaram não ter e 80% afirmaram não saber da existência. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 100% afirmaram que não possui coletivos de mães na universidade. Entre as participantes da UFF, 71,4% declararam não saber se existem coletivos de mães na universidade, 23,8% afirmaram que a universidade possui coletivo de mães e 4,8% das participantes da UFF afirmaram que não existem coletivos na universidade.

GRÁFICO 15 – HÁ COLETIVOS DE MÃES NA UNIVERSIDADE?



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

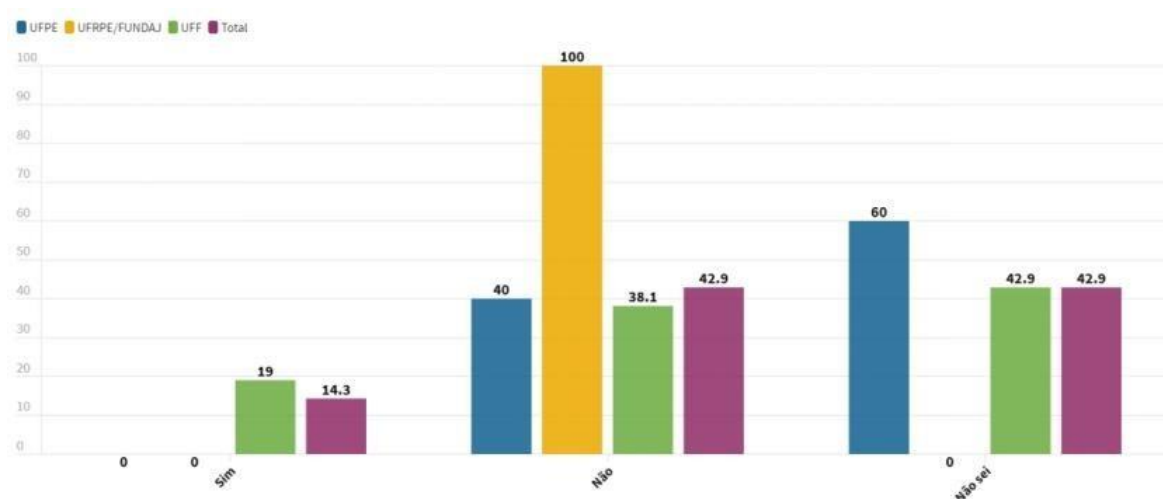
Considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, 17,9% afirmaram que em suas respectivas universidades possuem coletivos, 14,3% afirmaram que não possuem coletivos de mães na universidade, enquanto 87,9% afirmaram não saber se em suas respectivas universidades há coletivos de mães.

6.1.4 Políticas Públicas Direcionadas às Estudantes Mães na Pós-Graduação

Nesta categoria, buscamos compreender se as Estudantes Mães sabiam da existência de políticas de atendimento e permanência na Pós-Graduação para mulheres no exercício da maternidade, bem como a posição das coordenações dos cursos sobre as demandas das Estudantes Mães. Perguntamos também se conheciam políticas de ações afirmativas voltadas para as mulheres estudantes e mães e as dificuldades para a realização do curso.

Em relação a coordenação dos cursos e as demandas das Estudantes Mães, nas respondentes da UFPE, 40% afirmaram que a coordenação não tem conhecimento das demandas das mães da pós-graduação, enquanto 60% das estudantes afirmaram que não sabem se a coordenação tem conhecimento. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 100% afirmaram que a coordenação não tem conhecimento das demandas. Entre as respondentes da UFF, 19% afirmaram que a coordenação possui conhecimento das demandas, 38,1% afirmaram que a coordenação não possui conhecimento das demandas das Estudantes Mães, e 42,9% não sabem se a coordenação tem conhecimento acerca das demandas.

GRÁFICO 16 – A COORDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO TEM CONHECIMENTO DAS DEMANDAS DAS MÃES DAS PÓS-GRADUANDAS



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais revelados, subtraindo a divisão dos dados por universidades, 14,3% das participantes afirmaram que a coordenação de suas respectivas universidades tem conhecimento das demandas das mães estudantes, 42,9% afirmaram que a coordenação não tem conhecimento das demandas das Estudantes Mães e 42,9% não sabem dizer.

Entre a totalidade de 27 (vinte e sete) respondentes, 11 (onze) estudantes desconhecem o envolvimento da coordenação acerca das demandas das Estudantes Mães. Enquanto isso, 8 (oito) estudantes responderam que nenhuma demanda foi acolhida e apenas uma estudante relatou que a coordenação não tem conhecimentos sobre as demandas das pós-graduandas mães.

Em relação às políticas de ações afirmativas, os dados revelam que 5 (cinco) estudantes têm conhecimento de ações afirmativas e/ou políticas públicas direcionadas a atender as demandas das Estudantes Mães acolhidas pela coordenação, a saber: prorrogação de prazos, ajuda para trabalho de campo, flexibilização de horários, empatia, flexibilização na defesa do projeto e creche.

Neste contexto, foi possível listar as ações afirmativas identificadas pelas estudantes em suas respectivas universidades. Na UFPE, 40% revelaram conhecer a creche como ação afirmativa direcionada as mães. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 50% identificaram a creche e 50% não souberam informar nenhuma ação afirmativa direcionada as Estudantes Mães. Entre as participantes da UFF, 33,3% conhecem a ampliação do período de bolsa devido a licença

maternidade, 28,6% conhecem a colocação do nascimento de filho no lattes para justificar a queda de produtividade e 38,1% das participantes da UFF não souberam informar, como mostra a tabela 3 abaixo:

TABELA 3 - QUE AÇÕES AFIRMATIVAS RELACIONADAS ÀS MÃES ESTUDANTES NA PÓS-GRADUAÇÃO VOCÊ CONHECE?

	UFPE	UFRPE/FUNDAJ	UFF	Total
Creche	40.0	50.0	0.0	10.7
Ampliação do período de bolsa devido a licença maternidade	0.0	0.0	33.3	25.0
Colocação do nascimento de filho no lattes para justificar queda de produtividade	0.0	0.0	28.6	21.4
Não sei informar	60.0	50.0	38.1	42.9

Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais, sem considerar a divisão por universidades, 10,7% das estudantes identificam a creche como ação afirmativa direcionada as Estudantes Mães, 25% identificam a ampliação do período de bolsa devido a licença maternidade, 21,4% identificaram a colocação do nascimento do filho no Currículo Lattes para justificar a queda de produtividade.

Quando perguntamos quais ações afirmativas são efetivadas em cada instituição, as respondentes da UFPE, no percentual de 40%, afirmaram a creche. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 100% não identificaram nenhuma das alternativas de ações afirmativas na universidade que estudam. Entre as participantes da UFF, 15,4% identificaram a ampliação do período de bolsa devido a licença maternidade como uma ação efetiva em sua instituição e 7,7% identificaram o aumento de prazo para entrega de atividades como ação efetiva.

TABELA 4 - QUAIS AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO EFETIVADAS PARA AS MÃES ESTUDANTES EM SUA INSTITUIÇÃO

	UFPE	UFRPE/FUNDAJ	UFF	Total
Creche	40.0	0.0	0.0	10.0
Ampliação do período de bolsa devido a licença maternidade	0.0	0.0	15.4	10.0
Aumento de prazo para entrega de atividades	0.0	0.0	7.7	5.0
Nenhuma das alternativas	0.0	100.0	30.8	30.0
Não sei informar	60.0	0.0	46.2	45.0

Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Ao considerarmos os dados totais, sem a divisão das universidades, 10% das estudantes identificaram a creche como ação afirmativa, outros 10% identificaram a ampliação do período de bolsa devido a licença maternidade, 5% identificaram o aumento de prazo para entrega de atividades e 30% optaram por marcar nenhuma das alternativas.

Perguntamos também se as ações afirmativas existentes direcionadas as mães contribuem para sua permanência na universidade. Os dados evidenciam que dentre as 19 (dezenove) estudantes que responderam esta pergunta, 5 (cinco) identificam alguma ação e/ou política pública direcionadas as mães estudantes, a saber: possibilidade de trancamento de matrícula, ajuda na dinâmica do curso, creche, prazos diferenciados, além de existir abertura para dialogar sobre demandas das mães estudantes e a existência do coletivo que propõe demandas das Estudantes Mães perante a universidade. No entanto, 13 (treze) das respondentes desconhecem qualquer ação e/ou política pública direcionada as Estudantes Mães na universidade da qual fazem parte.

Não vejo nenhuma. Há a política de cotas raciais, pela qual eu entrei. Mas, não há nenhuma política de permanência. Não há estrutura para garantir que mães entrem na pós-graduação (caso 8).

Há um coletivo de mães e a implementação de políticas públicas voltadas para as mães, como instalações de fraldários e espaços infantis, políticas de bolsas, preocupação com a Saúde mental (Caso 12).

O curso oferece prazos diferenciados para entrega dos trabalhos e estão sempre abertos para que possamos conversar sobre as nossas necessidades(caso 14).

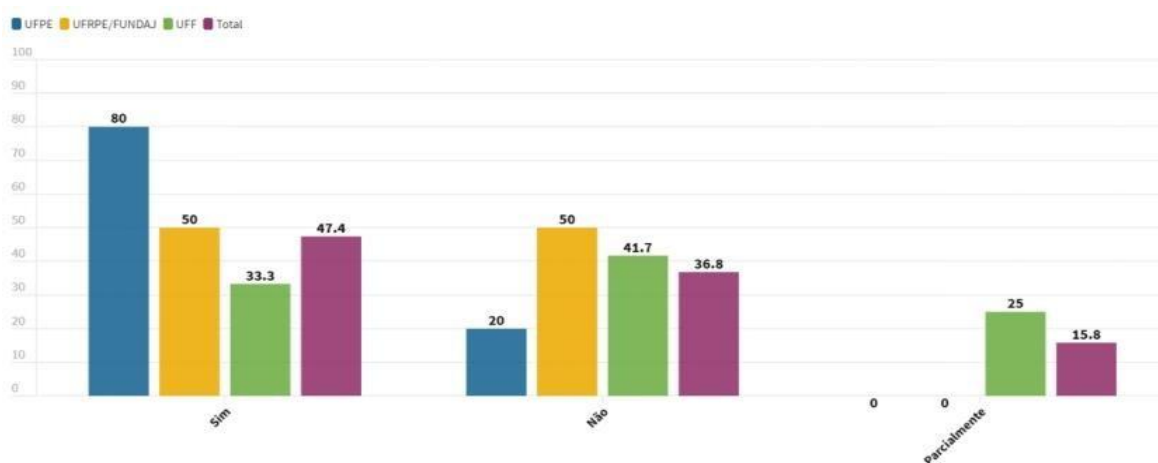
Até hoje não vi nenhuma ação, pelo contrário, sempre um ar dos professores e dos colegas, de que estamos inventando desculpas (caso 28).

Desconheço ações para Mães nos PPG da UFF (Caso 50).

Desconheço a existência. (casos, 18, 4, 11, 22, 35, 2, 42, 37, 45).

Quando perguntamos se as Estudantes Mães conseguiam cumprir prazo da pós-graduação, 80% das Estudantes Mães da UFPE disseram que conseguem cumprir os prazos da pós-graduação. Entre as pós-graduandas da UFRPE/FUNDAJ, 50% disseram que conseguem cumprir os prazos da pós-graduação. Entre as estudantes da UFF, 33,3% disseram que conseguem cumprir os prazos e 25% disseram que conseguem cumprir parcialmente.

GRÁFICO 17 – VOCÊ CONSEGUE CUMPRIR OS PRAZOS DA PÓS-GRADUAÇÃO?

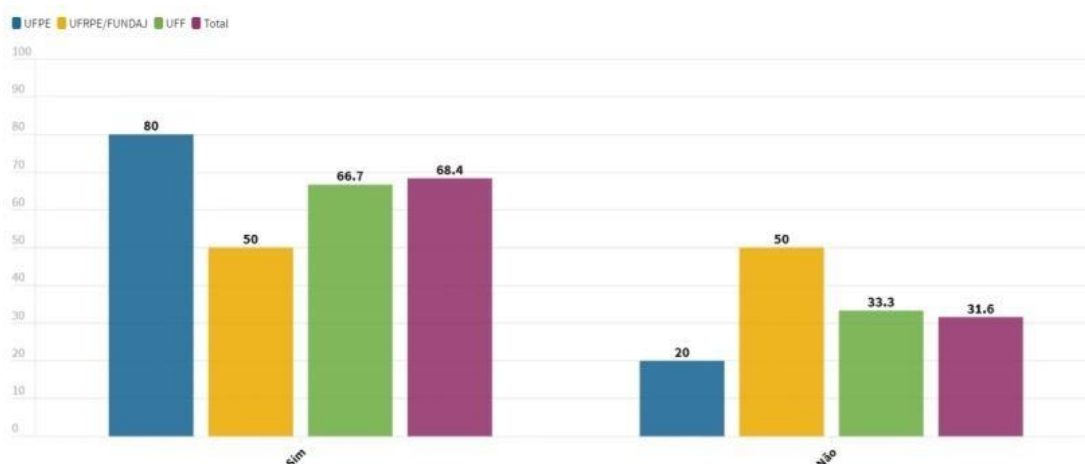


Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, 47,4% das pesquisadas conseguem cumprir os prazos e 15,8% conseguem cumprir parcialmente os prazos estabelecidos pelo programa de pós-graduação.

Perguntamos também se as respondentes já deixaram de participar de alguma atividade proposta pela pós-graduação devido a sua condição de estudante mãe. Entre as estudantes da UFPE, 80% afirmaram que sim, já deixaram de participar de atividades na pós-graduação. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, 50% afirmaram que já deixaram de participar. Entre as respondentes da UFF, 66,7% afirmaram que já deixaram de participar de alguma atividade acadêmica, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 18 – JÁ DEIXOU DE PARTICIPAR DE ALGUMA ATIVIDADE PROPOSTA PELA PÓS-GRADUAÇÃO DEVIDO SUA CONDIÇÃO DE ESTUDANTE-MÃE?

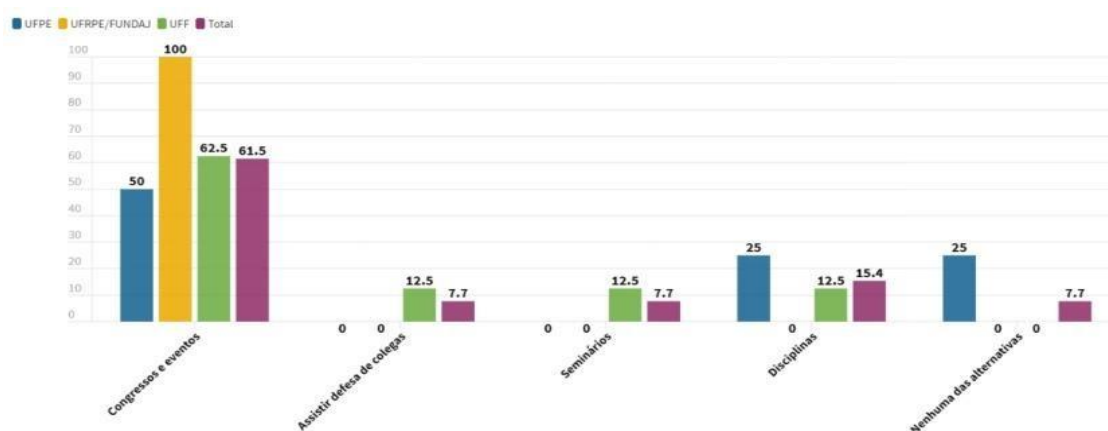


Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais, sem a divisão por universidades, 68,4% já deixaram de participar de alguma atividade da pós-graduação por serem mães.

Quando pedimos para que as estudantes identificassem quais atividades deixaram de participar, na UFPE, 50% disseram que deixaram de participar de congressos e eventos devido a sua condição materna, 25% já deixou de cursar disciplinas. Entre as respondentes da UFRPE/FUNDAJ, todas as estudantes afirmaram que já deixaram de participar de congressos e eventos por serem Estudantes Mães. Entre as respondentes da UFF 62,5% afirmaram que já deixaram de participar de congressos e eventos, 12,5% já deixaram de assistir defesa de colegas, 12,5% já deixaram de participar de seminários e 12,5% já deixaram de cursar disciplinas.

GRÁFICO 19 – DE QUAL ATIVIDADE JÁ DEIXOU DE PARTICIPAR



Fonte: A autora: dados primários coletados pela pesquisa em 2021.

Considerando os dados totais, sem divisão por universidades, 61,5% das estudantes já deixaram de participar de congressos e eventos por sua condição materna, 7,7% já deixaram de assistir a defesa dos colegas, 7,7% já deixaram de participar de seminários, 15,4% já deixaram de cursar disciplinas.

Por último, perguntamos quais as maiores dificuldades das Estudantes Mães em conciliar o curso e o exercício da maternidade. Dentre as 19 (dezenove) respostas obtidas, 7 (sete) evidenciaram o tempo para dedicar ao curso como uma dificuldade. Todas as outras 12 (doze) estudantes focaram seus relatos na dificuldade de conciliar os dois mundos, o universo que compõe a experiência de mulher mãe e tudo que compõe o universo da pós-graduação numa universidade pública. Foram relatadas as seguintes dificuldades: ter que atender as demandas da criança; não possuir rede de apoio; ausência de bolsa; contexto de pandemia; ausência de creches; prazos curtos e homogêneos (considerando prazos iguais para quem é mãe e quem não o é); quantitativo de leituras para a pesquisa; realização de trabalhos das disciplinas; quantidade de disciplinas; prazos durante a pandemia iguais aos do período que não havia pandemia; culpa, espaço físico, invisibilidade materna, entre outras. Dentre as dificuldades relatadas, algumas já foram suscitadas em questões anteriores do formulário. Abaixo, destacamos as dificuldades relatadas:

A minha filha exigia muito de mim. Tirei licença do trabalho durante meu curso de mestrado, mas quando a criança estava em casa, as demandas domésticas, cuidados com a higiene dela, barulho, o fato de exigir muito a minha atenção, faziam com que eu não conseguisse me concentrar. Sou Mãe solteira, cuido dela só. E quando entrei no curso e tirei a licença, a família, com quem eu contava, agia como se eu estivesse de férias. Minha jornada no curso foi dura e prolongada. Eu me sentia inadequada, incapaz, aquém dos meus colegas (Caso 4)

Acredito que a minha maior dificuldade é lidar com prazos curtos, muitas demandas e nenhum tipo de acolhimento. O pior sentimento é o de ter a sensação de Não- pertencer. (Caso 9)

O maior desafio é ter concentração para as leituras e para a pesquisa diante de uma carga de trabalho tão pesada, normalmente acordo muito cedo e durmo tarde para conseguir ler os textos, aproveitando os horários em que a criança dorme. (Caso 10).

Realizar todos os trabalhos propostos. É muito difícil conseguir conciliar as demandas do filho e participar das aulas, ler todos os textos... Tudo é muito complicado. Consigo assistir as aulas por ser remoto, mas o filho exige tempo integral e isso faz com que eu não consiga acompanhar a turma. Estou sempre atrás dos colegas. (Caso 12).

Nesse período da pandemia está bem difícil por não ter creche, não poder contratar pessoas para ajudar, não poder contar tanto com a família, por meu marido não estar em home office. criança demanda atenção, cuidados e não tem como amenizar tendo que ficar em casa 24h por dia. A tensão do momento, as incertezas nos abalam mesmo que tentemos não nos afetar. A perda de pessoas próximas ainda dificulta mais todo esse processo. (Caso 16).

Conseguir fazer as múltiplas tarefas que o mestrado exige, no prazo de 2 anos. Foram 8 disciplinas obrigatórias, com carga altíssima de leitura, artigo para cada uma delas, no prazo de três meses, após, mais leitura e preparação de aulas para dois períodos de estágio docência e ainda ter de organizar, participar e publicar em seminários e eventos. Acabei desistindo do último e vou iniciar a luta pra Não ser jubilada, em plena pandemia, com duas crianças em ensino remoto, estando com 6 meses passados do prazo ordinário de 2 anos, comum aos mestrados, no Brasil. Seria ótimo que a CAPES revisse esse prazo, pois, parece que ele é mais prioritário que a qualidade do produto, em si. (Caso 26).

A invisibilidade dessa condição. Pouco se reflete sobre isso e as exigências não esperam qualquer situação, seguindo uma lógica de produtividade a todo custo, competitividade e concorrência, não muito distante da mentalidade neoliberal, apesar das reflexões contrárias, por exemplo sobre tempo e cooperação, serem frequentes. (Caso 46)

Os professores tendem a exigir do mesmo modo, o que não está errado, mas talvez os prazos deveriam ser maiores. Exigem que estudemos 14 artigos em duas semanas para debater (valendo os créditos), o que fica inviável para quem tem filhos, casa para cuidar e trabalho todos os dias. (caso 47).

Outro ponto que queremos destacar é o fato das coordenações dos cursos das pós-graduações, em grande maioria, segundo as respondentes, desconhecerem as demandas das Estudantes Mães. Da mesma forma, as estudantes não sabem dizer se a coordenação tem conhecimento das pautas das Estudantes Mães. Este dado é coerente com as respostas e nos faz compreender que existe uma fraca participação das Estudantes Mães em movimentos sociais.

6.2 Análise dos Dados

A partir dos dados coletados é possível analisar aspectos relevantes em relação à faixa etária. Os dados evidenciam que a maioria das pós-graduandas está na faixa etária entre 31 a 40 anos, considerando cada universidade ou sem a divisão por universidades. Na UFRPE/FUNDAJ, todas as Estudantes Mães estão nesta faixa etária e destacamos aqui os dados do IBGE, em uma comparação entre os anos de 2007 e 2017 que apontam um aumento de mulheres que se tornaram mães nesta faixa etária, nos últimos anos.

GRÁFICO 10 – MATERNIDADE TARDIA



Fonte: Registro civil IBGE anos de 2007 e 2017.

No perfil das Estudantes Mães respondentes, cuja faixa etária predomina entre 31 a 40 anos, também é predominante o fato de se declararem brancas. Em relação à instituição UFRPE/FUNDAJ, a maioria das estudantes se autodeclarou preta e parda. Sobre autodeclaração é pertinente compreender que

ser negra e negro no Brasil não é apenas uma auto declaração é uma questão identitária. As pessoas em si podem não saber declarar se são negras ou não diante da miscigenação que é muitas vezes imposta por meio de conceitos obsoletos e errôneos, mas a estrutura sabe dizer quem é negro e atua sobre isso. (MENDES, 2021, p. 49).

A maioria das pós-graduandas possui entre 1 (uma/um) ou 2 (duas/dois) filhas(os). Observa-se que entre as estudantes da UFPE e UFRPE esses dados chegam a totalidade. Quando vamos perceber a faixa etária das crianças o

percentual é semelhante, seja por universidade, considerando dados gerais da faixa etária de bebês de 0 a quase 3 anos de idade e a faixa etária de 3 a 12 anos de idade. Dessa forma, trata-se de estudantes com crianças e/ou bebês que necessitam de auxílio, principalmente no caso de bebês. Dessa forma essas mulheres precisam de muito apoio para conciliar o curso com as demandas maternas.

Outro aspecto relevante a ser destacado é a pouca participação das respondentes em algum movimento social. Em todas as instituições o envolvimento com os movimentos sociais apresenta percentuais que vão de 10,9% a 25%. No geral, apenas 12,5% são atuantes em algum movimento social e apenas 2 (duas) respondentes estão vinculadas a algum partido político, o que pode configurar uma fraca participação na vida política e conseqüentemente nas reivindicações e pautas propositivas para a formulação de políticas públicas. As múltiplas e acumulativas atividades que as mães são responsabilizadas podem ser a causa de não concentrarem também no envolvimento com instituições políticas. Este dado nos permite questionar como os espaços políticos partidários e dos movimentos sociais estão acolhendo as mães e crianças quando estas participam das atividades políticas dos mesmos.

Outro aspecto relevante e fundamental para Estudantes Mães é a rede de apoio, a participação direta da família, companheiro, etc. Em alguns dos depoimentos se faz necessário evidenciar o recorte de classe, tendo em vista que contar com uma babá para auxiliar nas demandas das crianças é uma possibilidade para uma classe específica e não para todas as Estudantes Mães.

Portanto, os dados demonstram que a rede de apoio, em sua maior parte, é composta por arranjos entre alguns parentes. Que a rede de apoio institucional, como creches/escolas, nas universidades não contemplam as Estudantes Mães - como mostram os dados. Nesse aspecto de acolhimento institucional é pertinente pensar nas estudantes que precisam estudar e/ou pesquisar a noite, um turno em que escolas e creches não funcionam. Um depoimento de uma aluna demonstra que o impacto da ausência de acolhimento não é sentido por todas as mulheres de forma igualitária:

a realidade da periferia é de que quando nos tornamos Mãe, não há facilidades ou mesmo apoio para que possamos encarar uma graduação ou pós-graduação. Há uma necessidade e ela é a sobrevivência, o trabalho, a família. Nós somos apagadas, nós MULHERES NEGRAS

PERIFÉRICAS Essa é uma realidade muito comum” [...] Mesmo nós, eu e meu companheiro, nos mobilizando para que eu continue no mestrado, com o apoio da minha tia (remunerado e afetivo), eu já me aborreci muito, me senti vigiada no horário de voltar, não podia estudar até tarde na biblioteca ou mesmo passar o dia na universidade. Mas, quando se falava em fazer um trabalho formal (freelancer), eu sentia que a energia era outra, as coisas fluíam com mais facilidade (Caso 8).

As necessidades específicas das mulheres negras e o enfrentamento com a estrutura racista, na qual nossa sociedade se baseia, também ficam evidentes em depoimentos. Fica demonstrada a importância do movimento feminista em debater as especificidades das mulheres negras dentro de uma sociedade racista

a relação entre política e representação é uma das mais importante no que diz respeito à garantia de direitos para as mulheres e é justamente por isso que é necessário rever e questionar quem são esses sujeitos que o feminismo estaria representando. Se a universalização da categoria “mulheres” não for combatida, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentando assim as estruturas de poder (RIBEIRO, 2018, p. 29)

A compreensão de que as mulheres, numa estrutura social patriarcal, sentem os impactos estruturantes de formas diferenciadas, às vezes se acumulando com outras discriminações, fundamentam a importância da interseccionalidade.

o movimento feminista precisa ser interseccional, da voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero sofrem outras opressões como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. (RIBEIRO, 2018, p. 30).

Nesse contexto, Bell Hooks, irá nos alertar sobre a estratégia do patriarcado:

as mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. (HOOKS, 2015, p. 196).

O recorte de raça e classe é fundamental para contextualizar as experiências de mulheres a partir de suas especificidades. Assim, para Gonzales “enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (1984, p. 225).

Entre os caminhos para superar o racismo estruturante em nossa sociedade e amenizar os impactos, fica evidenciado que

noções de consciência e de memória. Com consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. (GONZALES, 1984, p. 227).

Dessa forma, ficam os desafios enfrentados por mulheres, mães e negras numa pós-graduação, a necessidade urgente de sobrevivência e a dificuldade em articular redes de apoio para a dedicação da produção intelectual. O lugar da mulher negra acadêmica periférica como algo estranho ao contexto da qual está inserida, onde a conciliação entre trabalho, curso e exercício materno é pautada em dificuldades que aparecem nas respostas das estudantes.

Chama atenção o gráfico que as estudantes afirmaram que, em sua maioria, estão trabalhando no formato remoto ou híbrido, sendo assim, mais uma atividade para o mesmo espaço físico em que estão as crianças, mães estudantes e o trabalho.

Outro dado relevante é que aproximadamente 24% das Estudantes Mães afirmaram que não trabalham, enquanto apenas 3,8% afirmaram serem bolsistas. A bolsa de estudos mostra-se fundamental para a sobrevivência de uma mãe pesquisadora, tendo em vista que a mesma tem a responsabilidade sobre a criança.

Na UFF há, entre as pautas das estudantes, o pedido de que na seleção das pós-graduações as estudantes obtenham uma pontuação por serem mães, a fim de garantir condições de equidade tanto para o acesso das Estudantes Mães a pós-graduação, quanto consequentemente para a bolsa de estudo.

Dessa forma, a análise dos dados evidencia que a categoria de Estudantes Mães possui reflexões críticas, pautas e propostas importantes a serem defendidas - para assegurar acolhimento, vivência e permanência nos cursos de pós-graduação - e fortalecidas por políticas de ações afirmativas.

Ainda sobre a rede de apoio, percebe-se através da tabela que as escolas e creches são fundamentais para a existência dessa rede. O cuidado pelo pai e/ou a participação de familiares também predominam nesse apoio às mães. Interessante

refletir sobre dados, que chegam perto de 10%, de mulheres que não contavam com nenhuma dessas opções de rede de apoio para deixar as crianças durante as aulas.

Dessa forma, percebemos dados das estudantes que já precisaram levar as(os) filhas(os) à universidade e isso representa 54,5% (UFPE), 66,7% (UFRPE/FUNDAJ) e 45% (UFF) de pós-graduandas que já levaram para as aulas suas crianças. No entanto, 100% das estudantes afirmaram que não há espaços físicos acolhedores para mães e crianças na universidade, o que nos leva a pensar se nas pós-graduações cabem às mães. E no refeitório, condição básica para uma estudante se alimentar, apenas 11,3% afirmaram que podem entrar. Muitas não sabem, nem tentam - o processo de exclusão é sorrateiro em isolar, através de proibições e constrangimentos.

Sobre constrangimentos, eles são a forma mais eficaz de isolar quem o recebe e muitas estudantes já se sentiram constrangidas. Eles vão desde espaços físicos inadequados para estarem com suas crianças a outras questões, como relatado abaixo:

Me sentia super constrangida (ou como se não fizesse parte) de trocar meu filho no pátio pois não tinha fraldário. Já deixei de assistir aula pois meu filho fazia barulho demais na hora da aula e a professora me pediu pra dar uma voltinha. já fui barrada de entrar pra comer na bandeja, entre diversas outras coisas (Caso 11)

Já ouvi que minha filha atrapalha minha vida. (Caso 32).

Outro aspecto importante que vale a reflexão é que fica evidente - através dos dados - que as universidades não possuem estrutura física razoável para acolhimento de Estudantes Mães com suas crianças e isso corrobora com os dados de que as universidades não efetivam ações afirmativas para as Estudantes Mães na pós-graduação. É importante ainda salientar os dados que revelam que 45,3% das alunas compreendem que podem levar suas crianças com elas, caso necessitem assistir aulas presenciais. Apenas 17% afirmam que podem andar no ônibus da universidade com suas crianças, caso necessitem e apenas 11,3% entendem que podem adentrar no refeitório com sua criança. Ou seja, a universidade não demonstra ser um ambiente acolhedor para as Estudantes Mães e suas crianças. Isso fica claro quando 100% das Estudantes Mães afirmaram que não há espaços acolhedores nas universidades.

O período da coleta de dados coincidiu com a inesperada pandemia da Covid-19 e este fato tornou evidente algumas questões que envolvem o trabalho social da maternidade. As mães foram um dos grupos que mais sofreu com o impacto da pandemia. Aquelas que possuíam escolas/creches como rede de apoio, perderam estes espaços. A maioria das pós-graduandas teve que conciliar as crianças em casa com o curso de pós-graduação funcionando remotamente, sem poder contar com as escolas/creches como rede de apoio. Em alguns casos, ainda tendo que conciliar com as aulas remotas das crianças também. Tudo isso em um mesmo espaço físico, a residência.

Quase metade das Estudantes Mães das universidades pesquisadas precisa conciliar o curso da pós-graduação com as atividades/cuidados com as crianças. Na mesma proporção das que estão conciliando, responderam que possuem rede de apoio para ajudá-las com as crianças. Logo, a rede de apoio mostra-se essencial para conseguirem conciliar o curso e as atividades com as crianças durante a pandemia. Uma porcentagem de quase 20% na UFF e 9,1% na UFPE não está conseguindo conciliar. Devido a pandemia do coronavírus muitas atividades laborais foram suspensas ou revertidas para atividades remotas mas, as mães não tiveram trégua, pelo contrário, acumularam responsabilidades como a do acompanhamento diário da escola das crianças funcionando remotamente. Devemos lembrar que os dados revelaram que a maioria das respondentes exerce atividades profissionais como docentes ou na área da educação. Dessa forma, tiveram que conciliar a atividade docente, as atividades escolares das crianças e ainda o curso de pós-graduação – tudo remotamente.

A luta pelo exercício da maternidade segura está diretamente relacionada ao respeito pelos direitos humanos básicos. Assim, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dispõe que isto

significa ter respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana. Entre eles, destacam-se os seguintes: (I) direito à vida; (II) direito à liberdade e segurança pessoal; (III) direito à saúde; (IV) direito à proteção na maternidade; e (V) direito à não-discriminação. (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 111).

O Parent Science revelou dados que demonstram uma queda na produção intelectual das mães e pais durante a pandemia. Apenas 27% das mulheres estão conseguindo trabalhar remotamente. Ainda sobre o efeito da parentalidade, 11% das mulheres com filhos, enquanto o número quase triplica entre as mulheres sem filhos

- a saber, 34,1% das mulheres sem filhos estão trabalhando remotamente. Ao cruzar dados de raça e parentalidade fica evidente que as condições se acumulam e também as dificuldades. Mulheres negras com filhas(os) correspondem a 9,9% que estão trabalhando remotamente, enquanto 11,6% das mulheres brancas com filhas(os). Para 83,4% das mulheres cientistas, a pandemia está impactando na produção da tese ou dissertação.

É possível analisar a partir dos dados coletados com as pós-graduandas que as mães que conseguem cumprir os prazos das pós-graduação são um quantitativo menor do que aquelas que conseguem cumprir. Isso evidencia que uma ação afirmativa que amplie prazos para as Estudantes Mães é de suma importância para que as mesmas atendam as demandas da pós-graduação.

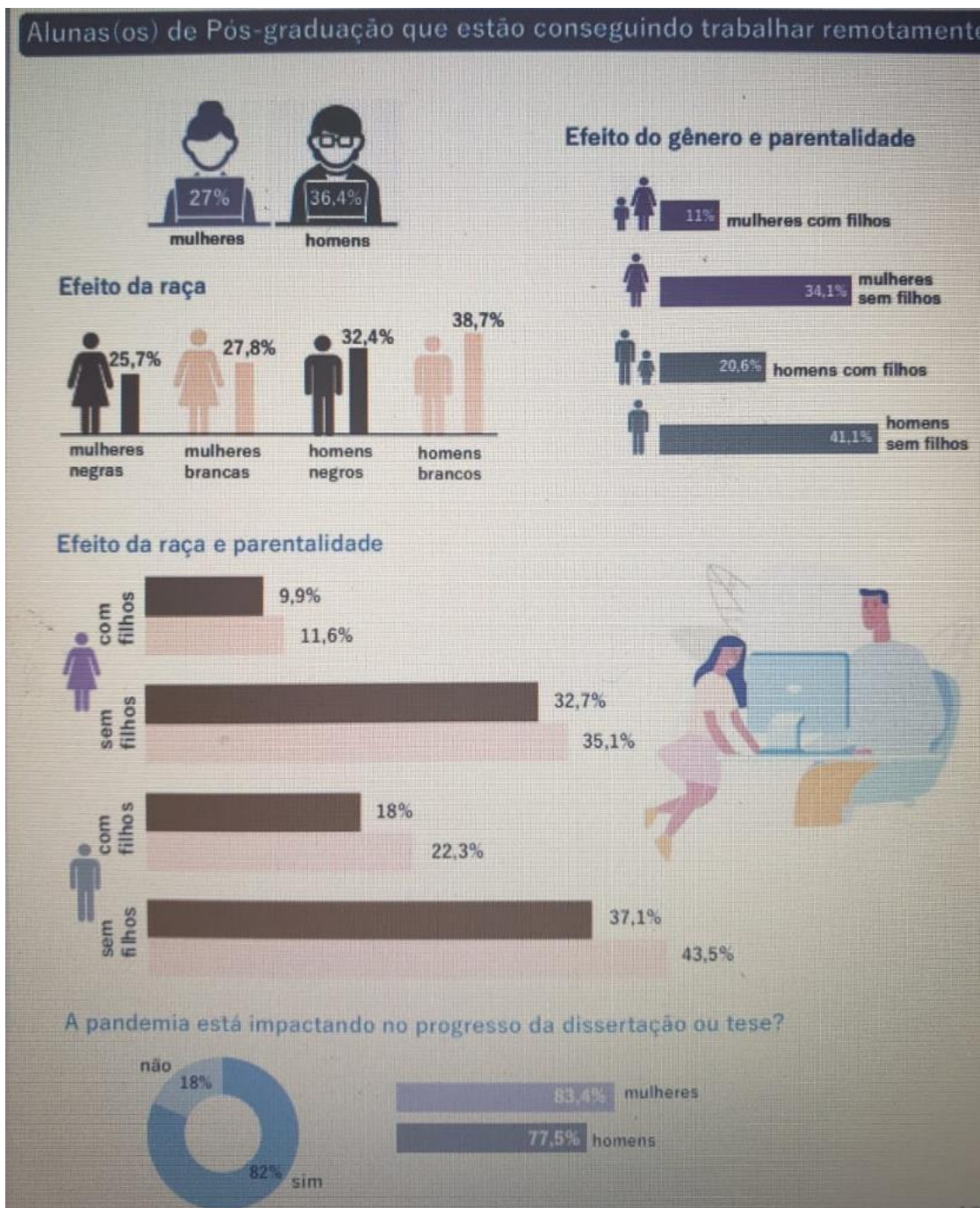
Esse aspecto também fica evidente para que as Estudantes Mães participem das atividades propostas pela pós-graduação, onde um quantitativo expressivo, 68,4%, afirmaram já terem deixado de participar de atividades propostas por sua condição materna. Em seguida, as mães citam algumas atividades no qual seria necessário um acolhimento maior a condição específica dessas estudantes para que as mesmas participassem, como: assistir defesa de colegas, seminários e cursar disciplinas.

A maternidade socialmente amparada exige a garantia dos direitos constituídos, exige políticas públicas específicas que garantam os direitos e que permitam um planejamento e assistência da maternidade e responsabilidade social

não como mera responsabilidade individual da mulher, mas do casal, da família e da sociedade, que recebe aquele novo cidadão ou cidadã na plenitude dos seus direitos. Para nós, os direitos das mulheres são inseparáveis dos direitos das crianças e não há, a priori, nenhuma incompatibilidade entre eles. Isto implica na defesa dos direitos da maternidade, desde a assistência pública gratuita e de boa qualidade, passando pela saúde no ciclo gravídico-puerperal, até a licença maternidade e o direito à creche e escolas públicas. (DINIZ, 2000, s/n).

Sendo assim, a análise dos dados revela a importância de conhecer e reconhecer as demandas das Estudantes Mães para auxiliar na criação de políticas de ações afirmativas no espaço acadêmico, para que as mesmas se sintam acolhidas e recebam apoio institucional como forma de reconhecer sua condição desigual, bem como a importância social da maternidade.

TABELA 2 - ALUNAS(OS) DA PÓS-GRADUAÇÃO QUE ESTÃO CONSEGUINDO TRABALHAR REMOTAMENTE



Fonte: Site Parent Science

Segundo Bourdieu, a organização social sob a perspectiva patriarcal favorece os homens a manterem-se em posições de poder e

tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça; e a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens e a casa, reservada às mulheres (2002, p. 14).

Apesar das discordâncias que possa haver referente ao termo, quanto ao significado da palavra, é possível identificar elementos que não condizem com a qualidade que se espera da educação, “as barreiras excludentes da desigualdade social inclusive legais como era o caso dos exames de admissão, a discriminação que desigualava o ensino profissional, os limites do ensino não gratuito e a descontinuidade administrativa” (CURY, 2014, p. 1055). Dessa forma, pensar em qualidade da educação como um direito é pensar em construir ações que possam superar os elementos elencados acima.

A legislação contribui para *fornecer* dispositivos que visam promover um padrão de qualidade na educação brasileira. Considerando esse aspecto a formulação da Constituição se concretiza a partir dos princípios dos direitos humanos: “prevalência dos direitos humanos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (CURY, 2014, p. 1056). Sendo assim, uma educação com qualidade deve estar representada a partir dos princípios de direitos humanos e para garantir estes direitos alguns documentos são elaborados, norteados por estes princípios - dentre eles, a Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada pela ONU.

A partir da declaração Universal dos Direitos Humanos são elaborados outros documentos que irão promover os princípios e ações, dentre eles o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), onde “entre seus avanços mais robustos, destaca-se a transversalidade e inter-ministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos de suas ações” (CURY, 2014, p. 1057). Percebe-se a intenção de que as ações e princípios devem permear os diversos ministérios, incluindo o Ministério da Educação e Cultura.

Dessa forma, garantir condições básicas para que as mães possam exercer maternidade e conciliar com estudos no ensino da pós-graduação compreende um avanço para amparar as mulheres/mães que fazem essa opção que rompe a lógica do patriarcado. É preciso acolher este grupo social assegurando condições basilares de direitos humanos para que possam exercer a maternidade de forma amparada socialmente.

Portanto, a análise dos dados revelou que no contexto da pandemia ficou ainda mais evidente a importância de criação de políticas afirmativas para as Estudantes Mães de pós-graduação das universidades públicas, tendo em vista que

o isolamento social e a falta de apoio institucional cria um ambiente ainda mais desfavorável a continuidade destas estudantes na pós-graduação.

As diversas maternidades e suas intersecções com classe, raça e a maternidade solo geram condições e características específicas que muitas vezes não se encontram acolhidas nas exigências de excelência da vida acadêmica. Apresenta-se de suma importância esse debate e algumas mudanças, ainda que discretas, mas que já denotam, além da importância do tema, a relevância de ações fundamentadas na equidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou as políticas públicas e ações afirmativas direcionadas ao acolhimento das Estudantes Mães pós-graduandas, com intuito de compreender o impacto que estas políticas e ações podem contribuir para acesso e permanência das estudantes na pós-graduação nas modalidades de mestrado ou doutorado. Portanto, mostrou-se como fundamental identificar as principais dificuldades das estudantes, bem como perceber como as universidades estão acolhendo-as e compreender a importância da formulação, implementação das políticas públicas como um caminho para diminuir as desigualdades existentes em nossa sociedade.

Observando as interseccionalidades que enfatizam desigualdades e envolvem gênero, raça e classe (em alguns, acumulando mais de uma opressão) é pertinente refletir sobre as políticas de ações afirmativas para acolher mulheres mães que historicamente sofrem com discriminação e exclusão quando tentam ocupar espaços públicos, pois espera-se que as mulheres mães não se limitem ao espaço doméstico e a dedicação exclusiva do cuidado com as crianças.

A fim de entender esse panorama de necessidade de formulação de políticas públicas que amparem as Estudantes Mães, foi necessário contextualizar o exercício materno e ainda compreender a estrutura patriarcal de nossa sociedade para assim reconhecer o papel social das mães, pois só assim será possível entender a importância de ações e políticas de equidades para que as Estudantes Mães possam ocupar as universidades de forma acolhida e amparada, bem como outros espaços públicos - e ainda possuir vida social.

As mudanças na sociedade se iniciam através do debate, promovido pelo movimento feminista, que problematiza as questões privadas da vida das mulheres mães e que as tornam coletivas a partir do momento que elas se repetem em todo esse grupo social. O debate leva a sociedade a refletir, questionar os pensamentos subjetivos para depois causar mudanças concretas nas ações. A luta pela implementação de políticas públicas de ações afirmativas é a concretização do amparo às mulheres mães.

A escuta das mulheres mães foi de suma importância para identificar as dificuldades que elas possuem em conciliar maternidade e os cursos de pós-graduação. É importante combater o discurso difundido na sociedade de questões

individuais e que cada uma deve se responsabilizar individualmente pelas crianças. É necessário enfatizar a responsabilidade coletiva para tentar garantir equidade, tendo em vista que é função do Estado atuar no combate às desigualdades existentes em nossa sociedade.

A escuta das Estudantes Mães pela pesquisa revela que algumas ainda compreendem que a maternidade é somente uma questão pessoal, não entendendo o aspecto coletivo e a condição de estar sob uma estrutura social que não favorece sua existência, nem o exercício da maternidade de forma protegida, amparada, prazerosa e garantindo assim o direito das estudantes de ocuparem não apenas a universidade, mas todos os espaços públicos que desejarem.

É perceptível ainda que algumas políticas públicas, ainda que existam de forma discreta, causam impactos significativos em auxiliar as Estudantes Mães, como auxílio creche ou a existência da própria creche no campus universitário. A possibilidade de alargar prazos e licença maternidade para estudantes que possuam bolsa estudantil são ações que contribuem para que as estudantes permaneçam na universidade de forma mais humanizada.

O contexto de pandemia do novo coronavírus reforçou a importância de políticas públicas para apoiar as Estudantes Mães. A sobrecarga e o isolamento que já é algo vivenciado por muitas em tempos 'normais' aprofundou e impactou nas produções científicas, demonstrando que é urgente o debate, bem como ações efetivas para este grupo social.

Sendo assim, foi fundamental a escuta das Estudantes Mães para identificar seus respectivos contextos e compreender as suas demandas que são urgentes para a função social do exercício materno. Podemos concluir que o amparo a este grupo social chega tardiamente tendo em vista o avanço deste debate de reparação histórica e promoção de condições de igualdades para o estar na pós-graduação.

Por fim, entendemos que a análise dos dados de setenta e dois questionários respondidos por Estudantes Mães de pós-graduação revelaram que a escassez de políticas públicas nas universidades é uma realidade. Na UFF existe ainda um núcleo e o coletivo de Mães da UFF (CMUFF) que pautam as demandas das mães e conseguem alguns avanços que auxiliam na entrada e permanência das mães pós-graduandas, como acesso ao refeitório da universidade, pontuação por ser estudante mãe no edital de seleção da pós-graduação e um debate das vivências

das Estudantes Mães na universidade. Na UFPE e na UFRPE, as políticas públicas advêm da assistência estudantil que é a creche na universidade, com metade das vagas destinadas às Estudantes Mães. Os resultados mostram que a invisibilização das mães está presente na universidade, tendo em vista que os espaços físicos não são acolhedores para as Estudantes Mães com suas crianças. Fica evidente ainda que as mulheres estão nas universidades e que a condição delas não pode ser um impeditivo para que acessem ou permaneçam nos cursos. Que o acolhimento institucional é fundamental para atender as especificidades deste grupo social para que elas sintam que podem estar onde desejarem.

A importância da flexibilização das universidades se concretiza como um caminho de acolhimento às mães, mesmo que os espaços físicos e humanos estejam ainda tão rígidos para receber uma mãe com uma criança. Em alguns casos, atitudes empáticas e humanas fazem a diferença para a permanência destas mães no ambiente acadêmico. Não obstante, casos de exclusão ainda fazem parte da realidade. É nesses contextos que as políticas públicas de acolhimento podem se apresentar como um divisor de águas na afirmação de que o espaço acadêmico também pertence às mães.

Tendo em vista a importância da temática, outro momento da formação acadêmica pretendemos aprofundar questões suscitadas pela presente dissertação. Olhar para as mulheres mães é olhar para as crianças e identificar a exclusão delas em muitos espaços e refletir o porquê dessa exclusão justamente com quem deveria ser protegido e a quem a legislação garante proteção. Por que em uma sociedade que ultimamente tem debatido sobre a exclusão de pessoas e suas diversidades, as mães ainda são um grupo que convive com restrição e ainda são tão invisibilizadas?

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N. A técnica da análise de conteúdo. In: AMADO, J. (org.). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 22, n. 40, 2013.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BDTD. <http://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 22 dez. 2019.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida (Vol. 2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühmer. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRAND, Ulrich. Estado e Políticas Públicas: Sobre os processos de transformação. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- BRASIL, Marina Valentim; COSTA, Angelo Brandelli. **Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis?** **Psicol. clin**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 427-446, dez. 2018.
- CALEBE, Josué. <https://www.radioculturafoz.com.br/2020/01/31/maes-terao-bonus-de-20-pontos-na-avaliacao-do-curriculo-para-pos-graduacao-na-unila/>, Acesso em: 01 abr. 2020.
- CAPES. <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9375-mulheres-representam-60-dos-bolsistas-da-capes>, acesso em: 25 mar. 2020.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da Educação brasileira como Direito. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 35. 2014.
- DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma 'Cultura Educacional Mundial comum' ou localizando uma 'agenda globalmente estruturada para a Educação?' **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25. 2004.

DINIZ, C. S. **Maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada**: breve história de uma luta. 2000. Disponível em: <http://www.mulheres.org.br/documentos/maternidade_voluntaria.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf, acessado em 05/07/2021.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. **Mediações**. Londrina, v. 14, nº 2, p. 11-33, 2009.

FERNANDES, Marcella. <https://www.huffpostbrasil.com/2018/09/18/7-numeros-da-realidade-das-mulheres-que-criam-filhos-sozinhas-no-brasil>. Acesso em: 01 mar. 2020.

FILHO, Naomar de Almeida; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Séc. XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra: 2008.

FRANCO, Barbosa; PUGLISI, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1982.

GONZAGA; Paula Rita Bacellar; MAYORGA; Claudia. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**. V. 39 (n. spc2), 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244. 1984.

GT Mulheres na Ciência. **Políticas de Apoio à Maternidade na Universidade**. academia.edu/40688117/Propostas_de_Pol%C3%ADticas_de_Apoio_%C3%A0_Maternidade_na_Universidade, acessado em 01 de abril de 2020.

INFORMATIVO, https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true, acessado em 20/09/2020.

KLEIN; Carin; MEYER; Dagmar; BORGES; Zulmira. Políticas de Inclusão Social no Brasil Contemporâneo e Educação da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, V. 43, n. 150, p. 906-923, 2013.

LOPES, Barbara. <https://projetocolabora.com.br/ods1/ser-mae-e-universitaria-e-padecer-na-ilha-do-fundao/>, Acesso em: 14 dez. 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvi Libanio. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, janeiro – abril de 2015.

MAINARDES, Jefferson. A Pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teóricos-epistemológicos. **Educação em revistas**, Belo Horizonte, v. 33, 2017.

MATTAR, L. D.; DINIZ; C. S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdade no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface**. Comunicação, Saúde e Educação. v. 16, n. 40, p. 107-119, jan/mar. 2012.

MENDES, Diana. Políticas raciais: da identidade à estrutura. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (Orgs.). **A radical imaginação política das mulheres brasileiras**. São Paulo: Oralituras, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 80 p.

MOURA; Solange Maria; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília: Distrito Federal, v. 24, p. 44-55, 2004.

OBSERVATÓRIO CAJUÍNA. **CARTA ABERTA**, 2019.
<https://observatoriocajuin.wixsite.com/cajuina>, Acesso em: 18 dez. 2019.

PARENT SCIENCE. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/>, acessado em: abr. 2021.

PINHEIRO, Luana; GALIZA, Marcelo; FONTOURA, Natália. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. 2009.

PLANALTO, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm, 2010, acessado em: 27 out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Ana Beatriz. https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/22/maes-e-cientistas-como-a-maternidade-e-vista-na-pos-graduacao-no-brasil_a_23486514/, Acesso em: 14 dez. 2019.

SALVADOR, A. C. Políticas de reconhecimento X Política de redistribuição: Um dilema contemporâneo. **Revista O Social em questão**, Rio de Janeiro, volume: 45, 2010.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade do século XXI**: para a reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 16, p. 137-150, 2001.

SCOTT, J. W. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1995.

TALLMANN, H.; ZASSO, J.; MARTINS, R.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23931-pais-dividem-responsabilidades-na-guarda-compartilhados-filhos>. Acessado em: 01 mar. 2020.

UFPE, [https://www.ufpe.br/documents/38962/2378484/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+CMEI+Paulo+Rosas.pdf/f21fd766caf941d486079bdfa0ac2ff4#:~:text=Inaugurado%20em%202007%2C%20a%20partir,\(ber%C3%A7%C3%A1rio\)%20a%20grupo%2005](https://www.ufpe.br/documents/38962/2378484/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+CMEI+Paulo+Rosas.pdf/f21fd766caf941d486079bdfa0ac2ff4#:~:text=Inaugurado%20em%202007%2C%20a%20partir,(ber%C3%A7%C3%A1rio)%20a%20grupo%2005), acessado em 30/06/2021.

UFPE/PROAES, <https://www.ufpe.br/proaes/naest>, visitado em: 30 jun. 2021.

UFRPE, <http://www.ufrpe.br/br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>, visitado em 30 jun. 2021.

UFRPE E PREFEITURA DO RECIFE INAUGURAM CRECHE.
<http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-e-prefeitura-do-recife-inauguram-centro-de-educac%C3%A7%C3%A3o-infantil-nesta-sexta-2405>, 2019, acessado em: 30 jun. 2021.

VÁSQUEZ, Georgiane. **Maternidade e Feminismo**: notas sobre uma relação plural. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v.3, Três Lagos: 2014.

VIEIRA, Andrea Lopes da Costa. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Organização). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO

1) Qual universidade você estuda?

UFPE	UFF	UFRPE/FUNDAJ

2) Qual o programa de pós-graduação?

Programa											
Quant. sujeitas											

3) Sua idade?

4) Com que gênero você se identifica?

5) Com que cor/raça você se identifica?

6) Participa de algum movimento social? Se, sim, qual?

7) Você é filiada a algum partido político? Se sim e desejar, qual?

8) Você está grávida?

9) Quanto filhas(os)?

10) Qual a idade de suas filhas(os)?

11) Você trabalha?

12) Se respondeu sim à questão anterior, quantas horas por dia você trabalha?

13) Como você está trabalhando durante a pandemia?

14) Consegue conciliar o trabalho com o curso?

- 15) Se respondeu sim na questão anterior, como você concilia?
- 16) Qual a sua área de atuação profissional?
- 17) Você tem bolsa de estudos?
- 18) No período em que você estava na universidade, tendo aulas presenciais, com quem ficava sua(eu) filha(o)?
- 19) Você já precisou levar sua(eu) filha(o) para universidade?
- 20) Há espaços físicos acolhedores de mães e crianças no ambiente das aulas da pós-graduação?
- 21) Se você respondeu, sim, na questão anterior, descreva o tipo de acolhimento:
- 22) Que tipo de condições no espaço físico sua universidade oferece para acolhimento de mães/estudantes e crianças?
- 23) As pessoas que trabalham na assistência do espaço físico (quando existe) são acolhedoras?
- 24) Você podia entrar no refeitório da universidade com sua criança, no período de aulas presenciais?
- 25) Você podia andar no ônibus da instituição com sua criança, no período de aulas presenciais?
- 26) Caso necessite, no período de aula presencial, você pode assistir aula com sua criança?
- 27) Se você respondeu, não, à questão anterior, explique por que não:
- 28) Já passou por algum tipo de constrangimento, devido sua maternidade, na

universidade? Descreva:

29) No contexto da Pandemia, como você tem conciliado o curso e a maternidade?

30) No caso de estar assistindo aulas remotas, como tem conciliado o curso e as atividades com a(s) criança(s)?

31) Há coletivo de mães na universidade?

32) A coordenação tem conhecimento das demandas das mães da pós graduação?

33) Em caso afirmativo na questão 32, descreva as demandas que foram acolhidas.

34) Que ações afirmativas relacionadas as mães estudantes na pós-graduação você conhece?

35) Quais ações afirmativas são efetivadas para as mães estudantes na pós-graduação na sua instituição?

36) De que forma as ações e/ou políticas afirmativas na universidade que você estuda são direcionadas as mães e contribuem para sua permanência na universidade?

37) Você consegue cumprir os prazos da pós-graduação?

38) Já deixou de participar de alguma atividade proposta pela pós-graduação devido sua condição de estudante/mãe?

39) Se você respondeu sim a questão anterior, diga qual atividade você já deixou de participar devido a maternidade:

40) Quais suas maiores dificuldades em conciliar o curso e o exercício da maternidade?